



PUC RIO

ROSANA RAPIZO

DA INSTRUÇÃO À CONSTRUÇÃO:

UMA RECONTEXTUALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM TERAPIA SISTÊMICA DE FAMÍLIA

DISSERTAÇÃO
DE
MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1994.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.puc-rio.br>

N. Chamada: 150 / R218d / ESE UC

Título: Da instrução a construção:



0 0 8 4 9 3 2 1764

Ex: 1-CENTRAL

Pontifícia Universidade Católica - RJ

Departamento de Psicologia

Mestrado em Psicologia Clínica



DA INSTRUÇÃO À CONSTRUÇÃO:

UMA RECONTEXTUALIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES EM TERAPIA SISTÊMICA DE FAMÍLIA

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientador: Therezinha Feres Carneiro.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1994.

UC581.82-4



150
R 218 d
TESE VE

"Eu penso que a cibernética é o maior pedaço da Árvore do Conhecimento que a humanidade já obteve nos últimos 2000 anos. Mas muitos de tais pedaços da Árvore demonstraram ser bastante indigestos - geralmente por razões cibernéticas."

Gregory Bateson

"Como se reconhece um construtivista? Muito facilmente. Se vocês perguntarem a um deles se algo, digamos, uma fórmula, um objeto, a ordem, a simetria, a taxonomia, as leis da Natureza, foram inventadas ou descobertas, um construtivista tenderia a dizer que foram inventadas. Mais ainda, se vocês o pressionarem fortemente, um construtivista diria que, inclusive o mundo tal como o conhecemos é nossa invenção. Desde o momento em que qualquer coisa que inventamos é de nossa própria responsabilidade, a posição construtivista contém a semente de uma ética."

Heinz von Foerster

"O conhecimento do conhecimento obriga. Obriga-nos a tomar uma atitude de permanente vigília contra a tentação da certeza, a reconhecer que nossas certezas não são provas de verdade, como se o mundo que cada um vê fosse o mundo e não um mundo que trazemos à mão com outros. Obriga-nos porque ao saber que sabemos não podemos negar o que sabemos."

Humberto Maturana

Agradecimentos

Todos aqueles com quem convivi nos últimos anos, especialmente os três últimos, são de alguma forma, co-autores deste trabalho. Foram muitos momentos de conversa, discussão, perguntas, confusão, que abriram múltiplas perspectivas e incentivaram-me a prosseguir. Foi um período estimulante e criativo. Eu ocuparia muito tempo e espaço do qual não disponho para agradecer especialmente a cada um. Gostaria apenas de mencionar algumas destas pessoas que deixaram sua marca nesta caminhada.

À equipe do ITF-RJ: Gladis Brun, Anna Maria Hoette, Eloisa Schmidt, Teresa Cristina Chagas Diniz, Tania Sá, Carlos Eduardo Zuma, Jorge Bergallo e Lia Ganc, minha "família" profissional, pela amizade, paciência, pelo carinho, pelas críticas, pelo companheirismo e por serem sempre "outros" tão legitimamente aceitos e aceitadores na convivência comigo, pela oportunidade ímpar de trabalhar e viver nesta equipe.

A meus filhos - Hugo e Henrique - a meus pais e irmãs por me proporcionarem conhecer a "dor e a delícia" de viver em família.

A Martha Zanetti pelo apoio e carinho que permite que eu possa continuar construindo, criando e crescendo.

A Ricardo Logatto pelo companheirismo, pela paciência de ler e rever tantas vezes este texto, e pelo apoio fundamental com o mundo "não-vivo" (computadores, programas, etc.).

A meus clientes com os quais aprendi grande parte do que sei/sou hoje.

A todos os meus alunos no ITF-RJ pelo interesse, pelas perguntas, pela curiosidade que me levaram a formular muitas das idéias contidas neste trabalho.

A Therezinha Féres Carneiro pelo apoio e orientação durante o período de nossa convivência.

A Anamaria Coutinho pela disponibilidade com que me ajudou a vislumbrar e solidificar novos horizontes.

À CAPES e à PUC-RJ por terem me proporcionado meios para realizar este trabalho.

Índice

INTRODUÇÃO	1
I - CIBERNÉTICA	8
I.1 - A CIRCULARIDADE	10
I.2 - TEORIA GERAL DOS SISTEMAS	13
I.3 - CIBERNÉTICA DE PRIMEIRA ORDEM	15
I.3.1 - OS MECANISMOS DE RETROALIMENTAÇÃO	16
I.3.2 - MUDANÇA OU DESTRUIÇÃO? A AMPLIAÇÃO DO DESVIO	19
I.4 - CIBERNÉTICA DE SEGUNDA ORDEM	23
I.4.1 - O CONHECER: AÇÃO E LINGUAGEM	28
I.4.2 - A ÉTICA NA CIBERNÉTICA DE SEGUNDA ORDEM	34
II - A TERAPIA DE FAMÍLIA E A CIBERNÉTICA	36
II.1 - O PRINCÍPIO DA JORNADA: A PRIMEIRA CIBERNÉTICA	39
II.2 - AS TERAPIAS ESTRATÉGICAS	46
II.2.1 - OBJETIVOS DA TERAPIA ESTRATÉGICA	49
II.2.2 - AS INTERVENÇÕES NA TERAPIA ESTRATÉGICA	52
II.2.3 - AS CRÍTICAS À TERAPIA ESTRATÉGICA	59
II.3 - UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO: A SEGUNDA CIBERNÉTICA	66
II.4 - TERAPIA DE FAMÍLIA DE SEGUNDA ORDEM	71
II.4.1 - NOVOS DESENVOLVIMENTOS CLÍNICOS	79
II.4.2 - A POLÊMICA CONTINUA	86
III - INSTRUÇÃO versus CONSTRUÇÃO: CAMINHOS POSSÍVEIS	91
CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

RESUMO

A terapia de família sistêmica fundamenta-se teóricamente na cibernética e na teoria geral dos sistemas. Acompanha, portanto, a evolução destes campos do conhecimento. A formulação inicial dos conceitos fundamentais da cibernética foi bastante orientada por noções como controle, homeostase e retroalimentação. A assim conhecida cibernética de primeira ordem, inspirou a criação de modelos clínicos essencialmente comportamentais e diretivos. Esta característica dos modelos clínicos iniciais da terapia de família desde o início foi questionada em relação a sua adequação ao modelo sistêmico de compreensão da realidade.

Os argumentos contra a diretividade na terapia de família apontavam para a contradição entre uma visão baseada na circularidade e uma prática baseada na noção de controle, que supunha uma crença na causalidade linear. Além disto, estes modelos foram também questionados por serem considerados muitas vezes anti-éticos e manipuladores.

Com a entrada no campo da formulação da cibernética conhecida como cibernética de segunda ordem e sua conseqüente visão construtivista da realidade, esta polêmica recrudesce e surgem modelos clínicos novos que pretendem abolir a diretividade do terapeuta e o uso de intervenções, até então, tradicionais na terapia de família. Este trabalho pretende investigar a pertinência de tais intervenções, conhecidas como diretivas, ao contexto de uma terapia orientada pelos aportes construtivistas.

Conclui-se que coerentes com a visão sistêmica, não podemos analisar ou discutir as intervenções terapêuticas sem contextualizá-las. Conclui-se também que o construtivismo, longe de ser uma técnica, é um modo de pensar e falar sobre a terapia que, ao invés de restringir a prática terapêutica a normas, traz em seu bojo um aumento do valor da relação terapêutica, um aumento da atenção à pessoa do terapeuta e um incentivo a sua criatividade e flexibilidade no uso de seus recursos. O construtivismo orienta os modelos clínicos a partir de parâmetros que dirigem-se primordialmente à relação terapeuta-cliente, terapeuta-técnica e cliente-técnica. Assim, a partir das próprias bases teóricas que em parte da literatura levam ao imperativo da não intervenção, este trabalho tem por objetivo demonstrar a possibilidade do uso de intervenções, embora não sua obrigatoriedade e as reformulações que sofrem em conseqüência desta nova forma de conceber a terapia.

ABSTRACT

Systemic family therapy has its foundation on cybernetics and general systems theory. Therefore it co-evolves with these fields of knowledge. The early formulation of the main concepts of cybernetics was primarily oriented by notions as control, homeostasis and feedback. The first order cybernetics, as it is known, inspired the creation of essentially behavioral and directive clinical models. This feature of the early clinical models was questioned since its beginning, as not coherent with a systemic view of the world. The arguments against directivity in family therapy pointed out the contradiction between a circular view of events and a control oriented and directive practice, that supposes a belief in lineal causality. Furthermore, these models were also considered manipulative and anti-ethic.

With the entrance of second order cybernetics and its consequent constructivist view in the family therapy field, this argument is strengthened and new clinical models emerge. They intended to reformulate therapy abandoning traditional interventions and therapist' s directivity.

This paper investigates the pertinence of these interventions, known as directive, to the constructivist family therapy context.

We conclude that, following a systemic view, we can not analyze or discuss the therapeutic interventions apart from the conceptual net where they are generated. We also conclude that constructivism, far from being a technique, is a way of thinking and talking about therapy. Rather than restraining therapeutic practice with rules, it brings forth an increased value to the therapeutic relationship, an increased attention to the person of the therapist and an encouragement to his creativity and flexibility in the use of his technical and personal resources.

The constructivism offers the clinical models parameters that aim primarily at the therapist-client, therapist-intervention and client-intervention relationship. Thus from the same theoretical basis that leads to the non-intervention imperative, this paper justifies and demonstrates the freedom to use or not interventions in therapy and its reformulation due to this new way of conceiving therapy.

PALAVRAS-CHAVE

Terapia Sistêmica de Família

Cibernética de Primeira Ordem

Cibernética de Segunda Ordem

Intervenções Terapêuticas

Intervenções Diretivas

Construtivismo

Introdução

Como terapeuta de família desde 1984, interessei-me sempre pela evolução da cibernética, da teoria geral dos sistemas e das vertentes de pensamento a elas subjacentes dentro de minha área de estudos.

A terapia sistêmica de família tem como tradição fundante o desenvolvimento de seus aportes teóricos a partir de outros campos da ciência. Entre eles estão a cibernética, a biologia, a química, a teoria dos sistemas; disciplinas que, tradicionalmente, não são referências básicas para o desenvolvimento de teorias e práticas nas áreas da psicologia e psicoterapia.

Esta "novidade" em minha formação mostrou-se uma oportunidade de enriquecer e ampliar meu olhar, tanto sobre minha área específica de trabalho, quanto sobre a ciência em geral. Por outro lado, traz à área da terapia de família imprecisões conceituais, impasses e contradições que se devem a tentativas, muitas vezes simplistas, de transferir conceitos e modelos das ciências naturais ou exatas para o âmbito do humano, do psicológico e do social.

Outra situação interessante é que na literatura de terapia sistêmica de família, os grandes mentores não são, e nem nunca pretenderam ser, terapeutas de família. Nos textos, referências a terapeutas famosos e importantes para o campo, convivem lado a lado com o biólogo Humberto Maturana, com o antropólogo e ciberneticista Gregory Bateson, com Heinz von Foerster, também da cibernética e da física, com o Prêmio Nobel de química, Ilya Prigogine e atualmente com estudiosos da sociologia, da filosofia e da linguagem, como Kenneth Gergen, Edgar Morin, Nicholas Luhman, entre outros.

É verdade que tais autores sempre alimentaram, apesar da diversidade de seus campos de ação, um interesse pelo estudo das sociedades humanas ou pela repercussão de suas idéias sobre o entendimento do fenômeno humano e social. Fazem parte de um grupo que pretende questionar fundamentos da ciência clássica, como por exemplo, a compartimentalização excessiva do conhecimento. Propõem, pode-se dizer, uma visão sistêmica da própria ciência ou, nas palavras de Prigogine (1979), uma "nova aliança" entre campos tão rigidamente separados como o da matéria e

da forma, da ciência e da filosofia, entre outros. Assim que, ao serem "descobertos" e "capturados" pela terapia sistêmica de família, passam a dar cursos, conferências e a publicarem artigos nos periódicos especializados. Trazem com isto um incremento de complexidade e, conseqüentemente de ruído, que caracteriza este campo como fértil, sujeito a turbulências e, afortunadamente, a constantes transformações.

Desde logo interessei-me por um aparente paralelismo entre a evolução destes campos da ciência que tanto influenciam meu trabalho e a evolução das teorias e práticas da terapia de família. Este paralelismo proporcionou-me alcançar, acredito, um olhar mais globalizante, mais próprio do que seria uma visão sistêmica.

Ao longo deste século, todos os fundamentos da ciência tradicional vem sendo questionados e isto tem dado origem a concepções diferentes sobre o mundo, o homem e a própria ciência. É o que Morin (1973) chama de "crise dos fundamentos". Segundo ele,

"o sonho de encontrar os fundamentos absolutos submergiu com o descobrimento, no transcurso da aventura, da ausência de tais fundamentos ... Neste momento o próprio real entrava em crise."
(p. 23)

Esta ausência de fundamentos para o conhecimento humano caracteriza grande parte do pensamento de nosso século. Leva à busca pelo conhecimento do conhecimento que não pode excluir aquele que conhece, nem a possibilidade humana de operar na linguagem, na reflexão e na consciência.

"Finalmente", diz Morin, "o que se encontra implicado e reproblematicado pelo conhecimento é qualquer relação entre o homem, a sociedade, a vida, o mundo." (p. 27)

Daqui por diante, o homem não será mais considerado como observador separado de um mundo independente e manipulável eficazmente. É criador e criatura de seu próprio conhecer. É criador e criatura de seu mundo e de seu tempo.

Em outros termos, isto significa a passagem de uma visão do mundo calcada na objetividade, na estabilidade, na previsibilidade, no determinismo, para outra que inclui a história, a

desordem, o azar, a complexidade e uma realidade dependente do observador. É dada ênfase, nesta visão emergente, à relação, ao contexto, ao global e, ao mesmo tempo, ao singular e único da experiência humana.

O homem deixa de ser um espectador passivo, no máximo descobridor de leis eternas e imutáveis e do destino nelas escrito. O caos não implica só em desordem, mas também em criatividade. Está lançado o desafio a nossos conceitos, nossa lógica, nossa razão.

É no seio deste desafio, deste questionamento radical do conhecimento humano, que surgem novas disciplinas e práticas como a cibernética e a teoria geral dos sistemas que, aplicadas ao estudo das relações humanas, abriram caminhos, entre eles a terapia sistêmica de família. Segundo Pakman (1988), a associação entre a terapia de família e a cibernética foi das mais fecundas no sentido deste reordenamento e relação entre as ciências humanas e sociais e as ciências naturais e exatas.

A evolução teórico-técnica da terapia de família acompanha esta transição do pensamento ocidental e debate-se para alcançar esta nova visão. No início, apesar de uma pretensa concepção sistêmica da realidade, os terapeutas, frequentemente, "escorregavam" em noções dualistas, mecanicistas e lineares, como ocorreu também na própria cibernética. Com o tempo, porém, a aplicação da visão sistêmica à família foi complexizando-se, atingindo cada vez mais uma visão holística das relações humanas.

Dentro da terapia sistêmica de família, esta transição tem repercussões tanto no âmbito da explicação do funcionamento e da dinâmica familiar, como também no da prática dos terapeutas de família. A evolução, que poderíamos chamar técnica, na terapia de família, tem sido bastante rápida e perpassa questões ligadas ao contexto terapêutico, ao lugar do terapeuta e a sua função no atendimento a uma família. Estamos em um momento de grande questionamento sobre a própria definição de "terapia" e "terapeuta", ou seja, em um momento em que a reflexão ética se faz fundamental.

Desde o início, surge uma polêmica no campo da terapia de família que é reflexo de discussões no próprio campo da cibernética.

Os pioneiros da terapia de família utilizaram a face mais mecanicista da cibernética, acrescentaram alguns toques de teoria do controle e da comunicação e propuseram uma terapia basicamente comportamental. Esta primeira fase da terapia de família, conhecida como terapia de família de primeira ordem, admirava-se com o próprio sucesso, o que alimentava seus ideais de funcionalidade, controle e eficiência.

A ênfase na técnica, nos resultados, levou a inúmeras advertências, especialmente de Bateson (1968 A e B) sobre o perigo do uso destas noções para interferir no comportamento humano. Ele acreditava que a clínica baseada nestas noções, especialmente a de controle, ignorava o caráter circular dos sistemas, onde não é possível pensar em controle unilateral ou causalidade linear. A aplicação dos conceitos cibernéticos à clínica desconsiderava a diferença básica entre Pletora (o mundo não vivo) e Criatura (o mundo vivo) que se localizava especialmente no que ele chamava de "processo mental". Além disto, pecava também pelo excesso de "propósito", fazendo com que os objetivos e resultados se tornassem mais importantes do que o processo, a estética do funcionamento sistêmico.

Esta discussão ficou em segundo plano, talvez até mesmo pelos resultados animadores da terapia de família, até o final da década de 70. É nesta época que autores como Keeney (1982), Allman (1982), entre outros, trazem de volta o pensamento de Bateson, propondo uma terapia estética ao invés de pragmática, o que significava menos diretividade do terapeuta. A discussão centrava-se basicamente no antagonismo circularidade / linearidade da compreensão e da técnica dos terapeutas.

Em 1982, é publicado um número especial do *Family Process*, periódico importante na área de terapia de família, com texto abordando esta questão. Este é um dos marcos principais da segunda formulação da cibernética na terapia de família. Já neste número o artigo de Paul Dell introduz no campo a obra de Humberto Maturana e suas idéias a respeito de sistemas autopoieticos, não sujeitos à "interação instrutiva". Simultaneamente, terapeutas como Mony Elkaim interessam-se pelos conceitos de "ordem através da flutuação" e "estruturas distantes do equilíbrio" de Prigogine e Paul Watzlawick introduz a cibernética de segunda ordem de Heinz von Foerster e suas questões

sobre o conhecimento desde a compreensão dos sistemas como auto-organizadores (Elkaim, 1981; Watzlawick, 1981).

Neste momento a polêmica sobre a pertinência das intervenções diretivas recrudescer e ascende a importância dos modelos clínicos recentemente criados, baseados na linguagem, na narrativa e na conversação. Surgem questões éticas ligadas a outras epistemológicas e que abalam os referenciais até então adotados, como a objetividade do terapeuta, a hierarquia no processo terapêutico e principalmente a tentativa de controlar e dirigir o sistema familiar para mudanças específicas de comportamento.

Surgem modelos clínicos que consideram o terapeuta como co-construtor de realidades alternativas das quais o sintoma relatado não faça parte. A ênfase desloca-se do comportamento para seu significado. A terapia passa a ser considerada um domínio de conversação e a proposta é abrir mão de técnicas diretivas como tarefas, rituais, prescrições ou técnicas não verbais, originalmente ligadas às modalidades terapêuticas de primeira ordem, notadamente às terapias conhecidas como estratégicas.

No entanto, como aponta Golann (1988), o que se assiste nas apresentações de casos clínicos em conferências contradiz a proposta de abandonar tais intervenções. Alguns autores como Dell (1986 B), Hoffman (1985) e Keeney (1982), fazem tentativas de conciliação dos dois aportes, considerando-os como não excludentes, não antagônicos.

Em minha prática clínica e em contatos realizados ao longo do tempo com terapeutas do Brasil ou não, observo que boa parte deles continua usando intervenções clássicas na terapia de família como as tarefas e paradoxos. A alegação para o uso de tais intervenções é, geralmente, a gravidade dos casos, ou uma defasagem "natural" entre teoria e prática. Ou seja, entre os radicais estratégicos e os radicais adeptos da não intervenção, existem inúmeros terapeutas que continuam a usar técnicas habitualmente conhecidas como diretivas, adotam teoricamente uma visão construtivista e não conseguem falar dos momentos em que são "interventivos" a não ser como "exceções" bastante comuns.

Em meu trabalho junto à equipe do Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro, temos

utilizado e observado a utilização de tais intervenções não só com famílias consideradas graves, como também com casais e famílias com crianças. Mesmo trabalhando dentro de um referencial construtivista, possibilitado pelos aportes da cibernética de segunda ordem, inúmeras vezes consideramos as "intervenções diretivas" como um recurso possível.

Observo que a dissociação entre a experiência clínica e a compreensão teórica tem sido uma preocupação, não só para mim, como para toda minha equipe de trabalho.

Possivelmente, algumas destas questões são originárias de confusões conceituais ou do uso de certos termos. Algumas vezes parece-me que interventivo, diretivo, ativo, estratégico, são considerados como sinônimos. Comecei então a me perguntar: intervenções são sempre interações com intenções instrutivas, diretivas? Não diretividade quer dizer não intervenção? Não intervenção é o mesmo que não ação? É possível não intervir? Uma postura mais ativa do terapeuta significa, necessariamente, que ele tenta dirigir a família? É possível não tentar isto?

Por outro lado, se proponho aplicar uma visão sistêmica à terapia, numa operação recursiva, não poderia considerar a intervenção do terapeuta isoladamente, sem contextualizá-la. O sentido da intervenção deve estar ligado à relação terapeuta-cliente, à relação terapeuta-intervenção e intervenção-cliente, por exemplo. O que espera um terapeuta estratégico de sua intervenção é o mesmo que espera um terapeuta de segunda ordem? Isto faz diferença? Qual o processo de decisão que leva o terapeuta a usar determinada intervenção? Poderia, então, pensar que esta questão, mais do que referida à técnica é referida a uma postura do terapeuta? Sendo assim, esta seria uma questão teórica? Ética? Epistemológica?

Pensando nos aportes teóricos que levaram à defesa da não intervenção, perguntei-me porque a "descoberta" da impossibilidade de controle ou de interação instrutiva levaria necessariamente à não intervenção. E, ainda, se a terapia transforma-se em um contexto colaborativo, reflexivo e dialógico, isto significa excluir a ação?

A postura de não intervenção, muitas vezes é considerada e confundida com distância, "neutralidade", mas uma postura construtivista não significa mais envolvimento? O terapeuta não constrói também a realidade terapêutica?

Acrescentei a todas estas questões o incômodo derivado da contradição entre um pensamento que valida a pluralidade do conhecimento, que questiona a "verdade" única e uma tentativa de normatizar uma prática e invalidar outras possibilidades. Por que uma visão que retira as constrações da busca da verdade, do certo ou errado, seria tão restritiva quando aplicada à clínica? Porém, com que parâmetros norteio ou organizo minha prática?

A crítica ao objetivismo, que muitas vezes pressupõe ideais de controle é, sem dúvida, extremamente pertinente ao campo da psicoterapia. Acredito, porém, que como nos advertem Goolishian & Anderson (1990), devemos resistir às tentações de certeza, às armadilhas do absoluto que nos é tão caro. Como diz Maturana (1990), "conhecer o conhecer" nos obriga à reflexão ética.

O desenvolvimento deste trabalho parte do pressuposto de que a postura teórica, epistemológica e ética proposta pela cibernética de segunda ordem e pelos aportes a ela relacionados, não justificam o imperativo da não intervenção. Pretendo contextualizar e justificar o uso de intervenções terapêuticas, classicamente denominadas "diretivas" a partir deste referencial teórico. Não o farei considerando a eficácia de tais ações terapêuticas, nem a necessidade de seu uso em determinados casos. Tratarei de demonstrar a inconsistência de tal imperativo, partindo das bases teóricas que o sustentam. Pretendo colocar o uso de tais intervenções não como obrigatório ou desejável, apenas como possível.

Na tentativa de realizar esta tarefa, defino inicialmente os aportes mais gerais da cibernética de primeira e segunda ordem e em seguida as derivações destes aportes no campo da terapia de família, especialmente aqueles mais envolvidos na discussão sobre a pertinência das intervenções ao contexto e aos objetivos terapêuticos. No segmento final, discuto as alternativas possíveis para a compreensão e desenvolvimento de descrições mais abarcativas da prática clínica, que buscam uma coerência com a visão teórica na qual está baseada a terapia de segunda ordem e que recolocam a questão das intervenções. Pretendo com isto ampliar a compreensão da atuação do terapeuta de família, em particular, e a do terapeuta que utiliza a visão sistêmica, de modo mais geral.

I Cibernética

A cibernética surge como disciplina científica no final da década de 40, fundada pelo alemão Norbert Wiener e no bojo de um movimento que deslocava o interesse científico da tradição ligada à energia e à matéria, utilizando como conceitos chave a informação e a organização.

Esta nova ciência surge no seio de um questionamento profundo sobre pilares da tradição científica como o mecanicismo e o objetivismo. Estas questões atingem pressupostos básicos do método de investigação científica, de sua divisão em disciplinas estanques, cada qual paradigmática em si mesma e fechada a outros domínios.

Esta problemática é introduzida no campo científico principalmente a partir da revolução quântica, que inclui na ciência temas como a relação observador/observado e o contexto da observação no âmago das ciências "duras", objetivas, como a física. Logo, estes problemas/ inovações estendem-se à química, principalmente à termodinâmica e à biologia.

Segundo Morin (1973), a evolução científica contemporânea provoca brechas no seio de cada paradigma isolado, brechas estas que são aberturas para outros domínios e através das quais se operam novas conexões e emergências teóricas.

A nova perspectiva teórica inclui, além da cibernética, teorias como a da informação (Shannon), dos jogos (von Neumann), dos sistemas gerais (von Bertalanffy), e se propõe a estudar princípios organizativos que se apliquem simultaneamente ao campo das máquinas artificiais, aos organismos vivos e aos fenômenos psicológicos e sociais. Considera que todos estes sistemas obedecem a princípios organizacionais ligados à informação.

A cibernética foi definida de muitas maneiras. Por Wiener (1948), como a ciência que estuda o controle e a comunicação no animal e na máquina. Warren Mc Culloch, citado por Sluzki (1985), referia-se a ela como uma epistemologia experimental preocupada com a comunicação "dentro" do observador e entre este e a Natureza. Bateson a considerava como uma nova ciência da forma e do padrão, da ordem. Segundo von Foerster (1991) ela se ocupa basicamente da circularidade no estudo dos mecanismos de causação circular, retroalimentação e auto-referência em sistemas artificiais, biológicos ou sociais. Já segundo Varela (1988), a intenção do movimento

cibernético se pode resumir como a criação de uma nova ciência da mente, já que os mecanismos circulares logo foram comparados aos mecanismos de funcionamento da cognição, da comunicação, etc. Na visão destes fundadores, a mente era um tipo de organização, um mecanismo não restrito ao crânio-cérebro, mas relacional, localizado na interação entre elementos e não nos elementos em si.

A pergunta pela ordem - como as coisas no mundo se ordenam ? Como nós ordenamos o mundo ? - leva esta ciência ao estudo dos sistemas não como simples agregados, mas como entidades que contém e são contidas por princípios de ordenação e regulação. Isto insere o estudo dos sistemas no reino da complexidade. O modelo mecanicista de causa-efeito, se bem é útil no reino da energia e da matéria, não o é no reino de complexidades organizadas.

Como corolário, a cibernética emerge como a ciência da inter e da transdisciplinariedade, reunindo esforços de cientistas de diversas áreas e países como Wiener (matemático), Mc Culloch (neurofisiólogo), Bateson (antropólogo e teórico da comunicação), von Foerster (físico), Rosenblueth (biólogo), Piaget (psicólogo, epistemólogo), Lorenz (etólogo), M. Mead (antropóloga) entre outros. Este esforço conjunto notabilizou-se nas Conferências Macy sobre mecanismos circulares e de retroalimentação em mecanismos sociais e biológicos.

Nestes anos pioneiros, é interessante notar, todos os temas que hoje se debatem, já eram preocupações destes cientistas. No entanto, muitos deles só hoje adquiriram relevância e foram retomados com a entrada da cibernética em sua mais recente fase - a cibernética de segunda ordem. Abordaremos esta afirmação com mais detalhes em um item especificamente dedicado a este tema.

Por volta de 1956, os principais membros deste grupo das Conferências Macy se dispersaram e alguns converteram-se em divulgadores e continuadores das principais idéias surgidas a partir deste movimento. Deixaram suas marcas em muitos ramos da ciência e, na área que é relevante para esta dissertação, destacam-se Gregory Bateson e Heinz von Foerster, além de inúmeros outros teóricos de gerações posteriores.

I.1 A circularidade

Em suas pesquisas Wiener tratava de conceber teoricamente, para depois construir, máquinas que pudessem ter um "propósito" e operar de modo tal que corrigissem seu próprio funcionamento, de forma a manter e cumprir este objetivo (Pakman, 1991).

Esta comparação entre uma meta prevista e o comportamento efetivo, implicava na existência de um circuito circular entre os elementos da máquina, que a levasse a corrigir seu funcionamento, aproximando-se o máximo possível de seu propósito, otimizando assim seu rendimento. Este mecanismo foi chamado retroalimentação. Ele reinsere no sistema o resultado de sua história passada e mantém seu funcionamento oscilando em torno da meta proposta. Se a informação gerada pela reinserção dos resultados passados e sua comparação com a meta prevista do sistema, modificam seu método geral de desempenho, temos um processo que se pode chamar de aprendizagem (Keeney, 1983).

A idéia deste enlace circular entre os elementos de um sistema que o levava a compensar seu funcionamento em direção a um padrão preferencial, foi logo utilizada para entender sistemas naturais e com isto enriqueceu-se consideravelmente.

Algumas consequências derivam-se desta noção de circularidade, a saber :

-- compreender ou conceber o funcionamento de determinada máquina artificial ou natural não é suficiente a partir de seus elementos isoladamente. Ou seja, o vocabulário científico ligado à energia, força e matéria é insuficiente para a compreensão de totalidades complexas. No caso do mundo vivo, isto significa a concepção do mundo como globalmente interligado, como cadeias hipercomplexas de eventos. A Natureza não é tratada como complexidade desorganizada, amorfa, passiva, mas como complexidade organizada (Morin, 1973 ; Bertalanffy, 1967)

--Se considerarmos A causalmente enlaçado a B, B a C, C a D e D novamente a A, podemos distinguir dois níveis de causalidade. Por um lado, podemos tomar porções desta cadeia e vê-las linearmente, do passado ao futuro, gerando-se umas as outras. Mas, ao mesmo tempo, em seu operar conjunto, ao cerrarem-se sobre si mesmas geram um nível de autonomia com relação ao

meio expressado pelo fato de que "o sistema total mostra um propósito no futuro que atua como uma endocausalidade num nível diferente do das causas anteriores." (Pakman, 1991, p. 21)

Isto significa que quando o sistema é perturbado, não só o efeito sobre seus componentes e suas interações interessam, mas também o que o sistema como totalidade tem como propósito. O propósito atua como causalidade "desde dentro" (Pakman, 1991).

A noção de propósito foi extensamente discutida na aplicação dos modelos cibernéticos aos sistemas auto-organizadores como os seres vivos. A noção de causalidade desde dentro foi redefinida mais em termos de autonomia e coerência do sistema do que em relação a um propósito ou um nível de funcionamento ótimo. (Maturana & Varela, 1984; Bateson, 1979). Retomaremos estas questões redefinidas no item referente aos sistemas auto-organizadores.

-- Os sistemas explicados em termos de circularidade, são sistemas em que a história conta. O que acontece atualmente está restringido pelo operar do sistema no passado. A história atualiza-se no funcionamento presente do sistema. Esta é a própria essência do modelo de retroalimentação.

-- A noção de controle é encarada inicialmente como corolário do funcionamento circular. O controle é exercido através dos mecanismos de retroalimentação que mantêm o sistema funcionando o mais próximo possível de um nível ótimo, anulando os desvios desta direção. Esta idéia se complexiza, transformando-se em regulação. Especialmente no mundo vivo, a regulação não significa fixar caminhos previsíveis, mas reestruturações complexas e constantes das interrelações entre os componentes do sistema, a partir das restrições do meio ambiente, ou seja de uma modulação mútua entre o funcionamento do sistema e do meio. A regulação gera níveis de estabilidade que dependem da mudança constante em outros níveis de funcionamento de sistema.

-- Não há um componente do sistema que tenha "poder" de controlar outros, ou que determine unilateralmente o funcionamento de outro. Assim como não há um "processador central" de informação que controle o sistema como um todo. A regulação é dada pela totalidade das interações do sistema, como funcionamento coerente com estas interações, emergente, restringido e possibilitado por elas, em co-modulação.

Segundo Bateson (1967, 1979), o mecanismo de regulação de um sistema cibernético é posto em movimento pela diferença entre um estado presente e um estado "preferido". Assim, pode entender-se toda mudança como corretiva em níveis ou ordens superiores do sistema. Na medida em que, para aproximar-se do funcionamento "preferido" e mantê-lo, o sistema realiza mudanças em seu funcionamento presente, toda constância mantém-se através de mudanças contínuas.

Para o modelo cibernético mudança e constância são inseparáveis e complementares e não uma dualidade polarizada.

A partir de idéias como estas, a cibernética torna-se um modelo que permite entender tanto os sistemas artificiais, como os de natureza biológica e social. Ela ainda mantém os dois campos de aplicação. Cada um deles mantém, é claro, ligações com o outro. Não são absolutamente ramos estanques e isolados. No entanto, algumas questões, dilemas levantados sobretudo na área do estudo, dos sistemas auto-organizadores, ficaram relegados a segundo plano até final da década de 70 e início da de 80.

A idéia inicial da aplicação do modelo da retroalimentação e da lógica, especialmente, a matemática, ao estudo e compreensão do cérebro humano, teve como corolário a analogia do cérebro com o computador. Esta analogia ainda hoje prevalece em algumas áreas que foram influenciadas diretamente pela cibernética, embora o modelo tenha se sofisticado enormemente. Um exemplo é toda linha de abordagem da aprendizagem, da cognição, que se liga ao desenvolvimento da Inteligência Artificial.

Atualmente, a retomada da atenção aos sistemas auto-organizadores trouxe não só um enriquecimento à área da cibernética, mas também propõe novos problemas e uma nova direção para a compreensão do conhecimento e da mente colocados desde o início da aventura cibernética.

Obviamente, na descrição contida neste trabalho dos dilemas evolutivos da cibernética, o foco estará localizado nos resultados que se mostram relevantes para a área da terapia sistêmica. Com isto teremos um recorte muito aquém das repercussões desta evolução na ciência como um todo. Este recorte serve apenas como fio condutor e contextualizador dos dilemas evolutivos na terapia sistêmica, influenciada desde seu nascimento pela cibernética.

I. 2 Teoria Geral dos Sistemas

Relevante também para este trabalho é a confluência da cibernética com a Teoria Geral dos Sistemas. Na verdade, o nome "terapia sistêmica" é muitas vezes atribuído a uma influência predominante da teoria desenvolvida por Ludwig von Bertalanffy desde a década de 30. Este autor buscava descrever leis que explicassem o funcionamento de sistemas gerais, independentes da sua "substância". Era também uma tentativa de aplicar princípios organizacionais a sistemas, notadamente os biológicos e sociais. Bertalanffy realizava sua empresa desde a biologia, e não desde a matemática, como os precursores da cibernética.

Havia uma grande preocupação para Bertalanffy de, embora reconhecendo semelhanças e analogias entre a disciplina que concebia e a cibernética, esclarecer diferenças fundamentais. Para ele a cibernética conservava aspectos mecanicistas. O modelo de retroalimentação era insuficiente para explicar ou descrever sistemas biológicos, apesar de aplicável a uma certa variedade deles, particularmente àqueles resumidos sob o conceito de "homeostase", ou conservação de parâmetros biológicos importantes em nível constante (Bertalanffy, 1967, 1968).

"Ao mesmo tempo, torna-se claro que identificar a cibernética com a teoria geral dos sistemas é um equívoco. O modelo de retroalimentação é somente um tipo bastante especial de sistema de auto-regulação. O fato de que encontramos muito frequentemente sistemas de retroalimentação em biologia (e em psicologia), não deve ocultar-nos suas limitações." (Bertalanffy, 1967, p. 107)

A cibernética usa como modelo causal a circularidade e Bertalanffy (1967) acredita que nos sistemas gerais há uma interação dinâmica de forças entre muitas variáveis. O organismo vivo mantém através destas interações dinâmicas múltiplas um estado de **desequilíbrio** constante. O comportamento autônomo do organismo é frisado pelo autor (Bertalanffy, 1968). A atividade autônoma significa que um estímulo "não causa um processo em um sistema que de outra forma seria inerte; apenas modifica processos num sistema autonomamente ativo" (Bertalanffy, 1968, p. 6).

Desta forma, a homeostase torna-se um conceito insuficiente para explicar atividades

espontâneas, processos de criação de tensões no organismo, processos de crescimento, entre outros. Segundo o autor :

"A regulação dinâmica e homeostática são dois modelos aliados, mas diferentes, aplicáveis a fenômenos diferentes mas às vezes, também ao mesmo fenômeno. A homeostase é, essencialmente, um princípio **sincrônico**, isto é, referente à manutenção da constância durante um certo lapso de tempo. Porém, existem também princípios desenvolvimentistas ou **diacrônicos**. É uma regra empírica que os seres vivos, evolutivos, psicológicos, sociais, etc. tendem a uma crescente diferenciação e organização." (Bertalanffy, 1968, p. 14)

Para Bertalanffy a desconsideração do potencial evolutivo e de crescente organização dos organismos vivos na cibernética, inviabilizava sua aplicação ao mundo biológico ou social. Para ele, sistemas de retroalimentação são sistemas fechados, aonde não se considera a possibilidade de transição a estados de maior complexidade. Os sistemas fechados desenvolvem-se em direção a uma desordem crescente ou indiferenciação. Este princípio é conhecido como a "lei da entropia" na termodinâmica. Mas os organismos vivos contradizem esta lei, segundo Bertalanffy, implícita nos mecanismos de retroalimentação.

"Em um sistema aberto é possível termodinamicamente o aumento da ordem e a diminuição da entropia. A grandeza "informação" é definida por uma expressão formalmente idêntica à entropia negativa. No entanto, em um mecanismo de retroação fechado a informação só pode diminuir, e nunca aumentar, isto é, a informação pode transformar-se em ruído, mas não vice-versa." (Bertalanffy, 1968 B, p. 204)

Estas considerações apontam certamente para limitações que foram parte dos problemas da aplicação do modelo cibernético ao mundo biológico e social. No entanto, com a retomada do estudo dos sistemas auto-organizadores e as novas concepções daí decorrentes, muitas destas lacunas foram preenchidas. E, apesar do esforço de Bertalanffy em diferenciar sua teoria da cibernética, as duas praticamente se confundem e o modelo desenvolvido por ele é absorvido, transformado e mesmo ultrapassado pela cibernética de segunda ordem.

1.3 Cibernética de Primeira Ordem

A rede conceitual derivada da cibernética que, retrospectivamente, conhecemos como cibernética de primeira ordem, compreende duas características básicas. A primeira delas é o interesse pelos mecanismos e processos de homeostase, ou seja, as estratégias de ação dos sistemas e organismos para manter sua estabilidade, apesar da mudança permanente nas interações entre seus componentes e além do fluxo ininterrupto destes componentes, no caso dos sistemas vivos ou supraindividuais.

A segunda é que ela não inclui a noção de auto-referência, ou seja, entende seus modelos como correspondentes a uma realidade independente do observador, uma realidade ontológica.

Dedicar-me-ei nesta seção aos principais conceitos da cibernética de primeira ordem relativos a sua ênfase na estabilidade, já que a segunda característica será melhor discutida no item referente à cibernética de segunda ordem.

Na cibernética de primeira ordem existe uma definição dos sistemas baseada na estabilidade e voltada para a estrutura e mecanismos que ocorrem dentro do sistema. É ainda uma descrição que traz implícita a idéia de que os sistemas funcionam com uma meta, um propósito de funcionamento ótimo que equivale ao equilíbrio.

A característica de estabilidade dos sistemas vivos foi o primeiro foco de atenção dos teóricos da cibernética e que permitia uma analogia com as máquinas construídas a partir de mecanismos de retroalimentação.

A estabilidade é garantida pela ativação dos mecanismos de regulação e controle. Qualquer desvio do padrão de funcionamento previsto para o sistema é informado ao próprio sistema que realiza mudanças adaptativas, no sentido de manter o funcionamento dentro de seu modo habitual.

Este "padrão esperado" funciona como ponto de equilíbrio em torno do qual o sistema oscila.

I.3.1 Os Mecanismos de Retroalimentação

O modelo mais elementar de circularidade é o mecanismo de retroalimentação. O modelo causal circular realiza-se através destes mecanismos que são responsáveis pela estabilidade e mudança em um sistema.

O próprio termo "sistema" dentro da concepção cibernética é definido como um todo ordenado que mantém interações recorrentes entre seus componentes e que mantém o equilíbrio através de regulação e correção do desvio, ativado por erro.

Segundo Bateson (1971), os sistemas dos quais a cibernética se ocupa são submetidos a três tipos de restrição :

- a) alternativas econômicas limitadas
- b) retroalimentação
- c) redundância

As "restrições" a que se refere Bateson são, em outras palavras o padrão de coerência que se estabelece através do tempo em um sistema em co-evolução com um meio ambiente. Estas restrições são efeitos da seleção mútua de sistema e meio de alternativas de comportamentos compatíveis. A recorrência de relações, a emergência de um padrão, restringe alternativas possíveis de comportamento para o sistema. Restrições são fatores que determinam uma desigualdade de probabilidades de comportamento para um sistema. Equivalem a informação e ordem.

Isto está diretamente ligado ao conceito de retroalimentação no sentido em que um circuito de correção de desvios vai gerar uma resposta não aleatória a qualquer evento aleatório dentro do sistema. Além disto, eventos em qualquer posição do sistema podem ter efeitos em todas as posições deste. A informação passa por todo um circuito e o tempo requerido para que haja um retorno ao ponto de partida é uma característica básica do sistema como um todo. Os mecanismos de retroalimentação são formas pelas quais o sistema mantém sua continuidade, o que descrevemos como redundância, ordem ou padrão.

O sistema mais simples de retroalimentação é o servomecanismo, como um termostato, que através de um regulador corrige o funcionamento do aparelho para mantê-lo dentro de uma gama aceita de comportamentos. Assim funciona, por exemplo, o ar condicionado ou a geladeira.

Porém, adverte Bateson (1967), o uso desta analogia para os seres vivos não nos deve iludir a respeito da noção de controle unilateral do regulador sobre o sistema. Se existe algum elemento que controla a estabilidade de um sistema, ele próprio traduz diferenças no comportamento do sistema e, portanto, está submetido a elas e ao padrão de funcionamento do sistema.

Além disto, o termostato só pode modificar seu padrão aceitável de comportamento, seu ponto de equilíbrio, se alguém de fora realizar esta mudança. Esta analogia levou à idéia de que sistemas vivos também não mudavam espontaneamente seus padrões a partir de condições internas, mas somente a partir de contato com mudanças drásticas do meio que "empurravam" o sistema em direção à mudança.

A respeito dos sistemas vivos, Miller et. al (1960) propõem que a "unidade que deveríamos usar como o elemento do comportamento" é "o próprio circuito de retroalimentação". (p. 27)

Assim o comportamento passa a ser visto como uma sequência de eventos circularmente interligados, em que não se pode determinar a origem de tal circuito. Por exemplo, no par em que quanto mais um dos membros se afasta, mais o outro o persegue, o que faz com que o primeiro se afaste mais, e assim, sucessivamente. A escolha do ponto inicial da sequência é completamente arbitrário, uma questão de "pontuação" (Bateson, 1971).

É interessante notar que num circuito deste tipo, os comportamentos são co-determinados ou co-restringidos pela interação, mas também pelo comportamento prévio de cada elemento do circuito.

Apesar da importância dada por Bateson (1971) ao tempo na evolução destes circuitos em sistemas vivos, a utilização do conceito de retroalimentação para a compreensão do sistema humano, em geral, desconsidera a história. Segundo Simon et al (1985), esta noção de circularidade é sincrônica, ou aplicável apenas a sequências que ocorrem em um curto espaço de tempo.

A compreensão dos circuitos de retroalimentação explica, portanto, como um organismo ou sistema social se mantém estável e sobrevive, apesar das constantes mudanças de seu meio ambiente.

1.3.2 Mudança ou Destruição ? A ampliação do desvio.

Além dos processos de estabilização por correção do desvio, os sistemas cibernéticos também são dotados de outro tipo de mecanismo de retroalimentação que amplia o desvio. Estes mecanismos dão origem a escaladas ou curvas exponenciais dentro do sistema que podem levá-lo à destruição ou a uma mudança descontínua que transforma todo o padrão de funcionamento do sistema. Esta mudança é uma mudança de contexto, no próprio padrão de comportamentos possíveis ou restrições de um sistema, e respondem a variações extremas do meio ambiente.

Segundo Bateson (1971) :

a) Todos os sistemas biológicos e evolutivos contém subsistemas que são potencialmente regenerativos, isto é, que realizarão escaladas ou curvas exponenciais se não corrigidos. As potencialidades regenerativas são mantidas por uma série de circuitos reguladores que tendem para um estado "estável". Tais sistemas são conservativos, homeostáticos, isto é, os efeitos de pequenas mudanças serão negados e o estado estável mantido por ajustes reversíveis.

b) A constância de certas variáveis é mantida através da mudança em outras variáveis.

c) As mudanças originárias do impacto externo podem, lentamente, espalhar-se pelo sistema para manter sua estabilidade.

d) Neste último sentido, toda mudança é conservativa, pelo menos, em níveis superiores do sistema.

e) Em casos extremos, a mudança precipitará ou permitirá uma escalada ou desvio dos circuitos regenerativos. Isto pode ocorrer sem a total destruição do sistema. Mas, mesmo esta mudança tem limites, acima dos quais, o sistema corre perigo de dano severo.

Os mecanismos de ampliação do desvio sempre foram considerados como perigosos. Só mais tarde, os cientistas começam a perceber que as escaladas de ampliação do desvio serviam ao aparecimento de nova ordem no sistema. Podiam estar ligadas à mudança descontínua e a total reorganização do sistema. Assim a desestabilização, a desordem, a crise, adquirem novo valor. A

evolução de um sistema no tempo e, portanto, sua continuidade, dependem de uma combinação do aleatório e da redundância ou, se preferirmos, de desordem e ordem. Bateson (1979) sintetizou a importância desta combinação em sua teoria da evolução estocástica.

Na verdade, sempre se descreveu a mudança descontínua nos sistemas vivos. Sempre se soube de sua importância e singularidade. Bateson (1968 A) e Watzlawick et al. (1974), usando os mesmos conceitos descrevem a mudança descontínua como mudança de segunda ordem. Dentro de um sistema vivo, esta mudança significa reorganizar o contexto ou as próprias leis de conhecimento e apreensão do mundo. Segundo Bateson (1968 A), significa aprender a aprender ou aprender o contexto de aprendizagem. Este tipo de mudança contrapõe-se àquelas reversíveis e adaptativas que mantêm o sistema próximo ao seu padrão e que são relacionadas aos mecanismos de correção do desvio. Estas últimas foram chamadas mudanças de primeira ordem.

O impasse da cibernética foi como explicar ou mesmo prever as mudanças descontínuas. Que relação teriam com as mudanças meramente adaptativas ?

Após atribuírem importância fundamental à ampliação do desvio para a ocorrência de tais mudanças descontínuas conclui-se também que nos sistemas vivos ocorrem simultaneamente vários circuitos de retroalimentação, alguns anulando, outros ampliando desvios do padrão. Estes circuitos ocorrem em áreas diversas do sistema e são conectados entre si, sendo sua articulação responsável pela meta-regulação do sistema. Em outras palavras, a ampliação do desvio serve à estabilidade do sistema como um todo. Sistemas menos complexos ou subsistemas mudam para garantir a estabilidade de sistemas mais complexos. Nos sistemas vivos, a alternância destes ciclos é responsável pela estabilidade mais geral. A constância é mantida através de constantes mudanças.

Pode-se considerar, portanto, que a ampliação do desvio é apenas parte de um circuito maior de anulação. Por exemplo, o suicídio em massa dos "lemmings", se considerado a nível da população atual, é um circuito de ampliação do desvio que leva a uma mudança descontínua, mas se considerado a nível da espécie, serve para a manutenção e estabilidade da população em relação ao ecossistema.

Estas afirmações, inicialmente consideradas como uma articulação possível entre mudança e estabilidade, estão apoiadas na idéia de que os sistemas são organizados em níveis, ou numa hierarquia de complexidade crescente. O nível ou ordem superior inclui o inferior, o contextualiza. Por exemplo, indivíduo / família / sociedade ou mensagem / metamensagem, mudança de primeira ordem / mudança de segunda ordem.

Outra observação importante é que alguns circuitos de ampliação do desvio são revertidos em algum ponto, não ultrapassando os limites aceitáveis do sistema. Por exemplo, numa discussão entre duas pessoas em que cada uma assume uma posição oposta a outra, decidido e indeciso, quando o nível de tensão na relação chega a um patamar insuportável devido à exarcebação das posições, frequentemente, ocorre uma inversão destas. Com isto mantém a polaridade e reiniciam um novo circuito de ampliação do desvio até um nível máximo de tensão suportável.

Voltamos, então, ao impasse da cibernética de primeira ordem. A ampliação do desvio leva à mudança ? O que mantém tais sistemas tão estáveis ? Por que alguns circuitos de ampliação do desvio são revertidos e outros não ? Será que os mesmos mecanismos responsáveis pela manutenção do sistema também o são por sua possível destruição ? Pode-se prever quando um circuito destes será a destruição ou o salto para uma nova forma de funcionamento ?

Em outras palavras, como explicar a mudança, especialmente a descontínua, desde uma visão puramente homeostática dos sistemas ?

Os teóricos da cibernética, até este momento, tentavam explicar a mudança desde um paradigma que tem como subjacente a noção de um mundo estático, em equilíbrio. A mudança é vista como algo que é evitado, ao qual o sistema resiste, enquanto ele pode. As pequenas mudanças graduais (de primeira ordem), mantêm o sistema próximo do equilíbrio e evitam saltos descontínuos e ameaçadores. Segundo Bateson (1967), a Natureza evita temporariamente o que parece ser uma mudança irreversível, aceitando uma mudança efêmera.

Segundo Hoffman (1981), a visão demasiado estruturalista dos sistemas nesta época não reflete o poder que eles tem de reorganizarem-se de forma repentina e imprevisível. Segundo Dell (1982), a analogia cibernética baseada na retroalimentação é mecanicista e limitada.

Desde esta perspectiva, estas questões jamais foram respondidas a contento. Mas no afã de encontrar a resposta, a cibernética dá o seu salto descontínuo, ampliando sua visão para além dos mecanismos de retroalimentação e do equilíbrio, apontando novas perspectivas, novos caminhos para a resolução destes impasses.

I.4 Cibernética de Segunda Ordem

Como já mencionamos anteriormente, desde seu início, a cibernética atraiu cientistas das áreas humanas e sociais que vislumbravam no novo campo de estudos um modelo eficiente para aplicação em áreas como a comunicação, a neurofisiologia, a antropologia, a sociologia e a psiquiatria. Este interesse levou a cibernética a deslocar-se do estudo de máquinas artificiais, construídas pelo homem para o entendimento de sistemas que não são, e não podem ser, organizadas de fora - os sistemas auto-organizadores.

A atenção a esses sistemas ressaltou o estudo de noções como autonomia (o fato de que estes sistemas são regidos pelas próprias leis) e auto-referência. Esta última, uma operação lógica, por meio da qual "uma operação toma a si mesma como objeto. Por exemplo, quando falamos da linguagem, pensamos o pensamento, ou somos conscientes de nossa consciência." (Pakman, 1991, p. 23)

Assim, às noções clássicas da cibernética de primeira ordem, como a circularidade, a informação, a regulação, etc., incorporam-se outras, recém-chegadas do campo dos sistemas auto-organizadores. Mais do que isto, a incorporação destas noções redefine as primeiras de forma bastante diversa. Dentre elas, algumas das mais importantes são: desordem, complexidade e coerência. desenvolvidas por cientistas como Humberto Maturana, Heinz von Foerster, Ilya Prigogine, entre outros.

A adoção desta nova conceituação teórica, denominada por von Foerster de cibernética de segunda ordem, revela a insuficiência dos modelos anteriores baseados nas noções de estabilidade e controle dos sistemas. Os sistemas auto-organizadores, como os sistemas biológicos e sociais, são extremamente complexos, funcionam em patamares distantes do equilíbrio, são em princípio instáveis, ou segundo Prigogine (1979), "estruturas dissipativas". O que quer dizer que são profundamente sensíveis e dependentes de trocas com o meio para sua sobrevivência e evolução e funcionam transformando desordem em ordem.

Os sistemas auto-organizadores complexos combinam ordem e desordem, determinismo e

probabilidade como partes essenciais de sua história. As mudanças nestes sistemas se dão a partir de perturbações que tem origem em seu funcionamento interno ou são disparadas pela relação com o meio ambiente, que são amplificadas e que têm destino imprevisível e irreversível. Ou seja, não se pode, em um dado momento, traçar o caminho do sistema de volta a um estado anterior ou original.

Em qualquer ponto da história de um sistema, existem vários pontos de instabilidade, que são caminhos disponíveis para seu curso futuro. A seleção deste caminho é imprevisível para o observador, não pode ser controlada e combina repetição e acaso.

"Todo sistema auto-organizador adquire e/ou incrementa sua ordem, não só a partir de sua ordem anterior, não só a partir de fenômenos aleatórios de desordem, mas também a partir do fato de que é em si mesmo um 'selecionador' de elementos que lhe resultam úteis para sua própria estrutura a partir da desordem ambiental." (Pakman, 1991, p. 34) *

Este princípio foi denominado por von Foerster (1960), "ordem através do ruído" e por Prigogine (1979), "ordem através da flutuação".

A outra característica dos sistemas auto-organizadores é que são redes de produção de componentes que participam, recursivamente, desta mesma produção de componentes. Isto significa que são produtores e produtos de si mesmos em um processo recursivo e auto-referente. A auto-referência torna-se uma nova versão da circularidade. Dentro desta organização, perdem sentido as diferenças usuais entre produto e produtor, entre começo e final, forjando uma unidade em que estes aspectos definem-se e regulam-se mutuamente. Esta qualidade peculiar dos sistemas auto-organizadores configura sua autonomia (Varela, 1981).

A auto-organização implica em que as propriedades dos componentes "isolados" de um sistema, não determinam unilateralmente as propriedades deste. Ao invés disto, as propriedades de um sistema são as propriedades das relações e interações produzidas por e que produzem seus próprios componentes. Assim, atribuir um valor determinante a qualquer componente ou a qualquer de suas propriedades, porque ele parece essencial, é um artifício semântico (Varela, 1974).

* Esta citação, assim como outras que não tem tradução em português, foram traduzidas pela autora.

Esse tipo de funcionamento que se volta sobre si mesmo confere ao sistema uma característica cerrada ou de "clausura operacional" (Maturana & Varela, 1984), no que diz respeito à informação. Em outras palavras, isto quer dizer que, embora a relação com o ambiente seja fundamental, ela não determina ou controla os cursos do sistema. Ele responde a suas próprias leis de constituição e compatibilidade interna. Perturbações do meio não determinam o comportamento do sistema, apenas geram comportamentos compatíveis com sua constituição. Assim, informação para um sistema não é algo pré definido, mas algo que faz sentido para determinado sistema.

Maturana & Varela (1984), estudando sistemas autopoieticos, que podem ser considerados um tipo especial de sistemas autônomos, assinala que eles não admitem "interações instrutivas". Não se pode, desde fora de sua coerência, determinar sua direção. O que distinguimos como unidades em relação acoplam-se, encaixam-se e co-evoluem, modulando recursivamente as mudanças em suas estruturas permitindo ao sistema sua continuidade. Se este processo se interrompe, cessa a existência do sistema ou da unidade assim distinguida.

Esta definição vai ao encontro da de von Foerster (1960) dos sistemas auto-organizadores como "selecionadores" de ruídos do meio, úteis a sua evolução. Também é análoga ao que Bateson (1979) chama de evolução estocástica. Um processo através do qual uma sequência de eventos combina componentes aleatórios com um processo seletivo de forma que apenas alguns resultados são possíveis de permanecer.

O círculo fechado da auto-referência, portanto, é criativo e virtuoso, e não vicioso e repetitivo (Varela, 1981).

Nos sistemas auto-organizadores, estabilidade e mudança são processos entrelaçados, complementares, espontâneos e em relação recursiva, onde nenhum é o fundamento do outro, não existem separadamente. A estabilidade de um sistema é sua continuidade no tempo, mais além da mudança permanente em seus componentes e mais além do fluxo permanente destes

componentes, não tendo nada a ver com a manutenção de sua estrutura inalterada, especialmente no caso dos sistemas vivos e sociais.

Por esta via, é inevitável a inclusão do próprio observador nos sistemas que observa, pois ele também é um sistema auto-organizador e que forma com outros sistemas da mesma classe novas unidades autônomas. Os circuitos da circularidade expandem-se para enlaçar o observador. Segundo Pakman (1991), o próprio observar delimita em si mesmo, "um outro sistema autônomo, no qual observadores e sistema observado interatuam através de processos auto-referenciais." (p. 24) Cai por terra a clássica distinção observador / observado. É a era dos "sistemas observantes" (von Foerster, 1982 B).

Consequência maior da aplicação dos conceitos cibernéticos ao observador é o questionamento da fundamentação do conhecimento que este pode ter dos sistemas aos quais observa. Dito de outra forma, começam a ser questionados os pressupostos da objetividade e da representação, adotados até então pela cibernética de primeira ordem.

A cibernética de segunda ordem reintroduz ao campo temas como o conhecimento, a linguagem, a construção do sentido e da subjetividade. Este efeito, segundo alguns autores (Pakman, 1991; von Foerster, 1979; Bateson, 1979), transforma a cibernética em uma epistemologia. Este termo, redefinido para o campo cibernético, designa a tentativa de responder às perguntas sobre o conhecimento e o "conhecedor".

Pakman (1988), seguindo von Foerster (1982 B), aponta que até este ponto a "epistemologia emergente na cibernética era uma epistemologia de sistemas observados." (p. 36) . A partir daí, no entanto, torna-se uma epistemologia dos sistemas observantes.

"Esta epistemologia dos sistemas observantes, ou como se pode chamar, construtivista, surgiu como produto evolutivo da cibernética, quando esta se ocupou dos próprios modelos cibernéticos." (p. 37)

No que poderíamos concluir que o processo auto-referencial na própria cibernética deu origem a um salto criativo, que, em interações recursivas, redefine as ciências e os campos de atuação enlaçados a ela, criando novas ordens, como no próprio processo de auto-organização ao

qual dedica atualmente seu interesse.

I.4.1 O Conhecer : ação e linguagem

A redefinição do interesse de estudo da cibernética, coloca-a em consonância com as teorias construtivistas, com o estudo do papel da linguagem na construção da realidade, do conhecimento e da subjetividade.

Estudando sistemas auto-organizadores, questiona-se a noção do conhecimento como computação, transformação ou codificação de representações de uma realidade pré-definida.

A noção de conhecimento como computação, supõe que se tem a capacidade de representar o mundo a partir de traços externos. Na medida em que a representação seja correspondente à realidade, a conduta do sujeito terá êxito (Varela, 1988).

As regras para este processamento da informação também são definidas dentro do sistema. O cérebro, nesta visão, seria um processador lógico central. Varela aponta que, ainda hoje,

"o critério de cognição continua sendo uma representação correta de um mundo externo que está dado de antemão. Fala -se de elementos informativos a serem captados como traços do mundo (como formas e cores), ou bem, encara-se uma definida situação de resolução de problemas que implica em um mundo também definido." (p. 89)

Na verdade, desde a conceituação da autonomia dos sistemas auto-organizadores, o conhecimento revela as propriedades emergentes do observador e não uma "realidade" independente, "lá fora". Esta "realidade" não determina o conhecimento, mas sim a estrutura do observador. "Estrutura" neste caso, designa um sistema complexo, mutante e que engloba desde o nível da corporalidade, até as tradições culturais e linguísticas do mundo em que se vive. Em outras palavras, não há realidade independente da linguagem, que é a propriedade singular da organização e definição do humano.

Se, em nosso observar o mundo, revelamos nossas propriedades como observadores, seguramente temos que abrir mão da objetividade do conhecimento, ou mesmo da idéia de que a partir de codificações, representamos o mundo lá fora. Abandonamos a noção de correspondência entre conhecimento e realidade, ou de que o conhecimento é a construção de mapas que correspondem a um território.

Estas conclusões ratificam o desvio da cibernética da pergunta acerca da realidade para perguntas sobre aquele que conhece. Desvia-se do estudo das noções para o dos usuários das

noções (Pakman, 1991).

As perguntas então se tornam: Como geramos nós este sistema que descrevemos? Como emerge o observador ?

Segundo Maturana & Varela (1984), "tudo o que é dito é dito por um observador" (p. 13). E sua observação é resultado de sua dinâmica interna como ser vivo e humano.

"O mundo em que vivemos é um mundo de distinta classe do que se pensa correntemente. Não é um mundo de coisas externas que se capta no ato de observar, mas sim um mundo que surge na dinâmica de nosso operar como seres humanos." (Maturana, 1991, p. 31)

Abrindo mão do conhecimento como representação de algo "lá fora" e tomando-o como construção, faz-se necessária uma teoria do observador. Isto inclui considerar restrições e possibilidades que se colocam desde a biologia até o contexto cultural, passando por todas as distinções contextuais que quisermos fazer. Coloca também o cientista numa situação nova, na qual, por ser um sistema auto-referente, constrói uma teoria que estuda a si mesmo. Não pode ter certezas, só fazer afirmações desde si mesmo, de dentro de seu campo de estudos e do compartilhar com seus pares. Como define a imagem de Sluzki (1985), é como estar num barco, construí-lo e navegá-lo, ao mesmo tempo.

Uma teoria do observador, portanto, não se dissocia de uma teoria da ação, da ética e da estética.

Von Foerster (1974) acrescenta à frase anteriormente citada de Maturana & Varela (1984) - "tudo o que é dito é dito por um observador" (p.13), uma outra, corolário da primeira: "Tudo que é dito é dito a um observador." (p. 89). Ou seja, os "observadores" conectam-se através da linguagem e são o núcleo elementar da sociedade que realizam ao usar esta linguagem. De forma que, ainda que de maneira irônica, o autor afirma que "a realidade é uma referência válida para ao menos dois observadores." (von Foerster, 1960, p. 43)

Se, por um lado, a emergência do observador se dá em um contexto social e cultural, ou seja, a observação é construída contextualmente, por outro, os observadores constroem o contexto que os constrói como observadores. Estamos de novo, diante da auto-referência. Não é possível

distinguir uma anterioridade lógica para qualquer um destes conceitos - observador, linguagem, sociedade. O importante é ter em mente esta relação triádica (von Foerster, 1979). Se o mundo em que se vive se configura com os outros na convivência e na linguagem, podemos concluir que construímos também a linguagem e a nós mesmos nesta convivência. Conhecedor e conhecido, sujeito e objeto, determinam-se mutuamente e surgem simultaneamente (Varela, 1988).

O observador é entendido como agente contextualizado biológica, histórica e culturalmente. Maturana (1991) nos fala destes aspectos indissociáveis e recursivamente ligados.

"Penso que nós, seres humanos, somos seres culturais, não biológicos. Ainda que sejamos biologicamente *Homo sapiens sapiens* ... Em minha opinião, o humano surge na história evolutiva com a linguagem. Quando isto ocorre, o viver na linguagem torna-se parte do fenótipo ontogênico que define nossa linhagem cultural e, em torno a cuja conservação se dão todas as variações estruturais que o levam a ser biologicamente *Homo sapiens sapiens*" (p. 142)

Segundo esta linha de pensamento, linguagem é prática social e indissociável do conhecimento. Conhecimento é ação. A visão de linguagem desenvolvida dentro dos referenciais da cibernética de segunda ordem, é uma visão da linguagem como constitutiva do sujeito e do mundo em que se vive.

A linguagem não transmite informação, não denota objetos da realidade, não reflete o mundo. Ela cria o mundo e o sujeito deste mundo desde um domínio cooperativo de interações, através do desenvolvimento de referenciais compartilhados.

" ... E todos sabemos cotidianamente que o mundo no qual vivemos é um mundo de acordos sobre ações. ... O problema não está na convivência, nos acordos, nem no dar-se conta de que não podemos fazer referência a uma realidade independente. O problema está na crença de que podemos fazer esta referência, no apego a ela através de crer que uns podem dominar os outros reclamando para si o privilégio de saber como são as coisas em si." (Maturana, 1991, p. 24)

Nós como observadores fazemos distinções na linguagem e as consideramos como objetos de um mundo "lá fora" que tem existência independente de nós. Porém, há tantos mundos quanto observadores, ou talvez, melhor dizendo, tantas configurações quanto comunidades de

observadores que as definam e validem como tal. Vivemos não mais em um universo, mas em um "multiversa" (Maturana & Varela, 1984).

A idéia da linguagem como constitutiva redefine, portanto, noções como descrição, avaliação, fato e valor, por exemplo. Também a oposição entre objetivo e subjetivo perde o sentido. Como aponta von Foerster (1974), se a proposição de objetividade não faz sentido, sua negação resultará numa proposição igualmente sem sentido - a da subjetividade. Para Varela (1988),

"Se o mundo no qual vivemos vai surgindo, ou sendo modelado ao invés de ser pré-definido, a noção de representação já não pode desempenhar um papel protagônico." (p. 90)

Só recentemente a idéia do conhecimento como espelho da natureza foi desafiada e o conhecer passa a ser entendido como uma "atividade circular que enlaça a ação e o conhecimento, o conhecedor e o conhecido em um círculo indissociável." (Varela, 1988, p.90)

Já não se pode mais dizer que o conhecimento corresponde ao "mundo real", mas apenas que é viável para nossa sobrevivência e para lidar com os problemas ou perguntas que nos fazemos ao atuar sobre ele.

Assim, o conhecimento é ação no mundo, uma história de acoplamentos que faz emergir um mundo. Segundo von Foerster (1981): "Se queres conhecer, atua!" (p. 55)

Segundo Varela (1988):

"a **inteligência** deixou de ser a capacidade para resolver um problema, para ser a capacidade de ingressar em um mundo compartilhado." (p. 110)

Isto modifica as concepções iniciais da cibernética sobre a computação e codificação do mundo em mapas. Além disto, esta nova orientação focaliza o processo evolutivo do sistema e seu curso imprevisível, mais do que a resolução de tarefas específicas pelos sistemas, como a regulação. Esta orientação lança a cibernética na direção da temporalidade do viver, seja de uma espécie, de um indivíduo ou de uma sociedade.

Em outras palavras, abre-se mão da noção de que o funcionamento do sistema tem uma finalidade, uma meta que, em termos de conhecimento, seria atingir uma "caracterização ótima da regularidade ambiental" (Varela, 1988. p. 114)

Esta perspectiva ignora toda forma de adequação ótima, admite apenas a viabilidade. O "ótimo" estaria sempre referido a um modelo pré-definido e pré-existente à coerência do sistema em questão. Como afirma Varela (1988):

"Meu argumento é que as propriedades cognitivas emergiram nos sistemas vivos sem tal preocupação pela caracterização ótima. Resultam de histórias de compensações viáveis que criam regularidades, mas que de nenhuma maneira é óbvio que elas correspondam a um referencial único." (p. 114-115)

Podemos concluir assim que o construtivismo como posição que emerge na cibernética de segunda ordem não é um "relativismo", já que isto implicaria na existência de algo independente da observação, um "a priori", que pudesse ser visto de diversos ângulos. Também não se trata de considerar ingenuamente que qualquer construção é válida, que o que vemos ou pensamos está na "cabeça" de cada um.

A atenção, o reconhecimento de que vivemos em um mundo construído por nós mesmos não nos distancia ou nos torna imunes à forma de pensar, sentir e viver que criamos e aprendemos em nosso contexto. Na verdade, nos é impossível ficar "de fora" de nosso mundo, mesmo considerando-o construído na linguagem. A possibilidade de contato com a diversidade cultural, de sentidos e sujeitos existentes no mundo, não nos torna menos "parte" deste mesmo mundo. O fato, por exemplo, de sabermos que a noção de indivíduo é uma construção de nosso tempo, não nos faz sentir menos delimitados desta forma. A esta condição, Maturana (1990) dá o nome de "objetividade entre parênteses".

Porém, apesar desta inescapável pertinência e constituição desde os mais diversos discursos, não somos produtos apenas de entrecruzamentos discursivos. Esta idéia aniquila a inclusão de nossa corporalidade, da biologia, da singularidade na articulação destes discursos, da história pessoal e da possibilidade de mudança a partir desta singularidade.

Esta visão da linguagem e do conhecimento compartilhada por, entre outras disciplinas, a cibernética, nos leva a uma indagação contínua sobre as condições de nosso operar no mundo, sobre as limitações e possibilidades deste operar e seus resultados. Voltamos à condição auto-

referente e à possibilidade reflexiva do ser humano.

Se considerarmos sistemas auto-referentes, abrimos mão de bases estáveis e transcendentais para certificar-nos de nosso conhecimento, deparamo-nos com compromissos ontológicos e éticos diferentes. Segundo Luhman (1986), todas as teorias são programas para observação e "todas as observações tem que escolher um sistema de referência, sendo a auto-observação um caso especial." (p. 323) Isto significa abrir mão de todos os "a priori" e redefinir distinções contemporâneas como corpo/mente, razão/emoção, etc. Mas, além disto, a nossa autonomia como sistemas auto-organizadores nos leva a assumir a responsabilidade sobre nosso conhecimento e sobre a legitimação do conhecimento do outro (Maturana & Varela, 1984; Maturana, 1990,1991; von Foerster, 1982 A; Pakman, 1990,1991)

1.4.2 A ética na cibernética de segunda ordem

A adoção da cibernética de segunda ordem implica não só numa posição epistemológica diferente, mas, fundamental para o tema deste trabalho, nos leva a uma reflexão ética. Escolher uma visão da realidade como objetiva ou como construída no fluir de nossa coordenação com outros, é uma diferença que faz diferença.

No segundo caminho, que chamarei de "objetividade entre parênteses", acompanhando Maturana, qualquer afirmação é válida no contexto das coerências que a constituem como válida.

Todo ato humano tem lugar na linguagem. É ela que permite ao homem descrever, transformar sua experiência, explicar e refletir sobre o mundo que cria com outros. Por isso todo ato humano tem sentido ético. O processo de "conhecer o conhecer" torna a reflexão ética inescapável (Maturana & Varela, 1984; Maturana, 1990).

Considerar o que vemos e fazemos como um mundo construído com outros, na linguagem, implica em que o ponto de vista do outro seja tão válido como o nosso, embora possa nos parecer menos desejável. A ética, fundamentada desta forma, implica na legitimação da existência do outro e na responsabilidade pelo agir e interatuar com ele (Maturana, 1990).

Sem aceitação da existência legítima do outro, segundo Maturana (1987), não há fenômeno social. Se parto do princípio que existe uma realidade independente de mim, e que tenho acesso privilegiado a ela, aquele que não concorda está equivocado, cego, resistindo ou limitado em sua razão. Toda afirmação cognitiva é uma petição de obediência (Maturana, 1990).

E, se voltarmos a, em uma outra linguagem, lembrar que o mesmo fenômeno que explica o conhecer na cibernética de segunda ordem - a autonomia - impede que haja interação instrutiva entre sistemas auto-organizadores, o controle, a imposição de sentido sobre o outro, são apenas ilusões. Ilusões que, advertem autores como Bateson (1972,1979) e Maturana (1990, 1991), são origem da violência em uma cultura orientada para o controle como a nossa.

O corolário da posição construtivista, portanto, é uma ética voltada para a responsabilidade e para a crença no papel da multiplicidade, da singularidade e no homem como protagonista de seu

próprio destino. A reflexão ética revela o homem como ator e co-autor de seu mundo. Segundo

Pakman (1988):

"Ao não poder validar nossas construções como verdadeiras por corresponderem a uma realidade "lá fora", independente do observador, o que tem lugar é a ética e a responsabilidade. Se a realidade não é única, devemos nos encarregar de como a construímos e das consequências deste modo de construir." (p. 37)

Finalmente, segundo von Foerster (1981), a posição construtivista, contida na cibernética de segunda ordem tem como consequência um "imperativo ético" :

"Atua sempre de forma a aumentar as alternativas."
(p. 55)

II A Terapia de Família e a Cibernética

O contato entre a cibernética e o campo das ciências sociais produziu, entre outras, uma novidade: a terapia sistêmica de família. Não que a terapia de família tenha se desenvolvido exclusivamente a partir daí. No entanto, a associação entre a cibernética e a terapia de família deu origem a um fecundo campo de discussão que teve efeitos em ambas as disciplinas (Pakman, 1988).

Na década de 50, em várias partes dos EUA, desconhecendo-se mutuamente, alguns psiquiatras, grupos e instituições, desenvolveram pesquisas e modelos de atendimento psicoterápico à família. Talvez embalados por uma visão emergente, ressaltando contextos e ecologia, o sintoma passa a ser entendido como parte, expressão ou metáfora de relações interpessoais, principalmente as familiares.

A idéia do sintoma como "pertencente" a um indivíduo começa a ser questionada. Não só as relações familiares da infância influenciavam o comportamento sintomático, mas as relações atuais também são consideradas como possíveis origens do sintoma, como mantenedoras e até mesmo reforçadoras do comportamento sintomático.

Nesta época, não é difícil imaginar, as orientações psicoterápicas eram basicamente individuais. A psicanálise, neste momento, era forte influência no trabalho com saúde mental.

A nova idéia de tratar famílias, por si só, põe em xeque toda a leitura do comportamento humano feita pela psicanálise. Mais ainda, a terapia de família constitui-se inicialmente como dirigida à ação, ao comportamento. É essencialmente breve e diretiva. Os pioneiros da terapia de família enfrentaram não só problemas teóricos e técnicos, mas também éticos. Era incompreensível em alguns contextos da época a "quebra do sigilo", a ameaça à relação entre terapeuta e paciente, pela introdução de familiares na sessão terapêutica. Qual era a responsabilidade do terapeuta? Com toda a família, com a melhora do paciente sintomático? Todas estas questões eram novas e difíceis de compartilhar com colegas e supervisores (Goolishian e Anderson, 1991 A).

Haley (1971) também refere-se a esta situação. Segundo ele, a idéia corrente nesta época

era de que o paciente devia ser retirado de seu meio e tratado individualmente em um hospital ou consultório. A mudança devia ser interna ao paciente e seu meio social era desconsiderado.

"Porque alguns terapeutas romperam com as idéias estabelecidas sobre psicopatologia e mudança nos anos 50, não é claro. Geralmente tratar famílias inteiras trazia a eles a pena do isolamento profissional. Seria confortável assumir que tais terapeutas voltaram-se para o tratamento familiar por não estarem conseguindo resultados com a terapia orientada psicanaliticamente. No entanto, este fato não persuadiu outros terapeutas a mudar." (p. 2)

Técnica e teoricamente, esta torna-se uma época fértil em que muitos conceitos e formas de abordagem à família surgem, seja adaptando conceitos e práticas já aplicadas em terapia individual, seja criando e utilizando conceitos recém-chegados ao campo das ciências humanas, como os da cibernética e os da teoria geral dos sistemas. De qualquer forma, o campo das psicoterapias foi transformado e a história deu aos "transgressores" o lugar de pioneiros.

Já no final da década de 50, tornava-se claro que a terapia de família não se limitava a um novo método de tratamento, mas era uma nova forma de entender as relações humanas e suas mudanças. Algum tempo depois, lá pelo final da década de 70, a visão sistêmico-cibernética já tinha se estabelecido como parte de um novo paradigma que propunha uma nova forma de conhecer e atuar no mundo.

Embora, como já vimos, nem todas as abordagens da terapia de família sistêmica tenham se desenvolvido a partir do contato com a cibernética, esta certamente plantou suas sementes em praticamente todos os modelos de terapia de família que se conhece. Os conceitos e técnicas derivados dos primeiros estudos do grupo de Bateson logo tornaram-se símbolos da própria definição de terapia de família. Conceitos da teoria da comunicação em estreita relação com a cibernética passam também a fazer parte do campo.

Apesar destas diferenças de aplicação dos conceitos cibernéticos ao desenvolvimento da teoria e da técnica do atendimento familiar, a noção da família como sistema cujos membros interagem circularmente, atingem um padrão de funcionamento estável, obedecendo a regras relacionais e aonde os desvios deste padrão são corrigidos por comportamentos

compensatórios na sequência de interações da família, certamente foi um sucesso.

Assim, entender a família como sistema significa, acima de tudo, entender o sintoma como produto de interações. Entender cada indivíduo como imerso e indissociável desta rede de relações. A família não é a soma de indivíduos, uma visão sistêmica transcende esta noção. A leitura da dinâmica familiar revela uma totalidade, uma identidade grupal. Portanto, significa deslocar o foco do sintoma do indivíduo, para as relações que o produzem e mantêm.

II.1 O princípio da jornada: a primeira cibernética

O início da conexão entre terapia de família e cibernética se deu a partir de uma famosa pesquisa iniciada em 1952 e liderada por Gregory Bateson. Como um dos principais articuladores do modelo cibernético com os sistemas sociais e teórico da comunicação, Bateson e sua equipe iniciaram uma pesquisa sobre a comunicação do esquizofrênico. Segundo Bateson et al. (1956), se pudessem situar a comunicação "sem sentido" do esquizofrênico no contexto aonde ele aprendia a se comunicar, ela adquiriria um sentido. Em outras palavras, Bateson acreditava que o comportamento do esquizofrênico era adaptativo e revelava uma dificuldade de discriminar entre níveis de comunicação, como o literal e o metafórico, por exemplo. Esta "confusão" estaria presente no próprio contexto do paciente, sendo fruto de aprendizagem. Como a família era considerada o principal contexto inicial de aprendizagem, os pesquisadores começaram a observar os pacientes com suas famílias. Segundo Haley (1971), estas reuniões para coletar informações para a pesquisa mudaram a forma com que os profissionais viam o tratamento da esquizofrenia. Logo em seguida, Haley, Don Jackson, psiquiatra do grupo e outros, iniciam um programa de tratamento do paciente esquizofrênico. Alguns anos depois, os membros desta equipe envolvidos com saúde mental, fundariam o Mental Research Institute de Palo Alto (MRI), que desenvolveu um dos modelos até hoje mais difundidos e bem sucedidos da terapia de família e, que durante muitos anos foi a Meca de todos que se interessavam por terapia de família.

O resultado desta pesquisa, publicado em 1956 de forma preliminar, foi a construção do conceito de "duplo vínculo": um padrão de comunicação repetitivo, que contém injunções contraditórias em diferentes níveis de comunicação e que, juntamente com uma impossibilidade do paciente de abandonar o campo relacional, estaria na base do surgimento dos sintomas esquizofrênicos.*

Paralelamente, o início da tentativa de tratar famílias, trouxe novos subsídios para a visão desta como um sistema análogo a um sistema cibernético. Uma das principais observações foi a do

*Um desenvolvimento completo do conceito de duplo vínculo pode ser encontrado em Bateson et al. 1956. 1969 e Sluzki e Ransom. 1976 entre outros.

adecimento de algum membro da família quando o paciente identificado melhorava. O grupo de Bateson, não só encontrou evidências deste tipo de situação, como ficou impressionado ao perceber que a família encorajava e mesmo parecia necessitar que o paciente demonstrasse aquele tipo de comportamento (Bateson et al., 1956; Hoffman, 1981).

Isto corroborava a idéia do funcionamento familiar ativado por desvios do padrão relacional estabelecido. Tal desvio é informado ao sistema, que realiza mudanças adaptativas no sentido de manter o funcionamento da família sem mudanças significativas em seu padrão de relação.

Qualquer movimento de um dos membros da família em relação à diferença, é minimizado, desqualificado ou compensado por algum(ns) outro(s) membro(s) do sistema. Desta forma, a família se dirigiria à homeostase.

Segundo Haley (1963), cada participante do grupo familiar tenderia a controlar, regular o comportamento dos outros, num processo comparável a um mecanismo cibernético. O sintoma seria uma tentativa de controlar a relação.

"Supondo que as pessoas nas relações correntes, funcionam como 'reguladores' em relação umas às outras, e supondo que é a função de um regulador diminuir a mudança, então a primeira lei das relações humanas é a seguinte: *Quando uma pessoa mostra uma mudança em relação a outra, a outra agirá sobre a primeira para diminuir e modificar a mudança.*" (Haley, 1971, p. 189)

Este tipo de observação sobre a estabilidade do sistema familiar também foi traduzida por Jackson (1957) como homeostase. Em seu trabalho com famílias o autor deparou-se com situações que o levaram a pensar que o sistema "resistia" à mudança ou não as "tolerava", realizando manobras para manter seu "status quo", ainda que apresentando sintomas graves e manifestando o desejo de mudar.

"O conceito de homeostase familiar nasceu de se observar que os esforços psicoterapêuticos com um membro de uma família podiam ser impedidos pelo comportamento de outros membros, ou que outros membros poderiam tornar-se perturbados, na medida em que o membro em tratamento melhorasse ... Isso sugeria que a família é algo como um sistema num estado estável, dinâmico. As características de

seus membros e a natureza de sua interação, incluindo qualquer paciente identificado e seu comportamento doente são para manter um status quo, como se fosse típico daquela família e para reagir em direção a este status quo, sempre que haja mudança, tal como aquela proposta pelo tratamento de seus membros." (Jackson e Weakland, 1961, p. 200)

Jackson (1957) também observava que preferia trabalhar com famílias que apresentavam uma "escalada", um processo de ampliação do desvio, que levava o sistema a um rompimento violento de seu padrão de relação, a uma crise. Com famílias muito rígidas, começou a tentar induzir esta escalada como estratégia terapêutica (Hoffman, 1981).

O conceito de homeostase familiar é uma das pedras fundamentais do primeiro movimento da terapia sistêmica de família, hoje conhecido como Primeira Cibernética. Homeostase é vista então como:

- a) modo de funcionamento do sistema,
- b) fim que o sistema busca alcançar,
- c) resistência à mudança.

Os sintomas são considerados fundamentalmente como resposta a uma ameaça de desequilíbrio do sistema familiar. São descritos como mecanismos homeostáticos (Dell, 1982), ou como mensagens metafóricas sobre a falta de clareza nos processos de definição e controle da relação (Haley, 1963).

Dentro deste modelo, o terapeuta dedicava-se a entender os padrões de relação da família que mantinham ou alimentavam o sintoma numa homeostase disfuncional. Observavam sequências comportamentais recorrentes que deviam ser interrompidas e alteradas (Haley, 1976). As técnicas destinavam-se a "burlar" a homeostase e induzir uma crise na família que reorganizava-se mais funcionalmente sem a necessidade do sintoma. Estas sequências comportamentais eram entendidas circularmente e o que importava sobre o sintoma era sua função, geralmente estabilizadora do sistema, e não o comportamento em si.

Esta ótica, voltada para estados de manutenção estável, dominou o campo da terapia de família até meados dos anos 70. Segundo Schnitman (1987), ela provê pouca informação a respeito

dos processos de mudança e trabalha com um modelo de sistemas próximo ao equilíbrio.

Com estas novidades, parecia muito importante desenvolver novas técnicas que pudessem ser implementadas para realizar estes objetivos. Era importante manter e legitimar o sucesso inicial das intervenções em famílias no campo das psicoterapias, principalmente nos quadros em que as abordagens tradicionais não tinham tanto sucesso como, por exemplo, a psicose.

Com este foco no sucesso da terapia e a perplexidade diante de sua eficácia, a década seguinte, os anos 60, foi caracterizada por uma ênfase na técnica, sem valorizar os conceitos teóricos que explicavam a mudança nos sistemas familiares.

É com o impulso destas novas idéias que se inaugura o campo que hoje é conhecido como terapia sistêmica da família ou terapia sistêmico-cibernética de família como prefere Pakman (1988). A aventura iniciada aí é, certamente, fértil, mas não tranquila. Os conceitos inovadores, as novas técnicas dão partida também a uma discussão que até hoje permeia o campo.

Por um lado, Haley (1963), um dos líderes deste movimento inicial, define as relações humanas e sua patologia como fundamentadas em conceitos como controle e poder, em que a disputa pelo poder seria a motivação primordial das relações. O autor afirma que esta luta pode ser expressa como uma "necessidade" do sistema, quando os níveis hierárquicos não estão claramente definidos.

Haley utiliza a metáfora do controle, originária da primeira cibernética e aponta para a estabilidade percebida nos sistemas. Esta metáfora, ao que parece, não é exclusividade da cibernética, mas faz parte de toda uma forma de pensar, tanto na ciência, como na vida cotidiana no mundo ocidental (Bateson, 1968 A e B). Assim, a cibernética e a terapia de família apenas compartilham desta metáfora tão presente em nossa cultura.

Por outro lado, Bateson (1968 A e B) repele veementemente esta idéia, alegando que o conceito de poder não cabe dentro de uma visão sistêmica. A auto-organização e regulação dos sistemas vivos não admite algo como o controle de uma das partes sobre outras, unilateral ou linearmente, mas sim um encaixe coerente e compatível entre os elementos do sistema, em que não há nada que "controle" o sistema, a não ser a interdependência entre seus elementos. Os

sistemas vivos são sistemas que tendem a manter estáveis certas premissas básicas de seu funcionamento, mas a explicação para isto não estaria no conceito de controle, mas no padrão que conecta as partes do sistema, na ecologia ou coerência que este adquire em sua história. Um elemento do sistema não controla o outro, apenas encontram uma "dança" compatível que permite a continuidade da relação. Nesta "dança" são suscitados comportamentos de cada elemento do sistema que tendem a se repetir e a mudar com o contato com diferenças que possam ser incorporadas à "dança" já existente, mudando por sua vez a própria "dança".

O poder, segundo Bateson (1968 A e B), é um conceito que usamos para descrever ou mesmo, ainda que inadequadamente, explicar as diferenças que percebemos em uma relação, ou em relações em um sistema social, mas não uma necessidade humana ou dos sistemas humanos. Na verdade, Bateson durante parte de sua vida tentou divulgar esta forma de pensar, segundo a qual o pensamento calcado nas noções de controle e poder seria consequência da linearidade do mundo ocidental e que estaria levando o homem a sua própria destruição e à destruição do planeta. Esta crença na linearidade é atribuída também ao funcionamento da Natureza, tornando-nos cegos a sua complexidade e a seu caráter sistêmico-ecológico. A concretização da metáfora do poder seria para Bateson, o maior foco das dificuldades atuais da humanidade.

Apesar das "advertências" de Bateson, Haley não estava sozinho. A própria cibernética ainda manteve resquícios desta visão em sua primeira formulação e a terapia de família, em sua co-evolução com ela, acompanhou-a. No ano de 1967, Watzlawick e seus colegas do MRI publicaram a Pragmática da Comunicação Humana, em que tentavam sintetizar as idéias de Bateson sobre a comunicação e transformá-las num modelo terapêutico eficiente.

Segundo Hoffman (1981), no campo da terapia sistêmica de família houve uma leitura simplificada da obra de Bateson, o que fez com que ele se afastasse e enfatizasse que seu trabalho voltava-se para a estética das relações humanas, não se prestando à tradução em termos clínicos, principalmente aqueles que ele considerava lineares e fruto de um "entusiasmo pela ação" que caracteriza o trabalho daqueles que só percebem seu objetivo e não o padrão que conecta os elementos do sistema, sua ecologia.

A obra de Bateson, um pensador brilhante, é até hoje fonte de inspiração para todos aqueles que ingressam no "modo de pensar sistêmico". Suas questões sobre a comunicação e o conhecimento são bastante próximas daquelas que hoje em dia movimentam o campo da terapia sistêmica. Talvez uma das razões para tantas controvérsias em relação à leitura de sua obra seja seu apego à noção de retroalimentação, o resquício mais mecanicista da cibernética. Muitos dos impasses que ele mesmo levantou em sua obra, principalmente aqueles sobre evolução, ordem e desordem, encontram-se hoje em dia melhor elaborados por cientistas e ciberneticistas contemporâneos.

Da polêmica sobre o poder e controle na terapia de família duas facções emergem. Inicialmente a abordagem estratégica que deve muito ao pensamento de Haley e ao trabalho desenvolvido no MRI por Watzlawick e seus colegas e que se apóiam em conceitos da cibernética de primeira ordem e da teoria da comunicação. Defendem uma terapia sistêmica baseada nos conceitos de circularidade, controle e homeostase. A estas escolas, principalmente a partir do final da década de 70, contrapõem-se as chamadas escolas estéticas e construtivistas, inspiradas em leituras mais recentes do pensamento de Bateson e que focalizam primordialmente o padrão mútuo de interação ou o padrão que conecta os elementos da sistema. Utilizam-se de conceitos da cibernética de segunda ordem e de sua aplicação aos sistemas sociais feita por pensadores como Bateson e von Foerster, da Biologia do conhecimento de Humberto Maturana e de conceitos derivados do estudo da linguagem, da construção social da realidade e do sujeito.

Esta divisão, obviamente, não esgota o campo da terapia sistêmica de família. Corresponde, para fins do raciocínio desenvolvido neste trabalho, às escolas que tiveram seu desenvolvimento mais intimamente marcado pela cibernética. Isto deve-se ao fato de que as questões que surgiram neste recorte do campo disseminaram-se por todas as outras escolas e abordagens, mesmo aquelas que não compartilham do referencial cibernético. Além disto, escolas estratégicas e construtivistas, no centro desta questão, tornaram-se, as primeiras, símbolos da terapia de família e as segundas, símbolos de uma revolução fecunda na área.

Atualmente, refere-se mesmo a um campo de terapias sistêmicas que inclui, não só a

terapia de família, mas também a terapia individual e a intervenção em redes sociais e comunidades, onde se pode utilizar o modelo sistêmico para uma abordagem mais global do homem.

Pakman assim refere-se a esta idéia:

"As terapias sistêmicas são um conjunto de práticas não uniformes que, ainda que em contínua evolução, adquiriram uma regularidade suficiente para ser recortadas como território, assim como um conjunto de noções (fundamentalmente cibernéticas) que realimentam e são realimentadas por estas práticas." (p.34)

II.2 As terapias estratégicas

O termo "estratégico" foi cunhado por Haley (1963), para descrever qualquer terapia na qual o terapeuta planeje ativamente suas ações com o objetivo de focar a resolução de problemas específicos do sistema (Hoffman, 1981; Rapizo e Chagas Diniz, 1985). Haley enfatiza a importância do encaixe entre cada intervenção e o problema apresentado, pois cada problema deriva de sequências comunicacionais específicas que refletem uma organização onde não há clareza na definição de funções, ou na definição hierárquica.

A terapia estratégica é derivada principalmente do trabalho do grupo de pesquisa em comunicação humana de Palo Alto. As abordagens reconhecidas atualmente como estratégicas são as de Haley e Chloe Madanes, sua colaboradora de muitos anos e a abordagem do MRI, um modelo de terapia breve desenvolvido por Watzlawick, Weakland e Fisch neste instituto.

Existem controvérsias quanto à inclusão do trabalho de Palazzoli e seu grupo junto às terapias estratégicas. Seguiremos a classificação proposta por Hoffman (1981), que coloca o time de Milão como uma abordagem sistêmica, que embora compartilhe alguns elementos estratégicos, como muitas outras abordagens, parece estar mais preocupada com a consistência teórica e metodológica de sua abordagem do que as terapias mais pragmáticas.

Por este motivo, tanto a terapia de Palazzoli em Milão, como a terapia estrutural desenvolvida por Salvador Minuchin, que também contém elementos estratégicos, não serão incluídas nesta análise. Elas apresentam não só diferenças a nível teórico, como nos objetivos propostos na terapia e na relação terapeuta-família. Centraremos a análise na abordagem desenvolvida por Haley e pelo grupo do MRI, mais especificamente no que tem de comum e que é mais consensualmente identificado como terapia estratégica.

Teoricamente, como já vimos, os enfoques estratégicos foram bastante influenciados pela conceituação da primeira cibernética. A teoria da comunicação também tem seu peso na definição das sequências das interações, na atenção aos aspectos analógico e digital da comunicação, nas transações desqualificadoras como o duplo vínculo e na manutenção do sintoma pela rede de

interações presente na família.

A abordagem de Haley é mais sensível a aspectos organizacionais da família, como a hierarquia, enquanto a equipe do MRI calca suas intervenções na idéia de que a comunicação envolvida na solução dos problemas, na verdade, o mantém.

De qualquer forma, um problema é definido como um tipo de comportamento que é parte de uma sequência de atos entre várias pessoas e um sintoma como um rótulo ou metáfora para a sequência ou sua cristalização (Haley, 1963).

Em termos técnicos, a terapia de família estratégica sofreu grande influência, através de Haley, do hipnólogo Milton Erikson, que utilizava em seu trabalho basicamente técnicas paradoxais.

Um traço comum a todas as abordagens estratégicas é que o terapeuta assume a responsabilidade de planejar ações (estratégias) a fim de resolver o problema de seu cliente (Haley, 1963, 1976; Watzlawick et al., 1974). Isto implica em uma definição clara do problema com o qual se vai trabalhar, geralmente feita a partir da queixa da família. Implica também no estabelecimento de objetivos claros a alcançar, ligados ao problema apresentado. O terapeuta estratégico procura utilizar sua influência e poder temporários atribuídos por aquela família para, como "expert", influir diretamente no comportamento das pessoas (Haley, 1986; Stanton, 1986 A)

A idéia básica é gerar, a partir de intervenções, situações que "vençam" a homeostase familiar, sua resistência à mudança, e empurrem a família para outro padrão de funcionamento que não necessite da presença estabilizante e rigidificada do sintoma. Stanton (1986 A, 1986 B) adota o termo "terapia de compressão" para designar terapias que buscam a mudança desta maneira.

A terapia estratégica é, portanto, diretiva e voltada para a ação. Haley (1986) afirma que terapia é para pessoas que têm um sintoma, um comportamento que incomoda a elas, a seus familiares e a pessoas de sua convivência social. É responsabilidade do terapeuta levar a família ou o cliente à mudança, e saber como fazê-lo. A mudança para um terapeuta estratégico é focalizada no comportamento e na situação social do cliente. Sua compreensão sobre o problema é irrelevante. Quando o cliente e sua família conseguem, a partir das intervenções terapêuticas, experimentar situações relacionais diferentes, "pensarão" diferente. Este é o caminho para a resolução de

problemas. Um terapeuta estratégico não se preocupa com outros comportamentos disfuncionais da família, se eles não fazem parte do problema definido como o objetivo da família.

II.2.1 Objetivos da Terapia Estratégica

A definição do objetivo da terapia como um problema viável de ser trabalhado e resolvido é o primeiro passo do encontro terapêutico. É importante que o terapeuta possa definir o problema, não só de forma clara, mas traduzida em termos de ação. Por exemplo, se a queixa da família é a depressão da mãe, é importante entender como se manifesta esta depressão, como se "concretiza" em termos de comportamento. Pode-se chegar a redefinições do problema como: a mãe chora muito (e há que se definir o que é muito), tranca-se no quarto durante o dia, não cuida das crianças, etc. Quanto mais minuciosamente for definido e quantificado o problema, mais fácil é a definição das soluções esperadas, ou seja, dos objetivos da terapia. E aí, solução não é mais a vaga afirmação "curar-se da depressão", mas "chorar menos vezes ao dia", sair com a família no fim-de-semana", etc.

Este objetivo, definido consensualmente e explícito, é um ponto de concentração para a intervenção do terapeuta. No entanto, é compartilhado pelos terapeutas estratégicos que o objetivo de mudar sequências de interação disfuncionais seja implícito. Segundo Stanton (1986 A):

"A ênfase no problema apresentado potencializa a motivação da família para a mudança e atua como alavanca nesta direção" (p. 38)

Os terapeutas aceitam trabalhar com aquilo que a família está disposta a trabalhar. No entanto, a responsabilidade final a respeito da decisão sobre as metas da terapia, recai sobre o terapeuta, "já que ele é o agente de mudança" (idem, p.39)

E, nunca, segundo Fisch (1983), os objetivos do terapeuta são revelados à família.

"Podemos perguntar aos membros da família por seus objetivos, e podemos formular objetivos similares ou diferentes, mas eles nunca são explicitados à família, nem tomados como parte do contrato." (p.440)

Em algumas ocasiões é necessário fixar metas intermediárias no caminho para os objetivos principais. Haley (1976) defende as mudanças "passo a passo" para alguns casos. O MRI compartilha da necessidade deste desdobramento de objetivos, embora acredite que as famílias, a

partir do impacto das intervenções terapêuticas realizam mudanças descontínuas em seu padrão de relação (Watzlawick et al., 1974). Outra característica importante da definição de objetivos na terapia estratégica é o envolvimento de toda a família, ou da maior parte dela na solução do problema.

Um terapeuta estratégico também é sensível às passagens do ciclo vital da família. Em outras palavras acredita que todas as famílias passam por mudanças quando vivem etapas de seu desenvolvimento, como o nascimento de um filho, a morte dos avós ou um casamento. As famílias funcionais realizam estas mudanças, aparentemente, sem prejuízo de seu funcionamento e de forma coerente com o que é esperado em seu contexto social. As famílias disfuncionais são incapazes de realizar esta tarefa. É aí que eclodem as rupturas hierárquicas que estão na base do sintoma.

Para Haley (1976), nas famílias normais a hierarquia está geralmente em concordância com os usos culturais. Além disto existe, para ele, uma tendência a organizar-se que é natural do ser humano, tanto do ponto de vista cultural como do biológico.

Assumindo idéias como "luta pelo poder", "resistência à mudança" e a importância da hierarquia, o terapeuta tentará manter sempre o controle do processo terapêutico. É muito cauteloso prevenindo-se de envolver-se em lutas de poder existentes na família, equilibrando suas alianças com os membros do sistema familiar ou evitando ser distraído por um deles. Esta preocupação não reflete tanto uma busca de neutralidade, mas sim uma atenção constante à resistência da família. As manobras de um terapeuta estratégico visam sempre "vencer" ou "burlar" a resistência à mudança. A estrutura das intervenções é desenhada de forma a não desafiar frontalmente a resistência, mas a aceitá-la como forma de manter o controle da terapia. Segundo Haley (1986) a rendição é sempre uma tática de poder eficiente.

O controle da terapia passa também pela aceitação da família de que o terapeuta decida a respeito da medicação de algum dos membros que dela necessite ou de qualquer outra intervenção terapêutica individual à qual algum elemento da família esteja ou necessite se submeter. Também cabe ao terapeuta decidir sobre a melhor forma de contato com outros agentes de tratamento. Finalmente, é decisão do terapeuta que membros da família deverão comparecer às sessões.

Qualquer "resistência" da família a estas decisões é uma ameaça à continuidade da terapia (Stanton, 1986 A).

A terapia estratégica como abordagem pragmática focaliza-se primordialmente no desenvolvimento de técnicas que dão resultado. "Resultado", segundo Stanton (1986 A) significa "a eliminação ou redução substancial do sintoma ou problema apresentado." (p. 45) A origem do sintoma, a dinâmica familiar, a história da família, aspectos teóricos sobre a mudança e a patologia são secundários, para grande parte dos terapeutas.

Devemos assinalar aqui o trabalho de Watzlawick, Weakland e Fisch (1974) sobre mudança. Embora conservando o aspecto pragmático, é um dos primeiros trabalhos na área que se preocupa em descrever tipos de mudança e em enfatizar a importância das mudanças descontínuas nos sistemas familiares. No entanto, estes autores ainda acreditam que tais mudanças não ocorram espontaneamente em uma família, sendo tarefa do terapeuta provocá-las.

II.2.2 As Intervenções na Terapia Estratégica

As intervenções utilizadas na terapia estratégica, em sua quase totalidade, foram influenciadas pelo hipnólogo Milton Erikson. A terapia de família conheceu-o através de Haley (1963) e Watzlawick (1967), que mantiveram, especialmente o primeiro, estreito contato com ele nas décadas de 60 e 70. Erikson nunca escreveu sobre seu trabalho, Haley encarregou-se de compilá-lo (Haley, 1963).

O hipnólogo trabalhava principalmente com indivíduos, mas sua técnica pareceu aos terapeutas de família preciosa para lidar com a resistência. Erikson trabalhava com redefinições e paradoxos. Também, como os terapeutas estratégicos, não acreditava que a compreensão do paciente sobre seu problema pudesse ajudá-lo.

Para Haley (1976, 1986) e Watzlawick (1967, 1974), as pessoas pensam como resultado da maneira como se comportam. Se o comportamento muda, a maneira de pensar e interpretar o mundo também muda. O pensamento, a racionalização, o "insight" não são bons instrumentos para o terapeuta. A compreensão por parte do paciente do processo terapêutico e da mudança é inútil. O que se propõe é uma terapia breve, focalizada na resolução de problemas. Segundo Haley e Watzlawick o "insight" só serve para aumentar o tempo da terapia. Quanto mais for permitido ao paciente "racionalizar", mais difícil é, para ele, mudar seu comportamento. Já, se se consegue, inadvertidamente, mudá-lo, suas idéias sobre o mundo, sobre si mesmo e suas relações mudam em consequência.

Propondo uma racionalização da terapia diretiva, Haley (1986) defende que a mente estaria dividida em duas partes: uma interpretativa e outra responsável pelos atos. A mudança na maneira de agir se faria "desligando" a parte interpretativa da mente, já que a interpretação que se faz do mundo tende a cristalizar os comportamentos.

Para alcançar o objetivo geral de influenciar diretamente o comportamento do cliente e levá-lo a mudar, o terapeuta estratégico lançará mão de intervenções elaboradas a partir de uma ou várias entrevistas em que tenta identificar claramente a sequência de interações que se repete e que será o foco de sua intervenção. Depois disto, elaborará um plano de ação para conseguir romper esta sequência. Este plano inclui o uso de diretivas terapêuticas, ou seja, um conjunto de instruções

que a família deve seguir dentro ou fora da sessão e redefinições ou reformulações do problema. As redefinições buscam novos significados para o problema, novas ordenações ou pontuações para as sequências comunicacionais. Estão sempre voltadas para facilitar o terapeuta na tarefa de resolver o problema (Papp, 1980; Stanton, 1986 A). Por exemplo uma criança anorética pode ter seu comportamento redefinido como teimosia, ou um padrão de distanciamento afetivo após uma briga entre um casal pode ser redefinido como pausa para o descanso.

Sempre argumenta-se que qualquer terapeuta faz redefinições para o problema de seu cliente. Porém, a redefinição estratégica tem objetivos particulares, além de não exigir do terapeuta o compromisso de acreditar na verdade do que diz, apenas em sua utilidade para a mudança. O objetivo das redefinições é modificar o "peso", o caráter patológico do sintoma, transformando-o num problema mais "comum". Também serve para tornar menos vago o sintoma, concretizá-lo e, ao mesmo tempo, mudar a reação dos membros da família a ele. Lidar com uma adolescente anorética é diferente de lidar com uma adolescente teimosa.

A redefinição do sintoma muda o posicionamento dos membros do sistema familiar e facilita a aceitação das intervenções pela família. Muitas redefinições do sintoma atribuem a ele características positivas, como a de estar a serviço da harmonia e união familiar. Este tipo de redefinição é chamada de "conotação positiva" e tem por objetivo aceitar o problema e, mais uma vez, não desafiar a resistência da família à mudança.

A redefinição deve sempre estabelecer uma conexão entre o sintoma e o sistema, ou seja, deve incluir os outros membros da família e sua relação na definição do problema de alguma forma. Assim, a "teimosia" da adolescente está conectada a seus pais, ou mesmo à relação entre seus pais. Se for usada a conotação positiva, as "intenções" da adolescente frente a seus pais podem ser, por exemplo, distrai-los do medo que ela os deixe sozinhos, comportando-se como uma pessoa independente. Com seu comportamento, reassegura-os de que isto não ocorrerá.

Claro que qualquer exemplo dado fora do contexto de uma entrevista pode parecer absurdo. Os exemplos servem apenas para ilustrar a idéia da redefinição na terapia estratégica. Segundo Papp (1980) é muito importante que a família aceite as redefinições feitas pelo terapeuta.

"A pessoa que controla a definição do problema, controla a terapia."(p. 39)

Depois do problema redefinido, o terapeuta dará diretivas à família para resolvê-lo. Segundo Stanton (1986 B) a ênfase nas diretivas é "a pedra angular do enfoque estratégico" (p. 46). As tarefas, geralmente, são realizadas no período entre as sessões, como forma de manter a influência do terapeuta neste intervalo, de aproveitar melhor o tempo e de generalizar no mundo o que acontece na sessão terapêutica (Haley, 1976; Stanton, 1986 B).

Segundo a classificação de Papp (1980), as intervenções terapêuticas podem ser diretas ou paradoxais.

- Intervenções Diretas

Esta classe de intervenções é baseada na cooperação da família com a terapia, em sua aceitação. Segundo Haley (1976) o terapeuta pede à família que faça o que ele realmente quer que a família faça. Incluem tarefas e negociações sobre a forma pela qual os membros da família devem relacionar-se e tomar decisões. Segundo Papp (1980), incluem instruções sobre como os pais devem controlar seus filhos, redistribuição de funções entre os membros da família, regulação de privacidade, assim como a promoção de interações mais ou menos intensas entre os familiares. Não são, de forma alguma, sugestões ou conselhos, mas instruções de um especialista, a serem seguidas.

- Intervenções Paradoxais

Estas intervenções são baseadas no desafio à família (Papp, 1980; Todd, 1986) e na premissa da resistência dela à terapia ou à mudança (Haley, 1976; Stanton, 1986 A; Watzlawick, 1988; Watzlawick et al. 1974).

Elas são dirigidas à contradição entre o desejo de mudar e a resistência à mudança. São também as formas mais eficientes que os terapeutas estratégicos encontraram de não serem "vencidos" por esta resistência, pois levam a família a mudar "inadvertidamente" ou como prefere Stanton (1986 A), por "compressão". Para Watzlawick et al. (1967) o uso do paradoxo implica na substituição do duplo vínculo patogênico por um duplo vínculo terapêutico. Palazzoli et al. (1978)

denominam este tipo de intervenção de contraparádoxo, também apostando que a família mantém um padrão de comunicação parádoxal, que só pode ser ultrapassado por outro parádoxo.

"Se num duplo vínculo patogênico o paciente está 'perdido se faz, e perdido se não faz', num duplo vínculo terapêutico ele 'muda se faz e muda se não faz'." (Watzlawick et al. 1967, p. 220)

As intervenções parádoxais auxiliam o terapeuta a manter o controle da situação terapêutica, já que, faça o que faça a família, mude ou não mude, siga ou não as instruções, estará "obedecendo" ao terapeuta. Segundo Watzlawick et al. (1967), o paciente é colocado numa situação insustentável com respeito a sua patologia.

"Se obedece, deixa de ser certo que 'não posso evitá-lo'... o que constitui a finalidade da terapia. Se ele resistir à injunção, só poderá fazê-lo NÃO se comportando sintomaticamente, o que constitui a finalidade da terapia. ... Portanto, mesmo que a injunção seja logicamente absurda, ela constitui uma realidade pragmática: o paciente não pode não reagir-lhe, mas tampouco pode reagir em sua forma sintomática usual." (p.220)

Se o terapeuta não consegue escapar do duplo vínculo da família, se tornará ineficaz. Assim, ele, ao invés de enfrentar a resistência diretamente, aproveita-se dela. Segundo Haley (1976), a busca de terapia por si só, gera uma instabilidade que eleva os níveis de resistência da família. É inútil para o terapeuta tentar contrapor-se a este movimento. Deve, ao contrário, usá-lo como alavanca. O terapeuta deve pensar como um jogador, e isto exige habilidade e prática.

Com todo este poder atribuído a elas, as intervenções parádoxais transformaram-se num dos pontos centrais das abordagens estratégicas. Para todo o movimento da terapia sistêmica de família na primeira cibernética, o parádoxo foi a grande novidade. Uma técnica quase mágica, com resultados impressionantes. Watzlawick et al. (1967,1974) consideram as intervenções parádoxais como as mais importantes da terapia de família.

Com a ênfase atribuída pelos enfoques estratégicos à técnica e seus resultados, artigos e livros foram escritos como manuais que ensinam aos iniciantes a usar esta técnica (Haley, 1963, 1976; Sluzki, 1978; Papp, 1980, entre outros). Todos estes autores fazem advertências sobre o perigo do uso inadequado desta técnica, que "beira o insulto" (Haley, 1976) e que enfrentou desde

seus primórdios, acusações e críticas de antiética e manipuladora.

Instruções do tipo: o terapeuta não deve sorrir, ou parecer em dúvida quando dá a prescrição paradoxal (Stanton, 1986 A), são comuns.

" ... a escolha apropriada da injunção paradoxal é extremamente difícil e, se ficar o menor resquício, o paciente não terá, usualmente, dificuldade em descobri-lo e, por conseguinte, poderá furtar-se à situação supostamente insustentável planejada pelo terapeuta." (p. 221)

Papp (1980) agrega a esta advertência o conselho de não usar as intervenções paradoxais quando a família pode alcançar os objetivos terapêuticos sem elas. Na mesma linha, Watzlawick (1988) ensina que um dos critérios que se deve considerar para a escolha das intervenções é o nível de resistência da família. E finaliza:

"Resta dizer que este tipo de intervenção requer um planejamento cuidadoso, e que deve levar em conta ainda os detalhes, aparentemente mais triviais de uma situação problema dada. É, em especial, de crucial importância a forma pela qual estas prescrições são comunicadas. Devem dar-se em uma linguagem que harmonize-se com a forma pela qual os clientes se vêem ou a sua realidade e não com base no que o terapeuta considera 'real'." (p. 47)

Existem três tipos básicos de intervenção paradoxal:

a) a prescrição do sintoma - Nesta categoria, o terapeuta instrui o paciente para que se comporte da maneira específica como já vem se comportando, ou seja, pede ao paciente que continue ou aumente o comportamento sintomático. Muitas vezes prescreve também o comportamento de outros membros da família que participam da sequência de interações à qual pertence o sintoma. Pode incluir "aparições programadas" do sintoma (Todd, 1986). Isto, ao mesmo tempo, coloca a aparição do sintoma, relatado como incontrolável, sob o controle do terapeuta e do próprio paciente.

b) restrição à mudança - O terapeuta, neste caso, instrui a família para que não mude nada de seu comportamento, ou mesmo nega que exista a possibilidade de mudança. Adverte também sobre o tempo necessário para que a mudança ocorra, geralmente de modo lento e gradual, sob pena de riscos e recaídas. O terapeuta deve investigar com a família todos os possíveis riscos da

mudança desejada (Todd, 1986; Stanton, 1986 A; Haley, 1976). Muitas vezes, esta intervenção é usada após outras intervenções paradoxais que levem a família a realizar mudanças. Segundo Haley (1976), é importante que o terapeuta não dê crédito à mudança da família muito rápido. Às vezes nem mesmo com o fim do sintoma e da própria terapia, o terapeuta deve dizer à família que acredita que ela mudou. Pode mesmo incentivá-la a voltar a ser como era antes como forma de não correrem os riscos de mudar.

c) posicionamento - Aqui, o terapeuta adota uma atitude deliberadamente mais negativa em relação ao problema do que a própria família. Coloca-se numa posição de impotência ou pessimismo. A família então, tenta provar ao terapeuta que ela pode mudar, o que ele parece não acreditar.

Alguns autores como Todd (1986), incluem as conotações positivas na categoria das intervenções paradoxais. Outros como Watzlawick (1988) e Palazzoli et al. (1978), acreditam que ela é indicada apenas frente à uma resistência máxima à mudança. Famílias com sintomas muito graves, muito "rígidas" e que já passaram por inúmeros terapeutas, todos derrotados.

Na "luta" entre o terapeuta e a resistência da família, as intervenções paradoxais são a maneira que o terapeuta encontra de não sucumbir à luta e de nem mesmo parecer estar lutando, mantendo assim seu poder junto à família. Segundo Stanton (1986 B):

"A confusão que se produz em relação a como resistir conduz a novos padrões e percepções e, portanto, à mudança; ou pelo menos pode contribuir para um certo distanciamento da conduta perturbada." (p.49)

Para Haley (1976), além de intervenções diretas e paradoxais, existem ainda as intervenções metafóricas. Muitas vezes é constrangedor para a família ou aumenta a resistência falar diretamente sobre certos temas. Assim, é preferível o uso de analogias e metáforas. O terapeuta comunica indiretamente o que quer que a família faça. Algumas pessoas, segundo este autor, sentir-se-ão mais à vontade em seguir uma diretiva quando não tem consciência de que a estão recebendo. O terapeuta pode, por exemplo, querendo aproximar um casal com dificuldades sexuais, mas que tem constrangimento em abordá-las diretamente com o terapeuta, pedir-lhes que

planejem e realizem um jantar, supondo que o jantar pode funcionar como uma metáfora da relação sexual. Em outro exemplo Haley (1976) usa a aquisição de um cachorro pela família, como forma de tratar do problema da adoção do filho do casal, que era mantido em segredo.

Qualquer diretiva deve ser considerada pelo terapeuta como o ponto de partida da próxima sessão. O terapeuta pode pedir relatórios das tarefas para a família. Se a família não realiza a tarefa, segundo Haley (1976), o terapeuta não deve desculpar facilmente. A melhor atitude é assumir que a família falhou. O terapeuta não deve deixar implícito que está desapontado com ele mesmo, ou que pensa ter falhado. O fracasso no cumprimento das instruções nunca deve ser tratado com condescendência.

Com todas estas propostas inovadoras, procedimentos terapêuticos não convencionais e sucessivos relatos de sucesso na literatura (Haley, 1963, 1976; Andolfi et al. 1974, 1983; Watzlawick et al. 1967, 1974; Palazzoli et al. 1978; Hoffman, 1981 entre inúmeros outros), a terapia estratégica tornou-se, principalmente até a década de 70, o símbolo da terapia de família. Apesar das críticas a que foi e é submetida, foi a fonte onde beberam todos aqueles que se aventuraram neste novo modo de entender e tratar a patologia. O sucesso da terapia estratégica, especialmente com as famílias de sintomatologia mais grave, com as quais foi construída e desenvolvida, consolidou o lugar da terapia sistêmica de família no cenário das psicoterapias.

Segundo Efron (1992), "a coalizão estratégico-sistêmico foi, e continua sendo, um método original, capaz de prover imensa assistência às famílias." (p. 3)

II.2.3 As críticas à Terapia Estratégica

A terapia estratégica, apesar de ser reconhecidamente a abordagem que mais notoriedade conseguiu no início da terapia de família, desde seu nascimento, viu-se submetida a inúmeras críticas. A crítica mais contundente e generalizada refere-se à ênfase no uso do poder pelo terapeuta. Segundo Goolishian e Anderson (1992):

"Uma breve revisão da literatura sobre terapia de família, claramente indica que o diálogo inicial e intenso a respeito do papel da estratégia, do poder e da intervenção versus não-intervenção como componentes da prática clínica, estiveram conosco desde a fundação do campo. O debate continua ainda hoje." (p. 6)

A ênfase em conceitos como controle e resistência parece estar ligada ao uso "excessivo" do poder pelo terapeuta. Hoffman (1985) aponta que a linguagem da terapia estratégica, e mesmo de toda a terapia de família na primeira cibernética, é bélica. Os termos "resistência", "vencer", "táticas", "rendição", etc. constituem seu vocabulário.

A intenção de influenciar diretamente o comportamento das pessoas levou possivelmente a uma excessiva instrumentalização do processo terapêutico, transformando-o em tecnológico e pragmático. A atenção à relação terapeuta-cliente ficou em segundo plano. O olhar do terapeuta estava focalizado nos resultados de sua técnica.

Keeney e Sprenkle (1982) chamam a atenção para o reducionismo que emerge de abordagens pragmáticas que estão preocupadas primariamente com a implementação de técnicas para a mudança. Afirmam que isto leva a uma simplificação dos fenômenos devido a motivos práticos. Bateson (1968 B), atribuía isto a um "entusiasmo pela ação", derivado do pensamento baseado em alcançar propósitos e metas. A consequência disto é, também para Bateson, não poder apreender o "caráter sistêmico" do mundo vivo.

A ênfase pragmática leva os terapeutas a avaliarem suas idéias e instrumentos com base apenas em sua utilidade. Leva também a reduzir a "arte" terapêutica a um pacote de técnicas que pode ser aprendido de forma econômica e rápida.

"Tais terapeutas ocasionalmente sugerem que a terapia é análoga a consertar um carro ou alguma

cadeira quebrada." (p. 12).

Este "excesso" de intervenções é possibilitado pela ênfase numa posição hierárquica superior do terapeuta. Ele é o "expert". Coincide com sua crença na necessidade de manter o processo terapêutico sob controle. Esta postura também está ligada à premissa básica a respeito da resistência à mudança, "causa" do sintoma ou pelo menos de sua manutenção.

Intervenções terapêuticas formuladas desde esta perspectiva tendem a ser manipuladoras e antiéticas (Duncan, 1992; Solovey e Duncan, 1992). Elas são próximas a imposições e a terapia é vista como desafetivizada (Solovey e Duncan, 1992; Kleckner et al., 1992). Novamente, a relação entre o terapeuta e o paciente é negligenciada, na medida em que as intervenções podem ser "enganosas". O terapeuta não necessariamente acredita no que diz ao paciente, mas em sua utilidade (Duncan, 1992). Haley (1985) sintetiza esta posição:

"Acho que os terapeutas deveriam desfazer-se de certas teorias e escolher aquelas que os convertam em terapeutas mais eficientes. A questão não é sobre o que é verdadeiro, pois quem sabe o que é verdadeiro? A questão é escolher uma teoria que ajude a pensar como agir e intervir com sucesso. Algumas teorias atrapalham." (p. 80)

O terapeuta baseado na premissa da utilidade, portanto, pode ser diretivo, usar de uma "diretividade encoberta", ou mesmo parecer ao paciente que sente e pretende coisas que não são verdadeiras (Solovey e Duncan, 1992).

Haley (1976), mais uma vez, defende claramente este ponto de vista, afirmando que a intervenção perde seu efeito se o terapeuta revela ao cliente seus pensamentos sobre ela. Sugere que este procedimento é, na verdade, mais cortês, mais respeitoso para com o cliente. Assim, segundo o autor, o cliente deve seguir as diretivas do terapeuta e pode não adotar sua formulação do problema. Haley afirma desta forma que a terapia diretiva promove mais liberdade do cliente em relação aos valores do terapeuta, já que estes não são revelados diretamente.

Outra crítica a respeito das intervenções estratégicas é a atribuição por parte do terapeuta, de uma relação de causa e efeito entre suas ações. Isto, segundo Solovey e Duncan (1992), também levaria a conclusões equivocadas por parte do terapeuta a respeito de seu controle e determinação do caminho do processo terapêutico.

Esta última crítica, além de, como no caso do conceito de controle, ser vista como fruto de um pensamento demasiadamente "linear", e portanto não sistêmica, pode ser articulada com a crítica de Hoffman (1985) sobre a preocupação excessiva com propósitos e objetivos específicos de mudança de comportamento. Temos uma sequência circular em que o terapeuta estabelece propósitos específicos para a terapia, que acredita poder alcançar e eventualmente alcança, através de intervenções que "causam" as mudanças propostas. O sucesso em seus objetivos leva o terapeuta a reforçar a crença de que o controle do processo terapêutico, através do uso de seu poder como especialista em "causar" mudanças é possível e necessário.

O terapeuta, neste caso é como um "chef" de cozinha que preocupa-se mais com os livros de receita do que com a "ciência" da alimentação. Percebe-se de novo a negligência com os padrões mais amplos de interação dos quais o sintoma e o próprio terapeuta fazem parte. A teoria também fica em segundo plano. O terapeuta, primordialmente, precisa desenvolver habilidades (Keeney e Sprenkle, 1982).

"... uma preocupação com a técnica e a pragmática sem qualquer atenção ao contexto estético mais amplo, leva à vulgarização do esforço técnico e pragmático." (p. 13)

O uso destas habilidades terapêuticas também pressupõe que o terapeuta vá fazer um trabalho rápido e econômico. Segundo Haley (1986), se um terapeuta sabe como ajudar a uma família em poucas sessões, é anti-ético mantê-la em tratamento por mais tempo. Para Keeney e Sprenkle (1982), a preocupação com o tempo frequentemente,

"requer que ele [o terapeuta] seja impaciente com resultados que se desviem do que foi inicialmente definido como a meta pretendida." (p. 13)

Desta forma, poderíamos pensar que ao contrário do que Haley (1976) afirma, o terapeuta tenderia a impor sua formulação do problema sobre a família. Podemos agregar a isto a idéia de que o sintoma a ser resolvido pelo terapeuta é sempre um "defeito".

"Quando um sintoma é descrito como um defeito feio e aborrecido a ser aliviado, aquietado ou exorcisado, o foco terapêutico será, inevitavelmente, mais cirúrgico, técnico e breve." (Keeney e Sprenkle, 1982, p. 13)

Apoiados no argumento da eficácia da técnica, os terapeutas estratégicos, liderados por Haley e pelo grupo do MRI, orgulham-se de, ao contrário de outras abordagens, assumirem a responsabilidade pela mudança do cliente. Argumentam em sua defesa que toda terapia é diretiva, embora a maioria não admita. Qualquer ato do terapeuta, mesmo o silêncio, seleciona e dirige o caminho que o paciente irá tomar (Haley, 1986). Golann (1988) acusa os terapeutas que defendem um contexto menos interventivo e hierárquico na terapia, de serem potencialmente "lobos vestidos em pele de cordeiro", já que negam o poder que lhes é atribuído pelos pacientes. Estes terapeutas seriam pouco sensíveis às diferenças de poder dentro do contexto familiar e social. A questão à qual Haley não se refere é sobre a diferença entre um "tipo" de diretividade e outra. Para ele todas tem o mesmo peso; porém, quando a diretividade é assumida pelo terapeuta, segundo ele, os resultados são mais positivos. Mas, neste ponto, como encaixar a "diretividade encoberta", as intervenções paradoxais ou ainda a idéia sobre o prejuízo para a terapia do conhecimento pelo cliente sobre os objetivos do terapeuta? Nestes casos, como é "assumida" a diretividade?

Existem vertentes mais conciliadoras ou integrativas na literatura. Kleckner et al. (1992) combate o mito do "terapeuta insensível", alertando que, embora o terapeuta estratégico não tenha como meta a "consciência sobre os sentimentos", está atento ao fato de que ao "fazer diferente" se "sente diferente", e é capaz de trabalhar com isto.

Keeney e Sprenkle (1982) propõem uma integração de aspectos pragmáticos e estéticos na terapia de família. O aspecto estético, a atenção ao padrão que conecta os elementos do sistema, deve servir de contexto para o aspecto pragmático. O equilíbrio entre os dois aspectos é a "arte terapêutica". A ênfase em um ou em outro obscurece a conexão existente entre eles.

"O leitor deve se lembrar que a arte inclui o nível pragmático. Não se pode tocar uma música ... a não ser que alguma forma de técnica tenha sido previamente assimilada ... Qualquer tentativa de estar no contexto da arte sem técnica suficiente, só pode levar à confusão da livre associação" (p. 17)

Segundo este raciocínio, poderíamos perguntar: se a ênfase pragmática deriva de uma forma de entender as relações e a própria terapia e a preferência estética, como a denomina Bateson, origina-se de outra forma de pensar, em pontos fundamentais, antagônicas, como fazer

esta articulação? Será que a mesma "pragmática" que os autores criticam é a que eles pretendem integrar? Ou estão defendendo uma nova concepção do aspecto pragmático na terapia?

Já Held (1992) argumenta que o que quer que digam os terapeutas sistêmicos, eles tem mais em comum do que supõem. Para a autora, todo terapeuta, estratégico ou não, considera-se especialista em métodos e condições para resolver problemas de seus clientes. Qualquer terapia tem estratégias e qualquer terapeuta quer resolver problemas. Isto os une, apesar de poderem escolher formas diversas de atuação.

"Terapeutas sistêmicos, inclusive os estratégicos, podem discordar sobre a quantidade adequada (ou mesmo possível) de poder, controle ou diretividade ... mas a existência de algum grau de especialidade do terapeuta sobre o processo de mudança é inegável." (p. 31)

Duncan (1992) admite que a terapia estratégica pecou por excesso de entusiasmo pela intervenção e pela negligência à relação terapêutica e atesta que, atualmente, a maioria dos terapeutas denomina-se "ecletico". Incluem em seu trabalho contribuições de outros aportes que possam ultrapassar os limites da abordagem estratégica, sem abrir mão do que ela tem de útil. Para o autor a terapia estratégica só se manterá viável se absorver outros modelos e evoluir em direção ao ecletismo.

Outra argumentação a favor da terapia estratégica sensibiliza mesmo os seus mais radicais opositores. São as situações de urgência e risco para a família. Nestes casos, apesar de tudo, a interferência diretiva do terapeuta, sua posição como "expert", é necessária.

Hoffman (1985) sintetiza esta posição:

"Atitudes não neutras, "lineares" e ações são frequentemente 1) necessárias, 2) apropriadas, 3) para o que você está sendo pago. Coerção, força, sedução, são maneiras consagradas ao logo do tempo para se obter resultados, particularmente quando corpos frágeis devem ser protegidos." (p. 394)

Dell (1986) argumenta que os terapeutas que defendem a "linearidade", na verdade falam desde sua experiência e da descrição da mesma, enquanto que a circularidade sistêmica, não pode ser frequentemente vivida como parte da prática do "clínico de todo dia". A circularidade fica

reservada para as explicações, outro domínio. Assim, para cada tipo de pensamento há um lugar, no nível descritivo e no explicativo da experiência.

Desta forma tanto Dell como Hoffman (1985), apesar de construírem críticas coerentes à terapia diretiva em seus artigos, ainda tentam encontrar um lugar para utilizá-la ou compreendê-la. Seja como "exceção" para certos casos ou como referencial para o clínico que justifica sua visão baseada no controle em sua experiência.

Poderíamos estender-nos na exploração destes argumentos indefinidamente, já que eles tem quase a mesma duração que a terapia de família e parece que continuarão a existir durante muito tempo ainda. Para Dell (1989) e Goolishian e Anderson (1992) as posições polarizadas deste debate são inconciliáveis, apesar de tantas tentativas. Podemos sugerir, como Rabkin (1978), que a polêmica é o "coração" da disciplina, o nó central à volta do qual discute-se os parâmetros da prática terapêutica sistêmica. Fica claro que para a maioria dos autores citados este nó refere-se à questão do controle e do poder. E é este mesmo "coração" que se constitui no centro do desenvolvimento e do surgimento de novidades na terapia de família.

Segundo Hoffman (1985) e Goolishian e Anderson (1992) as origens deste conflito estão na própria cibernética, em seu início ainda permeado pelo mecanicismo e pelo modelo do cérebro-computador. Bateson, por muito tempo, não foi ouvido (Allman, 1982).

Parece-nos relevante concluir, apontando que para além da crítica centrada na técnica, esta discussão reflete posições epistemológicas, teóricas e éticas diferentes no campo da terapia de família. Com posições mais "duras" ou mais "brandas", mais conciliadoras, polarizadas ou confusas, ela nos leva a uma reflexão sobre o que é terapia, ou sobre o que o terapeuta pensa que ela é e qual o seu papel. Segundo Goolishian e Anderson (1992), este debate baseia-se em diferenças fundamentais sobre como os terapeutas entendem o processo terapêutico e como conceituam o sistema com o qual trabalham.

Auerswald (1985) exorta os terapeutas a "pensarem sobre o seu pensamento" dentro do contexto da terapia. Segundo ele, a natureza e a estrutura de nosso modo de pensar como clínicos determina o que vemos e nosso curso de ação com as famílias.

Embora nunca tenha estado extinta, a polêmica reacendeu com novas feições a partir dos anos 80, com a emergência dos aportes construtivistas na terapia de família. Este novo impulso, apoiado em desenvolvimentos mais recentes da cibernética de segunda ordem, da Biologia do Conhecimento de Maturana e de releituras da obra de Bateson, ofereceram novas opções à terapia de família. Se bem não deram fim à polêmica, estes aportes apresentam parâmetros mais consistentes para referenciá-la. Os aportes construtivistas ou a terapia de segunda ordem promoveram uma crescente adesão a formas menos diretivas e interventivas na terapia de família. Esta visão tem impactado a disciplina de forma tão abrangente quanto a emergência da terapia estratégica. Tanto teórica quanto tecnicamente o movimento foi inevitável. Nada permaneceu inalterado.

II.3 Um momento de transição: a segunda cibernética.

Desde o início, na prática de terapia de família, a importância dos circuitos de ampliação do desvio (retroalimentação positiva), havia sido enfatizada por Jackson (1968) e Minuchin (1974), por exemplo, que observavam o papel da crise, do desequilíbrio nos padrões familiares para que o sistema realizasse mudanças. Teoricamente, porém, a retroalimentação positiva sempre foi olhada a partir de seu potencial efeito destrutivo no sistema. Assim, os terapeutas de família encontravam-se na estranha posição de trabalhar buscando a mudança dentro de um contexto conceitual baseado na estabilidade, resistência e homeostase (Dell e Goolishian, 1981; Elkaim et al. 1982). Estabilidade e equilíbrio eram vistos como equivalentes e responsáveis pela continuidade do sistema. No estado de equilíbrio, os sistemas eram considerados como imunes a suas próprias flutuações e possibilidades de mudança (Elkaim, 1980). Sistemas homeostáticos não são capazes de mudar espontaneamente seu padrão de relação. Como na metáfora do termostato, a gama de variação possível do sistema só podia ser modificada através de perturbações externas.

Ao final da década de 60 e início da de 70, o papel da dialética estabilidade-mudança, representada por uma possível alternância entre ciclos de anulação e ampliação do desvio começa a se impor na cibernética (Maruyama, 1968; Hoffman, 1971, 1981). No entanto, só com a adoção da rede conceitual derivada do trabalho de Prigogine (1979) sobre "ordem através da flutuação" é que o campo da terapia de família pode mover-se da visão baseada no equilíbrio para uma visão orientada para a compreensão dos processos através dos quais o sistema evolui.

Prigogine (1979, 1988) estudou a mudança em sistemas distanciados do equilíbrio. Ao invés de considerar a distância do equilíbrio como uma perturbação temporária, o autor concluiu que, nestas condições, o sistema evoluía através de saltos descontínuos para novas estruturas que apresentavam uma coerência interna. A passagem dessas estruturas, que Prigogine chamou de dissipativas, para outros patamares de funcionamento, era possível através da ampliação de flutuações próprias do sistema. Esta ampliação de flutuações levaria o sistema para além de seu umbral de estabilidade. Emergem neste ponto bifurcações que correspondem a uma solução

descontínua para um parâmetro do sistema. "Bifurcação é um ponto crítico a partir do qual um novo estado torna-se possível." (Schnitman, 1987, p. 121)

Segundo Dell e Goolishian (1981), o aspecto relevante do trabalho de Prigogine para os sistemas sociais não são as considerações termodinâmicas sobre estruturas dissipativas, mas o princípio de ordenação a partir de flutuações.

Em qualquer ponto da história de um sistema, podem haver inúmeras instabilidades disponíveis para seu futuro, ao redor das quais uma perturbação infinitesimal pode determinar o regime de funcionamento macroscópico do sistema. Qual o caminho, entre os disponíveis, é escolhido, é determinado aleatoriamente pela flutuação particular que é ampliada (Dell e Goolishian, 1981). Dois pontos são importantes:

a) a multiplicidade de soluções possíveis corresponde a uma gradual aquisição de autonomia do sistema em relação a seu meio (Schnitman, 1987);

b) a seleção do caminho não pode ser controlada. Pode-se intervir em tais sistemas para "empurrá-los" para um ponto de instabilidade, mas não se pode controlar como ou quando se reorganizam (Dell e Goolishian, 1981).

As flutuações amplificadas constituem-se em núcleos de mudança que se expandem para todo o sistema. E, nem sempre, segundo Prigogine (Elkaim et al., 1981), uma flutuação amplificada significa otimização. O que temos com certeza é uma nova história.

Prigogine (1979) nos alerta que ao lidar com sistemas distantes do equilíbrio, não nos servem as ferramentas conceituais utilizadas para aqueles em equilíbrio. No âmbito destes, após qualquer perturbação, o sistema volta a seu estado anterior, a mudança é reversível. A história conta pouco. Já nos sistemas distanciados do equilíbrio, a história tem papel fundamental. Não a história linear, mas aquela das singularidades, elementos originais que emergem nestes momentos críticos do sistema (Elkaim et al. 1981).

Sistemas vivos, biológicos e mesmo sociais, funcionam distanciados do equilíbrio. São auto-organizadores, não-lineares e não-determinísticos. Dependem enormemente do meio para trocas fundamentais, mas adquirem autonomia, na medida em que funcionam segundo suas leis

singulares de constituição e sua história de mudanças descontínuas. A evolução de um sistema se dá numa combinação de acaso e história, onde a cada patamar surgem novas instabilidades que amplificadas geram novas ordens e assim por diante. Prigogine (1979) chamou a este processo "retroalimentação evolutiva".

Sistemas vivos, portanto, são hipercomplexos e indeterminados. Já dizia Bateson, (1971), que a constância do sistema é atingida através de mudanças. Assim, a instabilidade e a crise ganham novo lugar no pensamento sobre sistemas.

Para Morin (1973), seguindo as idéias de Prigogine, a crise é um aumento de desordem e de incerteza no seio de um sistema. Sistemas hipercomplexos como os sociais, funcionam sempre no limite da crise, na medida em que operam e organizam-se a partir da desordem. Não é possível para estes sistemas a regra ideal, a norma pré-concebida, que assegure sua otimização. A resolução da crise gera soluções novas, mas nem sempre significa "progresso".

Adotando estas idéias na prática da terapia de família, temos um deslocamento da atenção para os processos de mudança no sistema. O olhar dos terapeutas se volta para alternativas disponíveis, flutuações, que possam servir à mudança.

Não temos mais como modelo um sistema resistente, "empacado" em seu movimento, mas um sistema que, inevitavelmente, muda para novas coerências e onde o sintoma não é mais um "mecanismo homeostático" que impede a família de mudar ou de sucumbir a uma crise, mas apresenta-se como alternativa amplificada, solução possível naquele momento, para aquele sistema.

Esta visão implica na idéia de que o sistema tem e adquire, ao longo do tempo, seus próprios recursos para realizar mudanças. A crise, ao invés de ser considerada como um perigo, como na primeira cibernética, é vista agora como parte do processo de mudança e o sintoma como surgido no meio dela. A própria procura de terapia também tem o "status" de uma nucleação de mudança emergente no sistema.

Consequentemente, para os terapeutas, o papel da variedade, da novidade e do acaso no funcionamento familiar vai merecer mais atenção. Os terapeutas buscam não mais apenas

redundâncias e regularidade no sistema, mas seus recursos para gerar soluções alternativas aos seus padrões relacionais habituais. É neste ponto que entra a história: como mudanças ao longo do ciclo vital, como história de flutuações e variações, que servem de contexto para a crise atual.

Nestes termos, a segunda cibernética enfatiza técnicas de indução de crise como a provocação e o paradoxo (Andolfi et al., 1983; Palazzoli et al., 1978) que buscam variar os parâmetros atuais de constrição do sistema, bem como técnicas que buscam facilitar a emergência de recursos internos ao sistema para a mudança, como o questionamento circular (Palazzoli et al., 1980), redefinições do sintoma e do contexto familiar (Andolfi et al., 1983).

O terapeuta não tem mais que "fazer" a família "resistente" mudar. Vai atuar mais no sentido de mobilizar recursos familiares, levantar novas informações até agora não relevadas pela família em seu discurso oficial. Vai procurar pelo não conhecido, não valorizado, periférico, que funcione como alavanca de mudança (Brun e Rapizo, 1991).

A entrevista terapêutica ganha destaque sobre uma intervenção final impactante. Perguntas, reconstrução da história, redefinição de significados, esta é a tarefa terapêutica. A linguagem da família, sua singularidade e originalidade são as vias de acesso do terapeuta ao sistema familiar. Inicia-se aqui uma era em que o terapeuta é menos diretivo e mais curioso.

Mas algumas questões ainda ficam no ar. Como definir, nesta concepção, a patologia? Se a homeostase não explica tudo, como entender a "resistência"? Existe "resistência"? Se o terapeuta não controla, não prevê, se não pode determinar o caminho evolutivo do sistema, qual é o seu papel? Um facilitador de mudanças? Mas a família não muda inevitavelmente? Um catalizador? Se o sistema tem esta autonomia, qual deve ser o lugar de um terapeuta em relação a um sistema que o consulta? Se o foco é na singularidade, qual o lugar das teorias generalistas sobre a família?

Estas e outras questões levaram os terapeutas a debruçarem-se sobre o estudo dos sistemas auto-organizadores, objeto da cibernética de segunda ordem e sobre sistemas autopoieticos, conceito desenvolvido por Humberto Maturana e Francisco Varela que, guardadas as devidas diferenças, têm em comum o aspecto da autonomia sistêmica.

A entrada na terapia de família destes conceitos, completa seu quadro conceitual mais

recente e nos leva à terapia de família de segunda ordem ou construtivista. Aí sim, o sistema "terapia sistêmica de família" realiza um salto descontínuo, para além de seu equilíbrio, em direção a uma total reorganização.

II.4 Terapia de família de segunda ordem

Na co-evolução entre cibernética e terapia de família, o estudo dos sistemas auto-organizadores foi mais um passo. Dois aspectos revelam-se especialmente importantes para o estudo dos sistemas sociais. O primeiro, a relação entre ordem e desordem, já mencionada no item anterior, e o segundo, a autonomia.

A conceituação dos sistemas vivos como autônomos transforma a cibernética e a terapia de família. Como também já vimos no item sobre cibernética de segunda ordem, a ênfase na clausura operacional dos sistemas levou a cibernética a transformar-se em uma epistemologia, na medida em que sua pergunta básica é sobre o conhecer. Um dos principais protagonistas das tentativas de responder às questões emergentes neste campo é Heinz von Foerster e os desenvolvimentos de sua teoria logo começaram a influir no campo da terapia de família. Também começam a penetrar no campo elaborações teóricas como a de Maturana e Varela que, a partir do conceito de autopoiesis, nos remetem à idéia de autonomia e às conseqüentes questões sobre o conhecimento.

Estas considerações reacendem a polêmica sobre poder e controle, já que os sistemas autônomos não são sujeitos à interação instrutiva. Mas, além disto, incluem o terapeuta no âmbito da observação. O terapeuta também é um sistema autônomo, portanto não determinado ou instruído pelo meio. A aplicação dos conceitos cibernéticos, pela primeira vez, é estendida ao terapeuta, ampliando e complexizando os circuitos da circularidade.

Conseqüentemente, neste momento, quase todos os baluartes sobre os quais a terapia sistêmica de família se apoiava, começam a ruir. Nem homeostase, nem intervenções que "causam" mudanças, nem possibilidade de controle. Impossível a observação objetiva. Os sistemas evoluem descontinuamente, usam a desordem para alcançar novas ordens, não são determinados pelo meio, mas sim por sua estrutura; no caso dos sistemas sociais, são sistemas de linguagem e ainda por cima, apenas distinções de um observador que não tem nenhuma fundamentação objetiva para seu conhecimento. O conhecimento revela propriedades do observador (von Foerster, 1969, 1982 B).

Não há mais um terapeuta/ observador que descreve uma família/sistema observado. Há

uma ruptura desta divisão e surge em seu lugar o sistema observante/terapêutico, onde o sistema emerge como distinção, construção de seus participantes. O conhecimento é uma construção social, linguística, biológica, feita no seio de uma comunidade de observadores em convivência.

A pergunta não é mais: "Como é este sistema?", mas "Como geramos o sistema que descrevemos?"

Uma família não é um sistema. Uma família é uma distinção de um observador ou comunidade de observadores, que podem ou não usar uma linguagem sistêmica para falar dela. Assim, podem existir tantas famílias quanto observadores, com elementos compartilhados e não compartilhados nesta distinção.

Como podemos notar, saem de cena todas as regras fixas, os "a priori", e entram no centro do palco a linguagem e o terapeuta. Temas como subjetividade, sentimentos, relação terapeuta-cliente, ética, cultura, surgem na literatura com todo vigor. Segundo Ludewig (1989):

"Desde essa perspectiva, se a terapia não é concebida como uma atividade arbitrária qualquer, e se é inevitável descartar a efetividade causal, o teórico da terapia (assim como o terapeuta em cada uma de suas atuações) encontra-se confrontado com um imperativo que parece impossível de cumprir, o dilema: "atua eficientemente sem saber nunca de antemão como, nem para onde conduzirá a medida adotada."
(p. 31)

Qualquer reflexão sobre a terapia terá que incluir este dilema e tentar explorar alternativas, sob o risco de adotar ou uma causalidade imaginária ou o niilismo.

A prática terapêutica é questionada e redefinida. A cibernética de segunda ordem é a porta régia do construtivismo na terapia de família. Esta perspectiva procura indagar sobre como emerge esta realidade, esta crença, que processo gerou esta definição. É uma perspectiva interessada no processo, na gênese. Além disto, como a realidade é uma construção, esta postura leva a pensar sobre que tipos de coisas implicamos como existentes ao acreditar em uma teoria dada. Isto implica em admitir que há outras alternativas, ao menos potencialmente e em assumir responsabilidade pela escolha de qualquer uma delas (Pakman, 1991).

Segundo Hoffman (1985), estas idéias afetam até o que se considerava a unidade de

tratamento: a família. A velha noção de consertar uma estrutura que apresenta um problema não serve mais. Os problemas não estão nas famílias, mas em sua construção da realidade, estão em sua relação e na forma pela qual esta permite a emergência de realidades, sujeitos, crenças e sintomas. Em outras palavras:

"O sistema ao ser estritamente dependente do observador, não é identificado em consequência de uma organização social, mas é uma forma de descrever o fenômeno que se está estudando. O sistema não é um dado, mas uma forma de organizar os dados que o observador elege tomar como elementos do sistema." (Fruggeri & Matteini, 1991, p. 35)

O que interessa ao terapeuta é a ecologia de idéias que determina o sistema que vem à terapia. Goolishian e Winderman (1989) ratificam esta posição:

"O sistema interacional relevante para qualquer problema em estudo está determinado na linguagem, não na estrutura ou no papel social. A dinâmica organizacional desses sistemas de significados, que existe na linguagem, determina os diversos comportamentos e problemas pelos quais é requerida a consulta terapêutica." (p. 22)

Não há uma família dada "lá fora" a ser conhecida e manipulada. Com base no conceito de autonomia, questiona-se o valor e a pertinência de intervenções que pretendem dirigir o sistema para determinado lugar. Questiona-se também a idéia de que tais intervenções causam mudanças, já que o meio (intervenções, terapeuta) não determina o que acontece no sistema (família). O sistema reage de uma maneira idiossincrática quando é perturbado. Ele determina sua resposta à perturbação.

O interesse dos terapeutas desloca-se assim das sequências de comportamento a serem modificadas para os processos de construção da realidade e identidade familiar, para os significados gerados no sistema, incluindo nele o terapeuta.

Não é mais uma unidade fixa e previamente determinada que virá à terapia. Não é o sistema que "determina" o problema, mas o problema, ou melhor, o que é vivido e experimentado, distinguido como problema e os elementos envolvidos na trama de relações a sua volta é que serão considerados como o "sistema terapêutico". Segundo Goolishian e Anderson (1987 B), o "problema

determina o sistema". Sistemas humanos são geradores de significados, são redes de conversação. Os componentes do sistema não são apenas pessoas, mas uma rede de significados gerada e geradora do próprio sistema. Esta é uma forma de pensar que, segundo os autores, impede o terapeuta de ficar preso a estruturas pré-determinadas. Estas premissas também estenderam a terapia sistêmica para além das fronteiras da família. Hoje vemos trabalhos tanto com o indivíduo como com comunidades e redes sociais que utilizam o mesmo referencial sistêmico (Telfener, 1991; Pakman, 1993). Na verdade, quem participa da terapia é uma negociação dentro do próprio sistema terapêutico. Tal sistema, assim descrito, transforma a terapia em uma rede de conversações à volta de um problema e o terapeuta em um participante ativo da transformação coletiva de significados (Sluzki, 1987).

Nesta perspectiva, torna-se fundamental o estudo da linguagem. Segundo Pakman (1988), a linguagem é um conceito de segunda ordem, na medida em que pode referir-se a si mesma.

A atividade terapêutica é concebida como linguística e dialógica, mais do que como intervenção de um agente sobre um sujeito individual ou coletivo, como realidade sobre a qual se deve operar. O terapeuta não é mais um implementador de técnicas. Ele trata de tentar criar um espaço para a conversação, que inaugura, neste encontro terapeuta-cliente, um novo sistema. Aí, busca compartilhar, acompanhar a visão de mundo trazida pela família, para co-construir realidades alternativas, novas conotações, com as quais o sistema terapêutico desenvolva novas perspectivas que não tragam em si o comportamento sintomático (Sluzki, 1985, 1987; Pakman, 1988). O terapeuta chega como estrangeiro, trazendo a diferença e um menor compromisso com o consenso familiar.

Segundo este viés, Sluzki (1987) afirma que as mudanças que resultam do processo terapêutico não são "propriedade" da família ou do terapeuta, mas resultado da participação ativa de ambos na "co-evolução das idéias que se foram dando entre o terapeuta e a família no curso da entrevista." (p. 68). Segundo Schnitman e Fuks (1993):

"O enfoque que apresentamos ... propõe considerar a terapia como um processo de co-criação de contextos que possibilitem a expansão dos territórios afetivos, cognitivos e de ação. Está orientado à

criação de condições de possibilidades (tanto subjetivas, intersubjetivas, como sociais), para o surgimento de "realidades" alternativas mais complexas que as existentes e de expansão da experiência dos participantes." (p. 33)

Estas idéias questionam noções há muito estabelecidas na psicoterapia, como diagnóstico, modelos etiológicos e de tratamento; conceitos como disfunção, estabilidade etc.. Em suma, todos os atributos que acreditávamos pertencer ao sistema observado tornam-se referidos ao observador. A auto-referência passa a ser o exercício fundamental para o terapeuta. É através dela que ele se pergunta sobre a emergência, as possibilidades e os limites de sua descrição e atuação no sistema. Para Pakman (1991), esta é a metáfora básica de uma terapia de segunda ordem. Além das perguntas que faz a si mesmo, o terapeuta usa a interação terapêutica, o olhar dos outros, as diferenças como alimentos desta indagação.

Assim, a terapia pode ser definida como:

"uma dança de auto-observações mediadas por outros em que pacientes, terapeutas, supervisores, sistemas sociais mais amplos, pertinentes à interação em curso, emergem como organização auto-ecológica encarnando este evento social que chamamos terapia familiar." (p. 85)

Autores como Hoffman (1985) e Dell (1982) definem a terapia como um contexto mais colaborativo do que hierárquico e advertem contra o excesso de instrumentalização do espaço terapêutico. Goolishian (1991) radicaliza esta idéia, defendendo uma posição não interventiva. A terapia deixa de buscar mudanças específicas, para se tornar contexto exploratório de possibilidades e restrições para mudança. Cecchin (1987) redefine a "neutralidade" do terapeuta como "a criação de um estado de curiosidade na mente do terapeuta " (p. 407) que não equivale a não se envolver ou não ter opiniões.

Esse estado de curiosidade leva à validação de todas as versões do problema, inclusive a do terapeuta. A esta orientação Cecchin chamou de "polifônica" e pretende gerar descrições dentro de um marco de curiosidade, ao invés de um marco de explicações verdadeiras ou falsas. A curiosidade se estende também às diferenças entre as diversas versões possíveis e ao padrão de ajustamento entre elas e com as descrições do terapeuta. Abandona-se assim, a tentativa de dirigir

os clientes ou o processo terapêutico para determinado ponto.

"Se acreditamos na interação instrutiva, tratamos de mudar as pessoas dirigindo-as. Isto se pode conseguir somente quando temos uma descrição exata do problema ... além disto, podemos notar que a curiosidade e a preocupação estética pelo padrão, geram respeito quase do mesmo modo que o respeito gera um sentido de curiosidade e de estética." (Cecchin, 1987, p. 412)

Estas considerações ratificam as elaborações anteriores de Dell (1982) sobre "resistência". Cada sistema tem uma lógica de interação que não é correta ou incorreta, boa ou má em si, é operativa e constitutiva do sistema. Nunca se pode prever como o sistema em terapia responderá às colocações do terapeuta, mas certamente o fará desde sua coerência e o terapeuta, ao invés de "mestre", torna-se aprendiz e co-participante desta empresa que leva o sistema terapêutico a aprender sobre si mesmo.

A perspectiva construtivista focaliza os processos de construção da identidade familiar no que tem de singular. A relação terapeuta-família também é considerada como singular e específica da construção daquele contexto. O terapeuta emerge como tal através da participação neste contexto e do tipo de instrumentos conceituais que usa, gera e co-gera, em dita participação (Pakman, 1991). A ênfase desloca-se de pensar o que devemos introduzir no sistema para considerar o que o sistema permite selecionar. Desloca-se da informação para o sistema que utiliza a informação. O processo de incrementar a própria ordem e gerar novas pautas e alternativas pode ser estimulado, mas não forçado. Pode ser regulado, através da recursividade, mas não controlado. Em outras palavras, boa parte do processo terapêutico, mais do que mera aplicação de modelos a um sistema supostamente claro sobre o qual se opera, implica em favorecer a compreensão de todos os integrantes do sistema sobre o contexto no qual este está operando e emergiu (Pakman, 1991). Isto significa uma atenção especial às narrativas sobre o problema, expectativas possíveis e desejadas, consensuais ou não, que existam no interior do sistema terapêutico.

Segundo Goolishian e Anderson (1987, 1991 B), o sistema terapêutico organiza-se à volta de um problema e dissolve-se ao haver a dissolução do problema que o organizou. Não se trata de

solucionar problemas, mas de solucionar impasses na resolução de problemas, através da mudança de perspectivas que permita um melhor agenciamento do próprio sistema para tomada de decisões e mobilização de seu potencial auto-organizativo. A terapia complexiza narrativas, sugere ações, que não tem caráter fundante, mas que dão lugar ao surgimento de alternativas possíveis de ação (Pakman, 1991).

A tentativa de promover uma interação dialógica, a criação de um canal para as diferentes "vozes" do sistema, torna possível a experiência que permite uma conexão maior do sistema com sua potência, sua capacidade de tomar decisões. A tarefa terapêutica é facilitar o diálogo entre estas diferentes vozes, operando com a ambiguidade, fontes de mal-entendido e contradições, diferenças que permitam gerar descrições mais abrangentes, menos antagônicas e paralisantes do problema compartilhado. Neste sentido, a terapia deve promover um canal de expressão.

Conseqüentemente, ainda segundo Pakman (1991), a linguagem do terapeuta muda, deixando de lado o "estilo oracular" de alguém com acesso privilegiado a um saber oculto para o cliente, tornando-se a linguagem de alguém que se define como autor de suas próprias observações.

"Nossos pacientes não vêem suas próprias costas ou seu próprio olhar, e tampouco nós. É a partir da articulação destas duas cegueiras parciais e na consciência delas, que surge um olhar mais abarcativo como emergência do diálogo terapêutico."
(p. 86)

O terapeuta pergunta-se sobre o seu "conhecer", sobre suas próprias limitações no "falar sobre o sistema". Goolishian e Anderson (1993) descrevem esta postura como a de "não saber" do terapeuta, que necessita saber sempre mais sobre o que foi dito e não entende rápido demais seu cliente.

A terapia promove, neste sentido, uma mudança de linguagem e portanto no contexto que constrói os acontecimentos e sujeitos deste contexto. É um processo de geração de novas linguagens através da negociação, da transformação da linguagem monológica em dialógica. O terapeuta é definido como um facilitador, um administrador destes diálogos (Pakman, 1991;

Goolishian e Anderson, 1987A e B, 1991 B; Hoffman, 1989, 1991).

Segundo Pakman (1991), a mudança no domínio linguístico implica mudança no ser, na identidade e vice-versa.

A crise denuncia a falta de uma linguagem que permita um ordenamento diferente do mundo experiencial. O grupo perdeu seu repertório compartilhado de tradições e pressuposições que o permite funcionar num grau de consenso que considera satisfatório (Schnitman e Fuks, 1993). Um novo ordenamento do mundo experiencial também traz um novo ordenamento da identidade familiar.

O sintoma, saída possível para a crise, muitas vezes, inclui a geração de uma linguagem unívoca, de um consenso forçado e restritivo que é incorporado e mantido com a colaboração de toda a rede relacional significativa (Schnitman e Fuks, 1993). O sintoma não é uma "aberração" na lógica familiar, mas encaixa-se com sua história e estilo interativo. Constitui-se como problema na rede de significados gerada pela família e no sistema terapêutico que, a partir de sua inauguração, permanece ancorado à presença e à mudança no(s) domínio(s) acordados como problemáticos.

"Terapia não é busca (do já sabido), mas aventura. A verdade não tem a ver aqui com o descobrimento de coerências ocultas, mas sim com a interminável abertura de alternativas que resultarão mais ou menos aptas para a vida. A terapia como a vida, inventa-se a si mesma num jogo infinito." (Pakman, 1991, p. 29)

II.4.1 Novos desenvolvimentos clínicos

Co-evoluindo com estas "novidades" na teoria, os modelos clínicos renovam-se ou transformam-se. Embora modelos pioneiros como o estratégico e o estrutural mantenham-se sem grandes alterações, o construtivismo tem um efeito pervasivo na área.

O grupo do MRI, entre os estratégicos, é o mais sensível à questão da linguagem na constituição da realidade. E, embora não abandone os elementos estratégicos de sua prática, trilha caminhos mais próximos aos dos terapeutas construtivistas. Paul Watzlawick publica em 1981 o livro *Invented Reality*, uma coletânea de textos dos mais eminentes teóricos construtivistas e tem um papel importante na introdução da obra de von Foerster no campo da terapia de família. Mas, a prática terapêutica do MRI, não sofreu grandes mudanças. O que parece mudar é a linguagem que utilizam para referirem-se a esta prática. Assim sendo, o trabalho do grupo liderado por Watzlawick não é incluído entre as inovações oriundas do construtivismo.

Outros terapeutas, outrora estratégicos, desenvolvem novas formas de fazer terapia, na busca de coerência com as premissas construtivistas. Entre eles encontram-se Hoffman, Dell, Cecchin e Goolishian. Tentaremos neste trabalho relatar as contribuições selecionadas na literatura como as mais originais e que compartilham de premissas comuns, emergindo desta forma como um conjunto de "práticas construtivistas".

Um dos pontos localizados na literatura como o de origem das práticas construtivistas é o Grupo de Milão (Hoffman, 1985, 1989; Tomm, 1987; Andersen, 1987). Este grupo, formado por Palazzoli, Cecchin, Boscolo e Prata, seguiu por dez anos estudando Bateson, na tentativa de desenvolver uma metodologia coerente com o pensar sistêmico. Assim, ainda que tenha desenvolvido um trabalho com fortes elementos estratégicos, como o uso de intervenções paradoxais ao final de todas as sessões, este grupo trouxe à tona a atenção ao contexto de significados na família, ao sentido do comportamento. É uma atenção à conexão, ao padrão que conecta os eventos e sua lógica, numa tradição batesoniana.

Embora fortemente imbuídos do papel de provocar mudanças, os terapeutas deste grupo pensavam em mudanças menos específicas e controladas. Suas intervenções envolviam todo o

padrão de comportamento à volta do sintoma e não só a sequência de comportamentos da qual o sintoma era parte. Por exemplo, conotavam positivamente todo o padrão de interação da família, não só a função do comportamento sintomático, como seria mais comum numa abordagem estratégica. Assim, aproximavam-se mais de uma intervenção no contexto do comportamento, do que no comportamento em si.

Este grupo também foi o primeiro a usar a equipe atrás do espelho unidirecional, não como mera observadora, mas como participante ativa da entrevista. Com isto, buscava aproveitar os outros pontos de vista que trouxessem ao terapeuta diferenças e a possibilidade da visão binocular, responsável pelo bônus da perspectiva, como também assinalava Bateson (1979).

Para desenvolver a intervenção final da sessão, que em princípio era um comentário da equipe sobre a família, geralmente de caráter paradoxal, o grupo de Milão desenvolveu uma técnica de entrevista à qual chamou de "questionamento circular" (Palazzoli et al. 1980). A idéia era construir perguntas que obedecessem a uma lógica circular, que fornecesse ao terapeuta subsídios para a construção de uma intervenção final que respeitasse o princípio da circularidade. As perguntas circulares ajudavam também ao terapeuta na verificação do sentido de suas hipóteses a respeito do padrão familiar. Também favoreciam a expressão de diferentes versões de tal padrão e do problema. Desta forma, este grupo acreditou aproximar-se bastante do que seria uma concepção sistêmica da terapia.

As perguntas circulares investigam conexões, padrões, relações. Em geral, propõem que um elemento da família coloque-se numa posição de observador sobre a relação de outros dois. Interessam-se pelas diferentes idéias sobre tais relações. As perguntas exploram também diferenças e contrastes entre momentos ou elementos diferentes em uma relação. Por exemplo: "Quando papai viaja, mamãe briga mais ou menos com Pedro?" "Quem se incomoda mais com as brigas? Mamãe ou papai?" "Quando você viaja, como imagina a relação entre sua esposa e Pedro?" "É diferente de quando você está em casa? Como?"

Também são feitas "perguntas de futuro", onde as condições atuais da família são hipoteticamente modificadas ou mantidas e projetadas para o futuro. Exploram através da

imaginação os possíveis riscos, vantagens e desvantagens das mudanças pretendidas pelo sistema terapêutico. Por exemplo: "Se quando você crescer, mamãe deixar de se preocupar tanto, que diferença você imagina na relação entre mamãe e papai?" "Se a situação entre vocês se mantiver inalterada, como vocês imaginam a família daqui a dois anos? Como será diferente do que é agora?"

Segundo Cecchin (1987), tais perguntas "abalam" o sistema de crenças da família, usando a linguagem de relação e não do "que é". São perguntas que propiciam a emergência de padrões e não de atos. E, ao desafiar a lógica atual da família, abrem espaço para novas histórias. O uso destas perguntas facilita a construção de um contexto para a curiosidade. Segundo Hoffman (1989), esta foi uma primeira tentativa de uma posição construtivista na clínica, mesmo antes de que esta perspectiva fosse conhecida mais ampla e profundamente. A inspiração era a obra de Bateson.

Intuindo ainda, ao final do artigo publicado no ano de 1980, por Palazzoli e seu grupo, o valor terapêutico das perguntas, o grupo de Milão põe em dúvida a necessidade da intervenção final. Esta questão, respondida de maneira diferente por Palazzoli e Prata, Boscolo e Cecchin deu origem à cisão do grupo e tornou-se um marco para o início do que hoje conhecemos como terapia de segunda ordem ou construtivista.

Boscolo e Cecchin adotaram e aprofundaram o uso das perguntas como intervenções terapêuticas e trocaram a linguagem baseada em manobras e jogos por uma que enfatizava idéias, crenças e mitos (Hoffman, 1989), enquanto Palazzoli e Prata permaneceram enfatizando os elementos estratégicos e a metáfora do jogo na família (Palazzoli, 1987 A).

Boscolo e Cecchin divulgaram o primeiro modelo discursivo ou de conversação para a terapia de família. Adotando estas premissas, o terapeuta ou equipe terapêutica questiona também suas próprias crenças a respeito da família e de seu trabalho. Temos, então, a valorização de um contexto terapêutico mais colaborativo e menos hierárquico, onde existe um que sabe e fala e outro que não sabe e escuta.

O trabalho do Novo Grupo de Milão influencia e traz à tona, no final da década de 80, um florescimento de modelos clínicos derivados ou não deste passo inicial. Todos enfatizando a

multiplicidade, as diferenças, a linguagem e a conversação, condenando a excessiva instrumentalização e diretividade dos modelos tradicionais, inovando no uso do trabalho em equipes e em técnicas, especialmente as perguntas.

Assistimos simultaneamente ao aparecimento de uma geração de terapeutas dispersos pelo mundo, retirando a exclusividade da produção dos EUA. Autores como Karl Tomm, do Canadá; Michael White, da Austrália; Mony Elkaim, da Bélgica; Tom Andersen, da Noruega; embora já veteranos no trabalho com famílias, ganham renome internacional, desenvolvendo abordagens clínicas que acompanham as inovações teóricas e contribuindo significativamente para a modificação do panorama da terapia sistêmica de família.

Mony Elkaim (1989) desenvolve o conceito de ressonância, em que inclui os sentimentos do terapeuta, amplificados na consulta terapêutica, como instrumento fundamental de seu trabalho. Utiliza especialmente as contribuições de Prigogine para compreender e aproveitar a amplificação de flutuações para a promoção de mudanças no sistema familiar.

Tomm (1987, 1988), White (1988), Penn (1982) entre outros, trabalham no estudo e desenvolvimento de formas de perguntar, coerentes com a nova proposta teórica. White, às perguntas, agrega o trabalho com as narrativas, re-estoricização de vida, usando como metáforas as narrativas literárias e introduzindo clinicamente a linguagem escrita como instrumento de trabalho, valorizando na reconstrução da história os "resultados originais", não valorizados na narrativa dominante e que, emergindo no processo terapêutico possibilitam uma nova edição da história ou de histórias da vida da família e da história do problema. O autor desenvolve um método de questionamento ao qual chama de "reflexivo", onde destacam-se as "perguntas de influência". Estas perguntas procuram explorar a influência do problema na vida da família e a influência da família na vida do problema. Estas últimas buscam pelos momentos em que a família consegue influenciar o problema a seu favor, diminuindo seu alcance na vida familiar ou "controlando-o", nem que seja por um breve momento. Há uma crença no potencial da família para lidar com o problema de outras maneiras, que o terapeuta ajuda a suscitar e implementar, ampliando a relevância dos "resultados originais" (White, 1988 e White e Epston, 1990).

Tom Andersen e sua equipe na Noruega desenvolvem o conceito de "equipe reflexiva", onde em algum momento da sessão a equipe terapêutica convida a família a ouvir as reflexões da equipe sobre ela. A equipe conversa entre si e a família assiste. Na volta à sessão, a família reflete com o terapeuta de campo sobre que comentários da equipe fizeram sentido para ela e como. Constrói-se assim, uma espécie de diálogo recursivo, onde as conversas sobre conversas são o contexto para a mudança. Os comentários da equipe são espontâneos, não planejados estrategicamente. O autor acredita que o fato de a equipe compartilhar seus pensamentos com a família, retira ou diminui o "poder" da equipe, tornando o contexto terapêutico menos hierárquico. A família dispõe de várias visões e alternativas e pode "escolher" trabalhar apenas com as que forem mais significativas. A equipe por sua vez, aparece como lugar de reflexão, onde seus participantes exercitam-se na busca de uma linguagem não pejorativa, não julgadora e não acusatória para referir-se às relações familiares (Andersen, 1987, 1991). A idéia de compartilhar os pensamentos da equipe com as famílias vem sendo utilizada, adaptada a diversas circunstâncias, inclusive no Brasil (Rego et al., 1993 A; Rego et al., 1993 B).

Andersen (1993) assim define a terapia:

"Terapia não é uma técnica. É uma forma pela qual o "terapeuta" engaja-se nas relações com seus clientes. Foi um alívio para mim abandonar as relações hierárquicas que tentava conduzir antes e estabelecer relações mais heterárquicas (igualitárias) que caracterizam os "processos reflexivos", onde o cliente e o "terapeuta" conversam juntos e trabalham juntos como dois parceiros igualmente importantes."(p. 305-306)

Andersen (1991,1992) também afirma que as perguntas são instrumentos fundamentais para o terapeuta e para alimentar o "processo reflexivo". Para ele, elas buscam as descrições não usadas ainda, mas já imanentes ao problema apresentado. Trabalha também com a possibilidade contida no não ouvido e não dito sobre as situações definidas como problemáticas e que emergem através da conversação terapêutica entre as diversas pessoas que dela participam, com consequentes diversas descrições.

"A conversação é uma oportunidade para a busca de abertura para fora da situação e ao mesmo tempo

um ato de reconstrução do "self". (Andersen, 1993, p.309)

Goolishian e sua equipe também descrevem a terapia como um "contexto colaborativo", de conversação, onde o terapeuta é um observador participante, cujo papel é criar um espaço que facilite o diálogo entre todos os participantes. Seu principal instrumento são as "perguntas conversacionais", onde o terapeuta cultiva a posição de "não saber" (Goolishian e Anderson, 1991 B, 1992 A, 1993). Esta posição é mais uma advertência ao terapeuta para que não acredite entender depressa demais o que seu cliente está dizendo e procure acompanhar a lógica de seu discurso. Os autores defendem uma posição de não intervenção, que implica numa crença na capacidade de agenciamento do sistema familiar para a solução de seus dilemas. As perguntas conversacionais são aquelas que abrem espaço para novas perguntas e criam oportunidade para que novos significados do cliente emergjam e promovam a mudança de visão e comportamento. Para eles, a terapia é um processo interativo e circular, no qual as realidades e capacidades, tanto do cliente, quanto do terapeuta, são respeitadas, reconhecidas e utilizadas. Desta forma, tanto terapeuta quanto cliente, participam igualmente na criação da realidade terapêutica, que inclui o diagnóstico e a cura. A mudança é a expansão, transformação ou "afrouxamento" destas idéias e comportamentos através da conversação e das narrativas. Dentro desta perspectiva, segundo os autores, o terapeuta arrisca-se a mudar também. O terapeuta escolhe uma linguagem colaborativa, que auxilie a manutenção do diálogo. Ele deve ser capaz de lidar com idéias variadas e mesmo contraditórias, simultaneamente. O sistema terapêutico é organizado pelo problema e existe até que ele se "dissolva". O terapeuta deve manter o questionamento dentro dos parâmetros da situação problemática e ter como objetivo maximizar o número de idéias em relação a ela. O entendimento que o cliente tem do problema é valorizado e a responsabilidade do terapeuta é manter o espaço de conversação sobre ele aberto (Goolishian e Anderson, 1987 A, 1991 B). O terapeuta deve também manter uma conversação dialógica com ele mesmo (Goolishian e Anderson, 1987 A).

Os autores também utilizam a participação da equipe na consulta, compartilhando seus pontos de vista com a família. Difere do trabalho de Tom Andersen pelo fato de que a equipe terapêutica participa da consulta desde o começo e a conversa é livre e aberta entre todos os

membros do sistema.

Goolishian enfatiza os aspectos linguísticos da teoria e da prática terapêutica. Para ele a metáfora cibernética é restritiva, e prefere apoiar-se nas teorias da construção social do conhecimento e hermenêutica, criticando os modelos construtivistas mais cognitivistas (Goolishian, 1990).

Assim é resumida sua posição:

"A terapia é uma atividade linguística na qual a conversação acerca de um problema gera o desenvolvimento de novos significados. Através da participação no campo linguístico criado pelo sistema terapêutico, os significados consensualmente fixados que são parte do meio linguístico do sistema determinado por um problema são modificados, transformados e re-examinados na conversação terapêutica. O tratamento é o processo de dissolução (no sentido de significados fixados indissolúvelmente) de um sistema problemático, mais que encontrar soluções para problemas. A linguagem transformada do Sistema Determinado por um Problema, conduz à dissolução do sistema problema." (Goolishian e Winderman, 1989, p. 27)

As abordagens aqui mencionadas, obviamente, não esgotam o desenvolvimento das práticas construtivistas dentro da terapia sistêmica de família. No entanto, são aquelas que, a partir da pesquisa na literatura, foram consideradas mais representativas da transformação sofrida pelo campo desde a década de 80, com a entrada dos conceitos da cibernética de segunda ordem e do construtivismo em seus domínios.

II.4.2 A Polêmica Continua... Críticas e Questões sobre a Terapia de Segunda Ordem

A concepção de terapia desenvolvida a partir de uma visão de segunda ordem, dá continuação à polêmica sobre o poder na terapia de família e sobre as intervenções diretivas. A maioria dos autores construtivistas defende uma posição de não intervenção ou menos instrumentalização (Dell, 1982; Hoffman, 1985, 1991; Goolishian e Anderson, 1991 B, 1992 A). A defesa desta posição está baseada neste momento não mais apenas nas distinções linear/circular ou pragmática/estética, mas na concepção dos sistemas vivos como autônomos e da consequente impossibilidade de interação instrutiva com estes sistemas. Porém, esta posição também recebe críticas. Entre elas estão as que acusam os construtivistas de ignorarem as pressões "reais" do contexto social que determinam certos tipos de comportamento (Imber-Black, 1986; Minuchin, 1991). O terapeuta seria pouco sensível a implicações políticas e sociais de seu trabalho e às relações de poder presentes no próprio contexto terapêutico. Estaria, assim, negando sua responsabilidade como terapeuta (Real, 1990). Esta negativa a respeito de sua responsabilidade localizar-se-ia na atribuição dos efeitos da intervenção terapêutica apenas à família, já que o terapeuta não pode instruí-la. Se é a família que, em seu caráter autônomo, "decide" como utiliza e entende a intervenção terapêutica, o terapeuta segundo Hoffman (1985), perturba a família e observa seu "pulo".

Isto seria segundo Golann (1988), uma negação da influência e do poder do terapeuta no contexto terapêutico. Ele, atuando como facilitador do diálogo, não se preocupa com objetivos específicos e perde a "paixão pela mudança" que caracteriza sua profissão.

"A paixão de mudar os outros é - usando os termos de Maturana - intrinsecamente constitutiva do terapeuta, parte de sua "organização". Filósofos e outros observadores foram criados para contemplar, mas terapeutas apenas tem o direito de existir se eles podem contribuir para transformar algo ruim em bom. ... Se perdemos nossa paixão pela mudança, podemos, da mesma forma, desintegrarmo-nos como terapeutas e tornarmo-nos filósofos da biologia como Maturana." (Colapinto, 1985, p. 30)

Para Minuchin (1991) e Golann (1988), a negativa dos construtivistas em responsabilizarem-

se pelo poder que têm na relação terapêutica é perniciosa. Através da negação, o exercício do poder do terapeuta pode tornar-se ainda mais violento. Diz Minuchin (1991):

"Em um momento em que muitas pessoas sentem-se desesperançadas sob o enorme peso da calamidade social, ... talvez seja inútil para o terapeuta sugerir que pode mudar qualquer coisa. Mas o poder do terapeuta não desaparece apenas através de lhe dar outro nome. Desenvolvendo intervenções que "evitam o controle" e enfatizam a "co-criação", os terapeutas de família construtivistas estão apenas deslocando o foco do poder, permitindo que ele permaneça seguramente invisível e não examinado." (p. 48)

Os dois autores acima citados também questionam a ênfase em estórias e narrativas como suficientes para alcançar a mudança. Para Minuchin (1991) os recursos de ação usados desde o início pela terapia de família foram uma de suas grandes contribuições ao campo da psicoterapia. Supondo que esta ênfase é incompatível com técnicas mais orientadas para a ação, este argumento ganha força quando referido a situações de urgência e de comportamentos socialmente inaceitáveis como a violência e o abuso sexual. O terapeuta que reduz este tipo de situação a simples narrativas e estórias, seria considerado irresponsável. Neste ponto, até mesmo autores deflagradores do movimento construtivista como Dell (1982) e Hoffman (1985), defendem atitudes lineares ou de "primeira ordem", em que o terapeuta impõe sua visão do problema e de sua solução, dirigindo a família em determinada direção.

Golann (1988) aponta também a contradição entre as aspirações construtivistas e relatos e apresentações clínicas de tais terapeutas. Expressões como "introdução de informação" e técnicas como "perguntas de influência" ou ainda "entrevista interventiva" denotam a falta de consistência entre a teoria e a prática de uma pretensa terapia de segunda ordem.

Esta confusão também é apontada por Held (1990), que além de afirmar que a maior parte das "inovações" construtivistas não passam de novos nomes para antigas práticas, acrescenta que a terapia de família encontra-se imersa em uma confusão terminológica e conceitual. Doherty (1991), inserindo a "nova" terapia de família no terreno da pós-modernidade, também adverte:

"No melhor dos casos, a terapia de família pós-moderna, como a cultura pós-moderna, oferece uma

rica mistura de perspectivas, uma abordagem pluralística à teoria e à terapia, em contraste com o estreito foco modernista nos micro processos familiares... Mas no pior dos casos, a terapia de família pós-moderna é um pastiche de estilos discordantes, uma mistura confusa de teorias e um vocabulário fantasioso." (p. 42)

Os terapeutas construtivistas respondem às críticas em intermináveis trocas de artigos, em que, basicamente justificam suas posições e acusam seus críticos de não os terem entendido bem. As soluções encontradas para a polêmica passam por esclarecimentos como o de Hoffman (1986) de que uma terapia menos instrumentalizada não significa "não influência" e que, por outro lado, influência não significa direção. Passam ainda por tentativas de integração entre ambas as visões (Keeney, 1982, 1983), busca de conceitos unificadores (Real, 1990), defesa do ecletismo (Duncan, 1992) ou releituras e adaptações da terapia diretiva a partir de uma ótica construtivista (Solovey e Duncan, 1992). Duncan (1992), assim como Watzlawick (1989) propõe uma redefinição da intervenção diretiva, não como uma tentativa de interromper sequências de interação repetitivas, mas como parte de uma revisão de significados, uma redefinição do problema e da experiência do cliente, a partir do processo da entrevista que ajuda ao terapeuta a formular estratégias.

Held (1990) afirma ainda que este antagonismo revela a defesa dos construtivistas e dos estratégicos da "melhor" forma de se fazer terapia. O construtivismo corre o risco de tornar-se uma "realidade" melhor do que outras.

Cria-se um impasse que não consegue ter uma saída feliz, já que as partes envolvidas nas discussões defendem cada uma a coerência de seu ponto de vista, cabendo ao leitor a escolha de qual é a que melhor lhe convence.

O outro lado desta discussão é que ela levanta questões sobre a prática construtivista na terapia de família que têm se mostrado extremamente férteis para o desenvolvimento destas mesmas práticas. As críticas levantadas apontam contradições, inconsistências e simplificações nas formulações iniciais desta nova concepção de terapia, ajudando-a a caminhar e a esclarecer para si mesma seus parâmetros. Não se trata de responder a críticas, mas de transformá-las em perguntas que levem os terapeutas a refletirem e organizarem mais claramente a descrição e realização de seu trabalho.

Algumas questões, portanto, emergem como fundamentais para o desenvolvimento das práticas construtivistas na terapia sistêmica.

Por exemplo, como, numa forma de pensar não objetivista, que defende a existência de um "multiverso", ao invés de um universo (Maturana e Varela, 1984), em que se valoriza noções como a incerteza, a multiplicidade e o respeito à diferença, poderíamos propor uma forma mais correta de se fazer terapia? Em outras palavras, como defender a existência de um modelo de terapia construtivista, que seria o mais adequado, se a própria visão construtivista questiona a noção de modelo? Isto seria, certamente, uma contradição.

Por outro lado, todo terapeuta tem modelos sobre o que é uma terapia, como deve ser feita. Também tem idéias ou teorias sobre o que é patologia, o que é saúde, o que "causa" o aparecimento de sintomas e como o terapeuta pode ajudar aqueles que o procuram. Também parece poder avaliar quando seu trabalho está sendo bem sucedido e quando o resultado dele não lhe agrada e reflete sobre como pode melhorá-lo. Não importa que suas idéias focalizem a estrutura familiar, sua sequência interacional, ou impasses na conversação. Continuam sendo idéias, mapas que o guiam em sua atuação. Cada conjunto de idéias apóia-se numa visão de mundo, numa postura epistemológica. Apresentam um grau razoável de coerência interna e muitas vezes excluem ou contradizem outros mapas possíveis. Cada grupo de idéias reflete também critérios de distinção e relevância usados pelo terapeuta.

Como nos apontam Maturana e Varela (1984) e Maturana (1990), "conhecer o conhecer" leva-nos a considerar como válidas em seu domínio de constituição todas as visões de mundo. Dentro dos domínios de coerência operacional onde são geradas, múltiplas formas de terapia são compreensíveis. Segundo o último autor, algumas visões de mundo, domínios explicativos e suas consequências podem nos parecer menos desejáveis. Mas isso se dá exclusivamente por uma posição diante do conhecimento que se escolhe. A opção por determinado tipo de explicação sobre qualquer evento no mundo e suas consequências se deve ao fato de que se aceita aquela explicação como viável.

Voltando à questão da terapia, torna-se uma questão de opção qual o modelo terapêutico

utilizado. Desta forma, a discussão sobre qual forma de terapia é a "melhor", não se coloca dentro da própria postura construtivista. Coloca-se sim, a necessidade de desenvolver uma prática coerente com os pressupostos epistemológicos defendidos por qualquer um dos "lados". O problema, certamente, não pode estar localizado na efetividade da terapia, pois sabemos de longa data que inúmeras formas de terapia são consideradas bem sucedidas e têm ampla aceitação social. Cada uma dessas formas socialmente aceitas de terapia define de forma diferente seus objetivos, seus "bons" e "maus" resultados, etc. Define também o que se espera do cliente e do terapeuta, ou seja, a relação terapêutica. Assim, cada enquadre terapêutico produz um terapeuta e um cliente distintos.

Ao escolher uma posição epistemológica construtivista, o antagonismo, onde cada um dos protagonistas detém a verdade, torna-se sem sentido.

As tentativas feitas de integração dos dois modelos - primeira e segunda ordem - também esbarram em confusões conceituais, especialmente porque tendem a ignorar as diferenças na fundamentação epistemológica que se refletem na formação de cada rede conceitual. Geralmente juntam-se conceitos derivados de domínios explicativos que não se intersectam.

A leitura de uma forma de terapia à luz da rede conceitual da outra, embora possa se constituir num exercício interessante, também não nos leva a maiores esclarecimentos sobre os fundamentos destas mesmas redes conceituais. Assim, cabe aos terapeutas de cada um dos campos onde se constituem como terapeutas, realizarem uma reflexão crítica sobre as coerências operacionais onde repousa sua prática.

III Instrução versus Construção: Caminhos Possíveis

Como podemos concluir, a partir do capítulo anterior, o construtivismo constitui-se numa postura epistemológica possível. Não provê modelos, muito menos modelos clínicos para a terapia de família. Segundo Pakman (1981), fornece um marco epistemológico geral para o desenvolvimento de modelos. Segundo Hoffman (1985, 1991), é uma posição ou uma instância onde se coloca, ou busca se colocar o terapeuta. Segundo Sluzki (1985), não é uma forma de fazer terapia, mas de pensá-la. Porém, se adotamos tal possibilidade, nossos modelos clínicos e teóricos serão transformados. A reflexão daí decorrente permite a geração de novos modelos num contexto mais criativo do que normativo. Este procedimento ajuda o terapeuta na aquisição de instrumentos conceituais que lhe permitam evitar ser um mero repetidor de modelos e que lhe trarão maior flexibilidade (Pakman, 1991).

Podemos nos perguntar, então, como organizamos a prática da terapia de família de segunda ordem? Dentro de que parâmetros geramos novos modelos, consideramo-los pertinentes e avaliamos o resultado de nosso trabalho? Necessitamos redefinir termos e conceitos habitualmente aceitos no campo da psicoterapia.

Agregue-se a estas perguntas o fato, já mencionado, de que a terapia de família em qualquer de suas formulações é um campo onde a imprecisão conceitual reina. Esta confusão transcende a atual discussão. Toma ares de tradição, já que a terapia de família fundamenta suas noções em campos como a cibernética, teoria dos sistemas, biologia e matemática. Segundo Pakman (1991), a confusão se instala a partir da transferência de conceitos de um campo a outro sem atenção à epistemologia subjacente. Podemos reconhecer tais noções como modelos potencialmente úteis, porém perigosos, pois tais conceitos muitas vezes não têm sentido ou o perdem fora da rede conceitual onde foram forjados. O conceito de auto-organização e o de autopoiesis, derivados do estudo de sistemas biológicos, bioquímicos, por exemplo, podem ser considerados, no máximo, como modelos para a compreensão do paradigma da autonomia dos sistemas, inclusive os sociais.

O conceito de autonomia perpassa toda a formulação teórica da terapia de família de

segunda ordem e é a partir de sua compreensão que ela desemboca numa visão construtivista do conhecimento. Este caminho que leva à pergunta pelo conhecimento desde a noção de autonomia volta-se sobre si mesmo, numa operação recursiva, obrigando-nos a considerar a autonomia dos sistemas vivos e sociais também como um modelo, que pode ser usado ou não na prática cotidiana do terapeuta.

O risco de confundirmos o ponto de partida com o de chegada deste caminho pode levar tanto a uma reificação do conceito de autonomia como a uma combinação unívoca e obrigatória entre construtivismo e autonomia.

Esta confusão parece ser um dos fatos geradores de novas divisões no campo da terapia de família. Alguns terapeutas apontam para o aprisionamento do modelo cibernético e preferem abandoná-lo, questionando a coerência da ligação cibernética-construtivismo, ou focalizar outros aspectos pouco valorizados, segundo eles, neste modelo. Este é o caso de autores como Goolishian e Anderson (1992 A), Andersen (1992) e Hoffman (1990, 1991), que preferem atualmente adotar a denominação de construcionistas sociais para marcar esta diferença.

Estas diferenças mais recentes não são pertinentes neste momento à discussão. O conceito de autonomia e sua "conclusão" construtivista geram no campo uma transformação pela qual mesmo aqueles autores que abandonam tal modelo passaram. Esta transformação pode ser melhor compreendida através de seus textos (Goolishian e Anderson, 1987, 1991 B, 1992 A; Hoffman, 1985, 1990, 1991). A partir de tal conceito abre-se espaço para uma reflexão ética que é comum a todos aqueles que viveram esta história.

É a partir da pergunta sobre o conhecimento, derivada inicialmente do conceito de autonomia, que se questiona a certeza, a direção e o controle no processo terapêutico. Leva-nos a pensar: o que são intervenções? Se a família e o terapeuta co-constroem a "realidade" terapêutica, qualquer construção é válida? O que seria uma posição de não intervenção? Por que não utilizar intervenções diretivas se é garantido que a família não é dirigida por elas? Aonde está a diretividade do terapeuta? Na técnica? Nos clientes? Qual a responsabilidade do terapeuta? Ele tem o objetivo de mudar? O fato de utilizar perguntas, intervenções consagradas pelo construtivismo, garante a não

direção?

É compartilhado pelos autores construtivistas, que não se trata de ser indiferente à mudança, mas de não impô-la ou forçá-la de acordo com valores do terapeuta (Hoffman, 1985; Goolishian e Anderson, 1991 B; Andersen, 1991). A tentativa de controle e direção da família, especialmente quando é velada, não explícita, é considerada uma violência. Mas, como se tem a garantia de que não se está impondo, ou tentando impor, determinada direção? É possível não tentar isto? Por outro lado, será que a crença num acesso privilegiado à realidade torna necessariamente, os terapeutas instrutivos ou desrespeitosos com a família?

Segundo Goliann (1988):

"Não foi a crença em uma realidade objetiva a responsável por excessos e mau uso do poder e influência do terapeuta na terapia de família. Foi no lugar disto, a crença de que o sofrimento dos membros da família e seu "impasse" justificavam o uso pelo terapeuta da intrusão,...a mudança foi (e para muitos terapeutas ainda é) vista como um valor superior ao respeito, ao tato e à verdade." (p. 56)

Aponta também que o uso de perguntas pode ser intrusivo e não serve como critério para distinção entre uma terapia de primeira e uma de segunda ordem. O uso de perguntas pode ser encobertamente diretivo e tentar influenciar subrepticamente o cliente, não explicitando suas intenções. Seria, assim, mais uma técnica estratégica.

Para Pakman (1993), a reflexão, estimulada na terapia de segunda ordem, não está na pergunta, mas na construção da interação. É a organização da interação que atende à postura construtivista. Para o autor, o construtivismo não sugere ou inventa nenhuma técnica, mas uma linguagem diferente a respeito da técnica e da relação terapêutica. Estas afirmações conduzem, portanto, mais a uma ética diferente, do que a uma técnica. A diferença que marca uma abordagem de segunda ordem não está na técnica em si.

Por outro lado, se a ética da ação no mundo muda, a técnica também não muda? Poderíamos dizer que sim, na medida em que seu contexto generativo muda. A técnica deve ser entendida dentro de seu contexto de produção. Em outras palavras, só pode ser concebida como parte indissociável de uma forma de relação que constitui e é constituída no processo terapêutico. A

técnica portanto, não é um instrumento isolado, diferenciado da pessoa do terapeuta e do contexto.

Segundo Fuks (1993):

"Em sua relação comigo, na qual estamos em intercâmbio, em que nenhum dos dois está de fora...o que faço deixa de ser uma técnica, transforma-se numa estratégia de sobrevivência na coordenação social...Assim, o que faço é parte de mim, de minha identidade, minha forma de lidar com uma situação. O que fica fora são as "técnicas" aprendidas como algo para fazer...Para um observador de fora - agora vou usar uma técnica. Se penso assim, transformo-me em alguém fora do campo, atuando sobre os pacientes...Portanto, não se trata de técnica, mas de um desenho diferente da relação terapêutica." (p. 51-52)

A ação do terapeuta está inserida no contexto de seu enquadre do problema, da solução possível e do que pensa que pode fazer para alcançá-la. Incluem-se aí suas crenças, hipóteses, teorias, história pessoal, etc.

Segundo Pakman (1993), pode-se usar técnicas mais tradicionais ou mais reflexivas, mas ainda que sejam as "mesmas", não o serão. A linguagem que as gera, a que usamos para falar delas, as expectativas que se coloca sobre elas, serão diferentes.

O uso de uma "tarefa" em um contexto estratégico, será sempre diferente de uma "tarefa" num contexto de segunda ordem. Desde sua construção, mais ou menos compartilhada, de seu caráter obrigatório ou não, até as expectativas de que seu cumprimento cause determinadas mudanças ou abra possibilidades a partir de experiências novas.

Da mesma forma, a formulação de uma pergunta pode estar mais preocupada com "mostrar" algo ao paciente ou com possibilitar a reflexão ou a exploração de alternativas não consideradas e com a razão para não considerá-las.

A eleição de uma ou outra forma, de novo, é fruto dos pressupostos do terapeuta. Seus instrumentos de ação são fenômenos criativos que emergem na interação e são de sua responsabilidade (Pakman, 1991).

A responsabilidade do terapeuta é enfatizada quando se pensa que nenhuma interação é inócua, todas tem consequências. Assim, toda ação do terapeuta tem uma repercussão no sistema

terapêutico, ainda que possa ser considerada mais ou menos relevante, promover ou não mudanças nos domínios consensualmente definidos como problemáticos.

O terapeuta, portanto, sempre intervém, no sentido de que sempre interfere. Pode optar por tentar organizar suas ações de forma que não se sinta impondo ou dirigindo a família em direção a objetivos exclusivamente seus e não compartilhados. No entanto, nunca terá total certeza se o desenho da relação é compartilhado ou exclusivamente seu. Segundo Pakman (1993), uma das tarefas básicas da terapia é avaliar isto e trabalhar no sentido de um maior consenso. Isto implica em mudar sua linguagem.

A palavra "resistência", por exemplo, só faz sentido em um contexto onde alguém *deve* incorporar um conhecimento ou modo de ação proposto por outro. Quando se constrói um outro modelo de relação, onde não há esta exigência, o uso de tal palavra torna-se inútil.

Igualmente perderia o sentido qualificar intervenções como diretivas ou não diretivas neste contexto, já que não se considera a possibilidade de dirigir a família e em princípio abre-se mão desta intenção. Porém, a falta de intenção não garante que a intervenção não vá parecer à família como "diretiva" ou "impositiva" e nem garante que o terapeuta não tente, ainda que inadvertidamente, impor uma idéia à qual é muito aferrado. Por exemplo, a própria idéia de que a terapia é um espaço de conversação e diálogo pode tornar-se uma imposição. De novo, cabe ao terapeuta avaliar estas possibilidades dentro do sistema e com ele mesmo. É aí que Pakman (1991) aponta para a importância do exercício da auto-referência, do ver-se a si mesmo através do olhar dos outros. O terapeuta faz-se responsável por suas idéias e emoções e pelas consequências delas no espaço terapêutico.

Devemos estar atentos ao fato de que, embora para a terapia de segunda ordem, seja um valor dar voz e validade a todas as versões emergentes do problema, de qualquer dos participantes, para o cliente e mesmo para o terapeuta, sua voz tem um peso diferente. Pode ser que esta diferença seja entendida como "melhor" ou "maior". Encontramo-nos em um domínio social onde nem todas as vozes são igualmente ouvidas. Não se trata, portanto, de negar uma posição de "poder", mas de construir uma prática crítica em relação a ele e aos valores e expectativas que daí

se originam, tanto para terapeutas como para clientes. Como nos alerta Cecchin (1988):

"Ali está a família que vem lhe consultar. Eles decidiram vir lhe ver. E decidiram que você é uma autoridade... Decidiram antes de lhe conhecer que o que quer que você diga será importante. Portanto neste momento, se você diz algo atroz, terá consequências atroz... Assim, tenha cuidado com o que diz, pois eles tomaram a decisão de acreditar... Você é responsável." (p.51-52)

A proposta, portanto, não é de uma simetria ingênua, mas de compreensão e exploração do sentido da assimetria entre terapeuta e cliente. O lugar social do terapeuta não é negado, é incluído como diferença. Segundo Pakman (1991):

"Terapeuta e família têm posições assimétricas, no sentido de que um dos protagonistas do encontro terapêutico tem uma intenção que não tem o outro (ajudar na resolução de problemas) e, portanto, é parte de uma comunidade que gera uma linguagem e um nível de discussão, orientados para otimização desta ajuda, que o permite ocupar uma posição de responsabilidade na relação terapêutica... Esta assimetria não é sinônimo de um privilégio para definir o que vai ser considerado "realidade"." (p. 86)

O autor define "poder" como o nome de um contexto de interação que permite que certos membros de um sistema social definam o que vai ser validado como "realidade" para todos os membros do sistema. Esta definição estará sempre encarnada nas práticas cotidianas que geram e mantêm ou reforçam esta "realidade". Daí, como consequência, a necessidade de uma prática crítica.

Quando inaugura-se um sistema terapêutico temos, como ponto de partida, uma queixa: algo não acontece "do modo como se esperava" ou "as coisas não são como deveriam ser" (Pakman, 1991; Sluzki, 1985). Em outra perspectiva, quando uma família consulta, encontramos uma rede de conversações que frequentemente gira em torno de acusações, recriminações mútuas e caracterização em termos de doença ou saúde, certo ou errado, bom ou mau, vividas como revelações ou descobrimentos de qualidades ou defeitos permanentes (Maturana et al., 1988)

As ações do terapeuta pretendem explorar tais narrativas (construções), onde emergem as situações problemas, ou seja, ouvir tal rede de conversações, porque é ela que constitui a

organização da família particular tal qual seus membros a fizeram emergir. Além disso também explora outras narrativas onde tais situações não se dão da mesma forma, promovendo, por conseguinte, a complexização das narrativas dentro do sistema. Esta tarefa tem como objetivo a mudança, mas dentro dos parâmetros definidos consensualmente sobre o que é mudança. O quanto de complexidade incluir no sistema é quase sempre uma decisão do terapeuta. Podemos, assim, pensar que as ações do terapeuta são fruto de sua compreensão do sistema e de sua necessidade. Ele releva pontos, escolhe perguntas e torna determinadas atitudes dentro de uma gama de possibilidades, que lhe são suscitadas pelas restrições e alternativas que lhe surgem naquela relação. Pode ser mais passivo ou mais ativo, mais ou menos "verbal", pode inclusive sugerir cursos de ação. O importante é que possa sempre avaliar os efeitos de sua intervenção nos elementos do sistema, inclusive ele mesmo. Busca não estar preso demais a suas próprias narrativas, de forma que perca a possibilidade de escutar outras vozes. Simultaneamente busca não se perder demasiadamente de suas narrativas, de modo que sua voz deixe de ser constitutiva do sistema terapêutico. A noção de autonomia aplica-se também ao terapeuta. A neutralidade, no sentido de Cecchin (1987), equacionada à curiosidade, não implica em neutralidade afetiva ou ética, não implica em não pensar, sentir ou ter opiniões. Implica em validá-las, juntamente com as dos demais, incluindo as diferenças entre elas. Implica na busca de compartilhar mutuamente estas narrativas, expondo assim as restrições, possibilidades, contradições e impasses do sistema. Por isso, afirma Pakman (1991), a palavra-chave de uma terapia de segunda ordem é a negociação.

O terapeuta, assim como a família, não tem possibilidades infinitas, e a explicitação destes aspectos da relação proporcionam a abertura de alternativas para a tomada de decisões.

O terapeuta, sempre estrangeiro à família, pode mobilizar em sua relação com ela aspectos de seus integrantes que não são mobilizados nas relações que constituem a família, mas que emergem em outras relações, como com o terapeuta. Maturana (1990) chama estas interações de ortogonais, através das quais o terapeuta não "confirma" a família, promovendo mudanças que, talvez, afetem as redes de conversação que constituem aquela família.

Da mesma maneira, os aspectos do terapeuta mobilizados em sua relação com os

integrantes da família são singulares daquela relação e permitem, portanto, que ele use recursos distintos com cada família. Isto significa plasticidade no uso que o terapeuta faz de suas teorias, de seus recursos técnicos, de seu estilo pessoal, de sua história, seus sentimentos e idéias. Ainda que não infinita, a multiplicidade da experiência humana nos permite grande variedade e pode-se dizer que uma das tarefas terapêuticas é o conhecimento e administração destes recursos. As ações terapêuticas não são aleatórias, mas não há uma obrigatoriedade para o desenvolvimento de um estilo unificado de atuação. A limitação dos recursos do terapeuta, conseqüentemente, também é constituída por e constitutiva daquele sistema terapêutico.

A emergência de novas narrativas através da conversação terapêutica, portanto, não está reduzida à habilidade do terapeuta para criar novas estórias sobre as estórias da família. Autores como Golann (1988) e Minuchin (1991), apontam para o risco de simplificar desta forma a terapia de segunda ordem. Afinal, criar novas narrativas com as quais o terapeuta não está comprometido, nas quais nem sempre acredita e que usa apenas por um critério de utilidade ou efetividade presumida, pode ser considerado apenas uma nova elaboração da "redefinição" estratégica. O terapeuta não cria novas estórias ou narrativas e "introduz" no sistema, mas propõe-se a ser co-autor de tais narrativas com as quais, portanto, está comprometido. Isto exige também uma mudança de linguagem. O terapeuta não revela ao cliente algo que "parece ser assim". Ao invés disto, fala de si mesmo, "eu penso que...". De acordo com isto, a terapia de segunda ordem não propõe um terapeuta distante, que valoriza apenas as narrativas da família, mas sim um terapeuta envolvido e participante na negociação para a construção conjunta de novas narrativas.

Sabemos também que a coerência entre os pressupostos construtivistas e a prática terapêutica é uma busca do terapeuta. Nem sempre ele consegue manter-se nesta posição e, frequentemente não sabe que não está nela. Para Pakman (1993), a coerência a priori com um modelo não é tão importante, mas sim buscar repetidamente recuperar a posição perdida. É isso que possibilita entender a terapia como uma atividade errante, mutante e criativa.

O terapeuta muitas vezes vê-se submetido a pressões sociais, a urgências, a situações em que se torna muito difícil para ele abrir mão de idéias suas ou compartilhadas profissional e

socialmente sobre seus modos preferenciais de ação. Acrescente-se a isto que os clientes com frequência pedem ao terapeuta que lhes fale sobre o que é "normal" ou que os leve "de volta" a este estado. De novo, não se trata de que nestes casos o terapeuta vá "deixar de ser construtivista" ou ser "de primeira ordem", mas de manter uma postura crítica e responsável sobre suas ações (Fine & Turner, 1991).

Sob pressão, muitas vezes o terapeuta tende a reduzir o número de variáveis consideradas para ser capaz de tomar rapidamente um curso de ação. Perde momentaneamente a visão do todo.

"Quanto mais urgência para resolver um problema, menos complexidade há de ser incluída em sua formulação e mais simplistas e reducionistas serão os pensamentos com os quais o abordará. Sabemos que, com muita frequência, esta estratégia sucumbe rapidamente dada a complexidade dos processos envolvidos que foram desconsiderados. Sabemos, ao mesmo tempo, que se as variáveis envolvidas são demais, pode retardar-se a ação e chegar a uma paralisia no processo de decisão." (Pakman, 1991, p. 173)

Mais uma vez, o ponto importante não é se o terapeuta agiu "diretivamente" quando é mais assertivo em situações nas quais acredita ser esta sua melhor ou única alternativa, mas a manutenção do espaço reflexivo.

"Não importa se é adotada uma instância que é ativa ou passiva, questionadora ou assertiva. O objetivo é a criação de um domínio terapêutico...Na medida em que nós, terapeutas, operemos sob os guias de uma curiosidade aberta, sensibilidade à resposta dos clientes e respeito, formas particulares de implementação devem ser limitadas apenas pelos limites de nossa própria capacidade de gerá-las." (Real, 1990, p. 270)

Da mesma forma que para a família, muitas vezes fecham-se os caminhos para o terapeuta. Segundo Maturana (1990), as possibilidades, ou melhor, o discurso sobre elas, pertence ao espaço de reflexões de um observador ou comunidade de observadores. A reflexão se dá quase sempre a posteriori da dinâmica de fenômenos que ocorrem num sistema.

A tentativa de manter e recuperar o espaço reflexivo, para alguns autores, pode ser otimizada pelo trabalho em equipe e por práticas onde o terapeuta possa compartilhar suas idéias

com outros terapeutas e mesmo com a família, como ocorre no enquadre da equipe reflexiva proposto por Andersen. (Andersen, 1987, 1991; Cecchin, 1987; Real, 1990; entre outros).

A posição construtivista, portanto, tem como corolário uma posição ética ligada ao respeito e à validação das diversas construções possíveis da realidade. Envolve também o abandono da tentativa de instruir o sistema familiar de acordo com as idéias pré-concebidas do terapeuta e/ou equipe terapêutica. Mas isso não significa um terapeuta vazio de idéias e intenções. Não significa tampouco um paraíso além da verdade e da falsidade. Envolve a procura de uma posição crítica em relação a idéias, narrativas e conversações que adquirem em alguns contextos (social, terapêutico, etc.) o valor de verdade. Segundo Fine e Turner (1991), significa questionar a tirania das idéias presentes no contexto terapêutico.

O caminho sugerido para isto seria o exercício da auto-referência, que traz como consequência a verificação permanente sobre a pertinência e viabilidade das construções co-geradas no contexto terapêutico.

A tentativa de desenvolver uma prática terapêutica coerente com o modelo construtivista não nos traz, e seria contraditório se o fizesse, respostas a todas as questões que encontramos em nosso cotidiano. Ao contrário, ao deslocar as referências epistemológicas da prática terapêutica, surgem outras questões, enquanto outras, ainda que não respondidas, mudam ou mesmo perdem seu sentido.

Pakman (1991) exemplifica algumas destas novas questões: "Como operar quando a "epistemologia" de alguns membros da família valida certas visões de mundo e não outras? Como operar quando a visão de mundo do cliente é incompatível com a do terapeuta? Como avaliar os resultados da prática clínica? Está a ação terapêutica gerando mais alternativas para os membros do sistema? Que campo de restrições está sendo gerado para o futuro?

Estas e muitas outras questões não devem nos instar a respostas rápidas, mas como assinalam Goolishian e Anderson (1993), devem nos conduzir a uma posição de "não saber", onde há curiosidade e não se entende nada rápido demais, abrindo-se espaço, assim, para novos caminhos.

Quase podemos afirmar que a terapia de segunda ordem é, a partir destas colocações, como literalmente seu nome levaria a supor, uma terapia da terapia, assim como a cibernética de segunda ordem é a cibernética aplicada recursivamente a ela mesma.

Sem normas ou instruções para seguir, restam ao terapeuta alguns parâmetros que ele pode utilizar para nortear a constante avaliação de sua prática. Especialmente no sentido de procurar manter a coerência entre seus pressupostos em relação ao que faz e ao que pensa que faz. Mas mesmo tais parâmetros não se constituem em garantias; afinal, o que o terapeuta pensa sobre a família, sobre seu trabalho, são construções suas, sem fundamentação externa àquela interação. Portanto, nem a estes parâmetros pode apegar-se demasiadamente.

Pakman (1991) oferece-nos três parâmetros:

a) o pragmático - Definindo o conhecimento como o faz Maturana (1990) como ação eficaz no mundo, toda construção ou narrativa é pertinente ao contexto terapêutico se abre novas possibilidades de ação eficaz e se gera uma diferença observável no operar do sujeito no domínio que foi consensualmente acordado como problemático. O que é "ação eficaz", claro, também é definido consensualmente no contexto terapêutico. Estas novas ações são observadas, afirmadas, negadas, negociadas em interações posteriores que, por sua vez, serão reintroduzidas na narrativa, fazendo desta uma operação recursiva.

b) o ético - Seguindo o princípio da autonomia como fundamentação para uma visão construtivista, uma terapia de segunda ordem pretende a geração de um contexto onde todos os participantes possam definir seus próprios propósitos e não criem um contexto de imposição deles aos demais. Assim, as construções emergentes no sistema terapêutica são pertinentes se respeitam a autonomia de todos os integrantes do sistema, inclusive o terapeuta. Dada a complexidade dos sistemas humanos, isto nunca está garantido, nem com as melhores intenções.

Segundo Pakman (1991),

"Uma consciência acerca desta limitação levará o terapeuta a estar sempre atento em busca de novas informações sobre consequências anti-éticas de seu operar para serem incluídas como reguladores do funcionamento futuro do sistema." (p. 88)

c) o estético - A orientação estética permite revalorizar o único, o original, resistindo à sufocação da experiência humana, a sua trivialização. Para Pakman (1988), o sentimento é a qualidade estética primária da experiência humana. Assim, toda construção é pertinente ao contexto terapêutico se inclui um movimento do mal estar em direção ao bem estar no domínio acordado como problemático ou domínios associados. Claro, estamos diante de uma situação instável. Novos mal estares surgirão impulsionando o movimento em busca de novas narrativa. O autor aponta que a prática trivializada e trivializadora leva a sua própria enfermidade, à perda do entusiasmo e do encantamento e à transmissão de valores degradados a alunos e pacientes (Pakman, 1991).

De novo, o mal estar e bem estar dos pacientes e do terapeuta servem como reguladores possíveis do caminho futuro do sistema.

Concluindo, permanecemos na busca de, através destes e de outros tantos parâmetros reguladores possíveis para nossa prática, gerar novas narrativas, uma nova linguagem a respeito de nossa aventura terapêutica que nos faça sentir mais confortáveis no caminho que escolhemos seguir. Isto constitui-se para o terapeuta num constante desafio, especialmente num contexto como o nosso, onde a saúde mental é administrada, em grande medida, desde a perspectiva do controle social. Tal concepção de terapia poderia, quem sabe, aspirar ser um trabalho, em seu domínio específico, comprometido com o destino social. Uma prática crítica, ou nas palavras de Pakman (1991), um trabalho ecológico.

Conclusão

É uma tarefa difícil realizar um trabalho como este, mas neste momento parece-me mais difícil dá-lo por terminado. De forma circular, a tentativa de encontrar respostas às perguntas que me levaram a articular estas idéias, conduzem agora a novas perguntas. Parece-me que a partir do ponto de vista que escolhi para fundamentar meu trabalho, não poderia esperar algo distinto.

As perguntas iniciais sobre a pertinência das intervenções tradicionais e usualmente chamadas diretivas no contexto terapêutico de segunda ordem nortearam meu caminho. Na tentativa de responder tais perguntas surge um novo cenário onde desponta um terapeuta que busca sua identidade, sua coerência, sabendo que seu conhecimento revela muito mais de si mesmo do que de um mundo independente de sua ação. Surge um terapeuta que, envolvido no processo terapêutico, tem como tarefa cotidiana e, possivelmente, como maior desafio, o exercício da auto-referência e reflexão. Surge um terapeuta que aceitou como válida a pergunta pelo conhecer e pelo observador e tenta lidar com suas conseqüências.

Emerge um contexto terapêutico onde produzem-se novas ordens a partir da desordem nele presente. Em tal contexto a conversação inclui ação, a ação busca não ser imposição e responsabilidade não se confunde com controle social. Por outro lado, surge um contexto onde certezas não tem lugar, onde o terapeuta convive com a angústia do indeterminado, do imprevisível.

Não há um único modelo clínico a ser seguido. Há quase tantos modelos como terapeutas. Temos parâmetros organizadores, que podemos adotar em nossa prática clínica. Mas estes parâmetros, no caso da terapia construtivista, ou de segunda ordem, referem-se basicamente à coerência da prática com a teoria, com a posição epistemológica. Não são regras a serem seguidas, nem a única maneira de alcançar tal coerência. Portanto, mesmo dentro destes parâmetros, inúmeros modelos clínicos são possíveis. Serão validados ou não pelo recurso aos próprios parâmetros, pela comunidade que os utiliza e pela comunidade social. Segundo Maturana (1990):

"Existem diversos modos de fazer isto [terapia]... os distintos modos têm que ver com as distintas características dos terapeutas." (p. 135)

Assim, ainda que distintos terapeutas usem intervenções que pareçam semelhantes, estas serão distintas, pois não só o terapeuta é diferente, mas a construção da relação é diferente. E, parafraseando Bateson (1972, 1979), esta é uma diferença que faz diferença. O autor também nos diz que a mudança de referencial epistemológico implica numa mudança da dinâmica relacional. Esta é a diferença fundamental entre os aportes de primeira ordem e os de segunda.

Não existem "intervenções construtivistas", mas um contexto relacional construtivista. Uma pergunta não é necessariamente reflexiva, mas a relação que a inclui é que proporciona espaço para a reflexão. Desta forma, a terapia de família de segunda ordem sai do domínio da exigência e da obrigatoriedade do uso ou não uso de alguma intervenção para o terreno da criatividade, do uso da pessoa do terapeuta e não de algo que é apenas um instrumento. Nas palavras de Fuks (1993):

"Aquilo que de minha aprendizagem como terapeuta já se incorporou, me modificou. E, se me modificou, não é técnica, é parte de mim. Para ser uma técnica eu tenho que fazer um desdobramento entre mim e a técnica que aprendi. Tirá-la de dentro de mim, transformá-la em um instrumento." (p. 52)

Recorro neste momento a um dos pioneiros da terapia de família, Minuchin, que embora não adote os referenciais da cibernética de segunda ordem, em sua sabedoria, no livro publicado com Fishman, nos brinda com uma imagem que considere relevante a este momento. Para ele cada técnica é útil enquanto produz entusiasmo e curiosidade no terapeuta.

"Como a medalha do mágico de Oz, que dava coragem apenas aos corajosos, a técnica é apenas um veículo para a exploração criativa do terapeuta." (Minuchin e Fishman, 1981, p. 287)

Atualmente, novas formas de atuação terapêutica têm surgido. Algumas parecem transformar-se em símbolos de aportes orientados pelo construtivismo, como as perguntas e a equipe reflexiva. Porém técnicas mais tradicionais podem também fazer parte de contextos reflexivos. Claro que isto as transforma, não são mais as mesmas, adquirem novo sentido. Segundo Pakman (1993), algumas cenas isoladas podem parecer iguais, mas o conjunto da prática, a linguagem que a constitui, é diferente.

O importante é salientar que qualquer tema é possível, não obrigatório. Qualquer operação

é possível, não obrigatória. Os modelos clínicos resultam de combinações múltiplas entre certos temas e certas operações. Tal combinação também não é obrigatória. Por outro lado, não se trata de possibilidades infinitas ou de uma atuação aleatória, mas da atenção às restrições e possibilidades dadas pela construção da relação e pelo desejo de orientar-se por determinados parâmetros e não por outros.

Este novo modo de pensar a terapia, fruto de uma nova relação com o conhecimento humano, com a "realidade", é muito recente. A maior parte dos terapeutas sistêmicos que o escolheram, há menos de dez anos, encontram-se ainda sob o impacto de suas consequências.

Uma das consequências mais imediatas parece-me ser a colocação do terapeuta novamente em cena. A retomada de seu lugar e de sua importância, não como sinal de poder, mas como diferença necessária para o movimento do sistema terapêutico. O terapeuta de família de segunda ordem, tal qual o cientista de nosso tempo, não é mais espectador passivo, que observa e atua sobre um mundo independente de si mesmo. É comprometido com o destino do mundo que co-constrói. Este fato recria a ética, inclui a responsabilidade social e o respeito ao cliente e a si mesmo, mas sobretudo parece retomar para o espaço terapêutico o encantamento e o entusiasmo que o fazer burocrático e tecnicista impedem.

A ausência de fundamentos externos para o conhecimento conduz-nos a refletir permanentemente sobre nossas escolhas. Nossos atos são sempre frutos de escolhas, por motivos justificáveis e válidos dentro da coerência de nossa experiência, mas sempre escolhas. Se, por um lado, isto nos lança no terreno da incerteza, por outro nos traz a possibilidade sempre presente da mudança.

Pareceria incoerente finalizar este trabalho atribuindo a estas conclusões a qualidade de certezas absolutas. As idéias nele apresentadas têm tanto potencial para tornarem-se restritivas para o trabalho terapêutico como quaisquer outras.

Segundo Fine e Turner (1991), é possível que a relação com certas idéias sobre esta forma de terapia como "abrir espaço para reflexão" ou "ampliar alternativas" entre outras, tornem-se tão importantes que nos oprimam e nos levem a impô-las sobre outros.

O aporte construtivista como nos fala von Foerster (1974), não nos permite ver mas tomar consciência de certas cegueiras. Ao tomar esta consciência abrimos mão de respostas e revelações e apostamos na interrogação e na curiosidade.

Assim, não espero ter encontrado respostas ou tê-las revelado. Construí apenas uma narrativa possível sobre o contexto do qual faço parte. Talvez ela seja compartilhada por outros, modificada, ampliada, num processo de co-autoria permanente que torna qualquer texto vivo e útil. Espero sim ter contribuído com as idéias colocadas neste trabalho para ampliar questões e manter o espaço de conversação e convivência abertos na terapia sistêmica de família, para aqueles que dele desejem participar.

A partir da entrada das idéias desenvolvidas neste trabalho no campo da terapia de família, todo o contexto se modifica; não só o da terapia, mas o da formação do terapeuta de família, temas que necessitam ser continuamente retomados e questionados.

Portanto, o término deste trabalho pretende ser oportunidade para a curiosidade, para o contínuo perguntar. É dentro deste espírito que gostaria de finalizar com as palavras de um célebre romancista português:

"Dormiu cada qual como pôde, com os seus próprios e secretos sonhos, que os sonhos são como as pessoas, acaso parecidos, mas nunca iguais, tão pouco rigoroso seria dizer Vi um homem, como Sonhei com água a correr, não chega isto para sabermos que homem era nem que água corria, a água que correu no sonho é água só do sonhador, não saberemos o que ela significa ao correr se não soubermos que sonhador é esse, e assim vamos do sonhador ao sonhado, do sonhado ao sonhador, perguntando,..." (Saramago, 1983, p. 121)

Referências Bibliográficas

- 1- ALLMAN, L. R. (1982 A). The Aesthetic Preference: Overcoming the Pragmatic error. *Family Process*, 21(1), p. 43-56.
- 2-..... (1982 B). The Poetic Mind: Further Thoughts on an "Aesthetic Preference" . *Family Process*, 21(4), p. 415-428.
- 3- ANDERSEN, T. (1987). Dialogue and Meta Dialogue in Clinical Work. *Family Process*, 26(4), p. 415-428.
- 4- (1991). *The reflecting Team: Dialogues and Dialogues about Dialogues*. New York: WW Norton
- 5- (1992 A). Reflections on Reflecting with Families. In S. McNamee & K. Gergen (eds.) (1992) *Therapy as Social Construction*. London: Sage.
- 6- (1993). See and Hear, and Be Seen and Be Heard. In S. Friedman (ed.) *The New Language of Change*. New York: Guilford Press.
- 7- ANDERSON, H. (1986). Therapeutic Impasses: a Breakdown in Conversation. *Family Institute of Galvestone*, mimeo, 24 p.
- 8- ANDOLFI, M. (1977). *Terapia Familiar*. Buenos Aires: Paidós, 1983.
- 9- & ANGELO, C. (1983). *Por trás da Máscara Familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- 10-; MENGHI, P.; NICOLÓ, A. & SACCU, C. (1980). La Interacción en los Sistemas Rígidos: un Modelo de Intervención en la Familia con Paciente Esquizofrénico. *Terapia Familiar*, 4, p. 108-142.
- 11- ANSCOMBE, G. E. M. (1966) *Intention*. New York: Cornell University.
- 12- ARIEL, S.; CAREL, C.; TYANO, S. (1984). A Formal Explication of the Concept of Family Homeostasis. *Journal of Marital and Family Therapy*, 10(4), p. 337-349.
- 13- ATKINSON, B. J. & HEATH, A. W. (1990 A). Further Thoughts on Second-Order Family Therapy: this Time It's Personal. *Family Process*, 29(2), p. 145-155.

- 14- ----- (1990 B). The Limits of Explanation and Evaluation. *Family Process*, 29(2), p. 164-167.
- 15- AUERSWALD, E. (1985). Thinking About Thinking in Family Therapy. *Family Process*, 24(1), p. 1-12.
- 16- BATESON, G. (1967). Cybernetic Explanation. In G. BATESON (1972) *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1975.
- 17- ----- (1968 A). Conscious Purpose versus Nature. In G. BATESON (1972) *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1975.
- 18- ----- (1968 B). Effects of Conscious Purpose on Human Adaptation. In G. BATESON (1972) *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1975.
- 19- ----- (1969). Double Bind. In G. BATESON (1972) *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1975.
- 20- ----- (1970). Form Substance and Difference. In G. BATESON (1972) *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1975.
- 21- ----- (1971). The Cybernetics of Self. In G. BATESON (1972) *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1975.
- 22- ----- (1972). *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1975.
- 23- ----- (1979). *Mind and Nature*. New York: Bantam Books.
- 24- -----; JACKSON, D. D.; HALEY, J.; WEAKLAND, J. (1956). Toward a Theory of Schizophrenia. In BATESON, G. (1972) *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1975.
- 25- -----; WEAKLAND, J.; HALEY, J. (1976). Comments on Haley's History. In C.SLUZKI & D. RANSON (1976) *Double Bind: the Foundation of the Communicational Approach to the Family*. New York: Grune e Stratton.
- 26- BEBCHUK, J. (1991). Circularidad: Concepto Teórico e Instrumento Clínico. *Sistemas Familiares*, 7(3), p. 9-22.
- 27- BERGER, P. & LUCKMAN, T. (1966). *A Construção social do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes,

1985.

28- BERTALANFFY, L. (1967). *Robots, Men and Minds*. New York: George Braziller.

29- ----- (1968 A). *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1977.

30- ----- (1968 B). *Teoria Geral dos Sistemas: Aplicação à Psicologia*. In L. BERTALANFFY, A. RAPOPORT ET AL (1976) *Teoria Geral dos Sistemas*. Rio de Janeiro: F.G.V.

31- BLIKSTEIN, I. (1990). *Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade*. São Paulo: Cultrix.

32- BOSCOLO, L.; CECCHIN, G.; HOFFMAN, L.; PENN, P. (1987). *Milan Systemic Therapy*. New York: Basic Books.

33- BRUN, G. & RAPIZO, R. (1988). *Existem Mudanças e Mudanças... ITF-RJ*, mimeo, 18p.

34- ----- (1991). Reflexões Sobre o Ato de Perguntar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 1(1), p. 10-15.

35- BURBATTI, G.; FROMENTI, L.; SETTI, F.; BOI, G. (1991). Teoria del Cambio: Hacia la Complejidad. *Sistemas Familiares*, 7(1), p. 19-29.

36- CAESAR, P. L. & ROBERTS, M. (1991). A conversational Journey with clients and Helpers: Therapist as Tourist, Not Tour Guide. *Journal of Strategic and Systemic Therapies*, 10(1), p. 38-51.

37- CECCHIN, G. (1987). Hypothesizing, Circularity and Neutrality Revisited: an Invitation to Curiosity. *Family Process*, 26(4), p. 405-413.

38- ----- (1988). Entrevista realizada por R. JENKINS. *Psicoterapia y Familia*, 1(2), p. 49-56.

39- des CHAMPS, E. (1988). El esfuerzo de No Esforzarse. *Sistemas Familiares*, 4(2), p. 37-43.

40- CHUBB, H. (1990) Looking at Systems as Process. *Family Process*, 29(2), p. 169-175.

41- COLAPINTO, J. (1985). Maturana and the Ideology of Conformity. *The Family Networker*, 9(3), p. 29-30.

42- COYNE, J.; DENNER, B.; RANSON, D. (1982). Undressing the Fashionable Mind. *Family Process*, 21(4), p. 391-396.

43- DAVIS, J. & LANC, W. (1991). Introduction to JSST Special Section: Expanding the Reflecting Position in Family Therapy. *Journal of Strategic and Systemic Therapies*, 10(4), p. 1-17.

- 44- DELL, P. (1982 A). Beyond Homeostasis: Toward a Concept of Coherence. *Family Process*, 21(1), p. 21-41.
- 45- ----- (1982 B). In Search of Truth: on the Way to Clinical Epistemology. *Family Process*, 21(4), p. 407-414.
- 46- ----- (1984). Why Family Therapy Should Go Beyond Homeostasis: a Kuhnian Reply to Ariel, Carel and Tyano. *Journal of Marital and Family Therapy*, 10(4), p. 351-356.
- 47- ----- (1985). Understanding Bateson and Maturana: Toward a Biological Foundation for Social Sciences. *Journal of Marital and Family Therapy*, 11(1), p. 1-20.
- 48- ----- (1986 A). Why do We Still Call Them "Paradoxes"? *Family Process*, 25(2), p. 223-234.
- 49- ----- (1986 B). In Defense of "Lineal Causality". *Family Process*, 25(4), p. 513-521.
- 50- ----- (1986 C). Toward a Foundation for Adressing Violence. *Family Process*, 25(4), p. 527-529.
- 51- ----- (1986 C). Toward a Foundation for Adressing Violence. *Family Process*, 25(4), p. 527-529.
- 52- ----- (1989). Violence and the Systemic View: The Problem of Power. *Family Process*, 28(1), p. 1-14.
- 53- ----- & GOOLISHIAN, H. (1981). Order Trough Fluctuation: an Evolutionary Epistemology for Human Systems. *Australian Journal of Family Therapy*, 7(2), p. 175-184.
- 54- DESCHATRETTE, A. (1987). Encuentro con Heinz von Foerster. *Terapia Familiar*, 16, p. 167-174.
- 55- DOHERTY, W. (1986). Quanta, Quarks and Families: Implications of Quantum Physics for Family Research. *Family Process*, 25(2), p. 249-264.
- 56- ----- (1991). Family Therapy Goes Postmodern. *The Family Networker*, 15(5), p. 37-42.
- 57- DUNCAN, B. (1992). Strategic Therapy, Eclatism and The Therapeutic Relationship. *Journal of Marital and Family Therapy*, 18(1), p. 17-24.
- 58- EFRAN, J. (1991). Constructivism in The Inner City. *The Family Networker*, 15(5), p. 51-52.
- 59- ----- & LUKENS, M. (1985). The World According to Humberto Maturana: Epistemology and

- The Magic Kingdom. *The Family Networker*, 11(1), p. 23-30.
- 60- -----; LUKENS, M.; LUKENS, R. (1988). Constructivism: What's in It for You? *The Family Networker*, 12(5), p. 27-46.
- 61- EFRON, D. (1992). Reflections on Strategic-Systemic Therapy. *Journal of Marital and Family Therapy*, 18(1), p. 3.
- 62- ELKAIM, M. (1981). Non-Equilibrium, Chance and Change in Family Therapy. *Journal of Marital and Family Therapy*, 7(3), p. 291-297.
- 63- ----- (ed.) (1985). *Formações e Práticas em Terapia de Família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- 64- ----- (ed.) (1986). A Systemic Approach to Couple Therapy. *Family Process*, 25(1), p. 35-42.
- 65- ----- (1987). Leyes Generales, Regras Intrínsecas, Singularidad y Construcción de lo Real. *Terapia Familiar*, 16, p. 131-148.
- 66- ----- (1989). *Se Você Me Ama Não Me Ame*. São Paulo: Papyrus, 1991.
- 67- -----; PRIGOGINE, I.; GUATARI, F.; STENGERS, I.; DENENBOURG, L. (1982). Openness: a Round-Table Discussion. *Family Process*, 21(1), p. 57-70.
- 68- FALZER, P. R. (1986). The Cybernetic Metaphor: a Critical Examination of Ecosystemic Epistemology as a Foundaton of Family Therapy. *Family Process*, 25(3), p. 353-364.
- 69- FINE, M. & TURNER, J. (1991). Tyranny and Freedom: Looking at Ideas in The Practice of family Therapy. *Family Process*, 30(3), p. 307-320.
- 70- FISCH, R.; WEAKLAND, J.; SEGAL, L. (1983). *The Tatics of Change: Doing Therapy Briefly*. San Francisco: Jossey Bass.
- 71- FISCHMAN, C. H. (1990). A Matter of Power? Drawing the Line Between Therapy and Social Control. *The Family Networker*, 14(1), p. 17-20.
- 72- FLASKAS, C. & HUMPHREY, C. (1993). Theorizing About Power: Intersecting the Ideas of Foucault with the "Problem" of Power in Family Therapy. *Family Process*, 32(1), p. 35-48.
- 73- von FOERSTER, H. (1960). Sobre sistemas auto-organizadores y sus Ambientes. In M.PAKMAN

(ed.) (1991) *Las Semillas de la Cibernética: Obras escogidas de Heinz von Foerster*. Barcelona: Gedisa.

74- ----- (1969). Pensamientos sobre el Conocimiento. In M. PAKMAN (ed.) (1991) *Las Semillas de la Cibernética: Obras escogidas de Heinz von Foerster*. Barcelona: Gedisa.

75- ----- (1974). Cibernética de la Cibernética. In M. PAKMAN (ed.) (1991) *Las Semillas de la Cibernética: Obras escogidas de Heinz von Foerster*. Barcelona: Gedisa.

76- ----- (1981 A). Desorden/Orden: Descubrimiento o Invención? In M. PAKMAN (ed.) (1991) *Las Semillas de la Cibernética: Obras escogidas de Heinz von Foerster*. Barcelona: Gedisa.

77- ----- (1981 B) Construyendo una Realidad. In P. WATZLAWICK (ed.) (1981) *La Realidad Inventada*. Barcelona: Gedisa, 1990.

78- ----- (1982 A). Conocer y Dejar Conocer: una Teoría Aplicada del Conocimiento. In M. PAKMAN (ed.) (1991) *Las Semillas de la Cibernética: Obras Escogidas de Heinz von Foerster*. Barcelona: Gedisa.

79- ----- (1982 B). *Observing Systems*. Seaside: Intersystems.

80 ----- (1984). Principios de Auto-organización en un contexto socioadministrativo. In M. PAKMAN (ed.) (1991) *Las semillas de la Cibernética: Obras Escogidas de Heinz von Foerster*. Barcelona: Gedisa.

81- ----- (1985). Apropos Epistemologies. *Family Process*, 24(4), p. 517-521.

82- FOWLER, R. & KRESS, G.(1979) Critical Linguistics. In R. FOWLER, G. KRESS, A. TREW, R. HODGE. (eds) (1979) *Language and Control*. London: Routledge & Kegan Paul.

83- ----- (1979). Rules and Regulations. In R. FOWLER, G. KRESS, A. TREW, R. HODGE (eds) (1979) *Language and Control*. London: Routledge & Kegan Paul.

84- FRUGGERI, L. & MATTEINI, M. (1991). Sistemas Amplios? Más Allá de una Abordaje Dual del Proceso del Cambio. *Sistemas Familiares*, 7(3), p. 33-41.

85- FUKS, S. (1993). Entrevista com Saul Fuks. Entrevista realizada por R. RAPIZO. *Nova Perspectiva sistêmica*, 2(4), p. 48-52.

- 86- FURMAN, B. & AHOLA, T. (1992). *Solution Talk: Hosting Therapeutic Conversation*. New York: WW Norton.
- 87- GERGEN, K. (1985). The social Construcionist Movement in Modern Psychology. *American Psychologist*, March, p. 266-275.
- 88- ----- (1988). If Persons are Texts. In S. B. MESSER ET AL (eds.) *Hermeneutics and Psychological Theory*. New York: Rudgers University Press.
- 89- ----- (1990). Toward a Postmodern Psychology. *The Humanistic Psychologist*, 18, p. 23-34.
- 90- ----- (1991). The Saturated Family. *The Family Networker*, 15(5), p. 27-35.
- 91- ----- (1992 A). the Decline and Fall of Personality. *Psychology Today*, nov/dec., p. 59-63.
- 92- ----- (1992 B). Postmodernism Revisited. *The Family Networker*, 16(6), p. 50-57.
- 93- GIACOMO, D. (1987). Ni primero, ni segundo. *Terapia Familiar*, 16, p. 53-70.
- 94- ----- & WEISSMARK, M. (1986). Systemic Practice. *Family Process*, 25(4), p. 483-512.
- 95- von GLASERFELD, E. (1981). El Constructivismo Radical. In P. WATZLAWICK (ed) (1981) *La Realidad Inventada*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- 96- GOLANN, S. (1987). On Description Family Therapy. *Family Process*, 26(4), p. 331-340.
- 97- ----- (1988 A). On Second-Order Family Therapy. *Family Process*, 27(1), p. 51-65.
- 98- ----- (1988 B). Who Replied First? A Reply to Hoffman. *Family Process*, 27(1), p. 68-70.
- 99- GOOLISHIAN, H. (1990). Therapy as Linguistic System: Hermeneutics, Narrative and Meaning. *The Family Psychologist*, 6(3), p. 44-45.
- 100- ----- (1991). Dialogos Sobre Conversaciones Terapeuticas. Entrevista realizada por D. SCHNITMAN E S. FUKS. *Sistemas Familiares*, 7(1), p. 65-74.
- 101- ----- & ANDERSON, H. (1987 A). Language Systems and Therapy: an Evolving Idea. *Psychotherapy*. 24(35), p. 529-538.
- 102- ----- (1987 B). Human Systems: Some Evolving Ideas About

the Problems They Present and Our Work With Them. In L. REITER ET AL (eds.) (1987) *Von der Familie Therapie zur-Systemischen Therapie*. Heidelberg: Springer-Verlag. Tradução para o inglês do Galvestone Family Institute, mimeo, 18 p.

103- (1990). Beyond cybernetics: Comments on Atkinson and Heath's "Further Thoughts on Second-Order Family Therapy". *Family Process*, 29(2), p. 157-163.

104- (1991 A). An Essay on Changing Ethics: Some Historical and Post-Structural Views. *AFTA Newsletter*, winter, p. 6-10.

105- (1991 B). A Collaborative Language Systems Approach. Trabalho apresentado no 1 Encuentro Transdisciplinario sobre Paradigmas, Cultura y Subjetividad, INTERFAS, Buenos Aires, out. 1991.

106- (1992 A). Strategy and Intervention versus Non Intervention: a Matter of Theory? *Journal of Marital and Family Therapy*, 18(1), p. 5-15.

107- (1992 B). Some Afterthoughts on Reding Duncan and Held. *Journal of Marital and Family Therapy*, 18(1), p. 35-37.

108- (1993). O Cliente é o Especialista: uma Posição de Não-Saber. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 2(3), p. 8-24.

109- GOOLISHIAN, H. & WINDERMAN, L. (1989). Constructivismo, Autopoiesis y Sistemas Determinados por Problemas. *Sistemas Familiares*, 5(3), p. 19-29.

110- GREEN, R. & HERGET, M. (1989). Outcomes of Systemic/Strategic Team Consultation I. *Family Process*, 28(1), p. 37-58.

111- (1991). Outcomes of Systemic/Strategic Team Consultation III. *Family Process*, 30(3), p. 321-336

112- HABER, R. (1990). From Handicap to Handy Capable: Training Systemic Therapists in The Use of Self. *Family Process*, 29(4), p. 375-383.

113- HALEY, J. (1963). *Estrategias en Psicoterapia*. Barcelona: Toray, 1971.

114- (1971). A Review of The Family therapy Field. In J. HALEY (ed) *Changing Families*. New York: Grune & Stratton.

- 115- ----- (1973). *Terapia No Convencional: Las Tecnicas Psiquiatricas de Milton H. Erikson*. Buenos Aires: Amorrrotu, 1980.
- 116- ----- (1976). *Psicoterapia Familiar: um Enfoque Centrado no Problema*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.
- 117- ----- (1981). *Reflections on Therapy*. Chevy Chase: Family Therapy Institute of Washington.
- 118- ----- (1986). *The Power Tactics of Jesus Christ*. New York: Triangle Press.
- 119- HANNON, J. (1986). Thine is The Power. *The Family Networker*, 10(4), p. 49-51.
- 120- HELD, B. & POLS, E. (1985 A). The Confusion about Epistemology and "Epistemology" and What to do About It. *Family Process*, 24(4), p. 507-517.
- 121- ----- (1985 B). Rejoinder to von Foerster: on Contradiction. *Family Process*, 24(4), p. 521-524.
- 122- ----- (1990). What's in a Name? Some Confusions and Concerns About Constructivism. *Journal of Marital and Family Therapy*, 16(2), p. 179-186.
- 123- HELD, B. (1992 A). Twists and Turns in Strategic Therapy: an Introduction. *Journal of Marital and family Therapy*, 18(1), p. 1.
- 124- ----- (1992 B). The Problem of Strategy within Systemic Therapies. *Journal of Marital and Family Therapy*, 18(1), p. 25-34.
- 125- HOFFMAN, L. (1971). Deviation-Amplifying Processes in Natural Groups. In J. HALEY (1971) *Changing Families*. New York: Grune & Stratton.
- 126- ----- (1981). *Foundations of Family Therapy*. New York: Basic Books.
- 127- ----- (1985). Beyond Power and Control: Towards a "Second-Order" Family Systems Therapy. *Family Systems Medicine*, 3(4), p. 381-396.
- 128- ----- (1988). A Reply to Stuart Golann. *Family Process*, 27(1), p. 65-67.
- 129- ----- (1988). Like a Friendly Editor: an Interview with Lynn Hoffman. Entrevista realizada por R. SIMON. *The Family Networker*, 12(5), p. 55-81.
- 130- ----- (1989). Una Posición Constructivista Para la Terapia Familiar. *Psicoterapia y*

Familia, 2(2), p. 41-53.

- 131- ----- (1990). Constructing Realities: an Art of Lenses. *Family Process*, 29(1), p. 1-12.
- 132- ----- (1991). A Reflexive Instance for Family Therapy. *Journal of Strategic and Systemic Therapies*, 10(3), p. 4-17.
- 133- ----- (1992). La Terapia Familiar en una Voz Diferente. Entrevista realizada por D. SCHNITMAN & S. FUKS. *Sistemas Familiares*, 8(2), p. 73-79.
- 134- IMBER-BLACK, E. (1986). Maybe "Lineal Causality" Needs Another Lawyer: a Feminist Response to Dell. *Family Process*, 25(4), p. 523-
- 135- JACKSON, D. D. (1957). The Question of Family Homeostasis. *Psychiatric Quarterly*, 31(1), p. 79-90.
- 136- ----- (1968). *Therapy, Communication and Change*. Palo Alto: Science and Behavior.
- 137- ----- & WEAKLAND, J. (1961) Terapia Familiar Conjunta: Consideraciones Sobre Teoria, Tecnica y Resultados. In G. BATESON (ed) *Interacción Familiar*. Buenos Aires: Buenos Aires, 1980.
- 138- ----- & WEAKLAND, J. (1962). Interacción Familiar, Homeostasis Familiar y Psicoterapia Familiar Conjunta. In G. BATESON (ed) *Interacción Familiar*. Buenos aires: Buenos Aires, 1980
- 139- KEENEY, B. (1982). Not Pragmatics, Not Aesthetics. *Family Process*, 21(4), p. 429-434.
- 140- ----- (1983). *Estetica del Cambio*. Buenos Aires: Paidós, 1987.
- 141- ----- & ROSS, J. (1985). *Constucción de Terapias Familiares Sistémicas: "Espiritú" en la Terapia*. Buenos Aires: Amorrrotu.
- 142- ----- & ROSS, (1985). The Dance of Duality: a Stereoscopic View of Change. *The Family Networker*, 9(3), p. 47-50.
- 143- ----- & SPRENKLE, D. (1982). Ecosystemic epistemology: Critical Implications for Aesthetics and Pragmatics of Family Therapy. *Family Process*, 21(1), p. 1-19.
- 144- KLECKNER, T.; FRANK, L.; AMENDT, J.; BRYANT, R. (1992). The Myth of The Unfeeling

- Strategic Therapist. *Journal of Marital and Family Therapy*, 18(1), p. 41-51.
- 145- LEBENSHON, E. & LEBENSHON, F. (1987 B) Coherencia epistemologica y Terapia Familiar Sistematica. *Terapia Familiar*, 16, p. 103-111.
- 146- ----- (1987 A). Epistemologia Sistematica y Terapia Familiar: Preguntas, Respuestas, Dialogos. *Terapia Familiar*, 16, p. 175-186.
- 147- LEVIN, S.; RASER, J.; NILES, C.; REESE, A. (1986). Beyond Family Systems Toward Problem Systems: Some Clinical Implications. *Journal of Strategic and Systemic Therapies*, 5(4), p. 62-69.
- 148- LIPCHIK, E. & de SHAZER, S. (1986) The Purposeful Interview. *Journal of Strategic and Systemic Therapies*, 5(1), p.
- 149- LUDEWIG, K. (1989). 10+1 Guías o Preguntas de una Teoría clínica en el Ambito Psicossocial con Fundamento Sistémico. *Sistemas Familiares*, 5(2), p. 21-36.
- 150- ----- & MATURANA, H. (1992). *Conversaciones con Humberto Maturana*. Temuco, Universidad de la Frontera.
- 151- LUHMAN, N. (1986). The Individuality of The Individual: Historical Meanings and contemporary Problems. In T. C. Heller, M. Sosna, D. E. Wellbery (eds.) (1986) *Reconstructing Individualism*. Stanford: University Press.
- 152- MacKINNON, L. (1983). Contrasting Strategic and Milan Therapies. *Family Process*, 22(4), p. 425-441.
- 153- MARUYAMA, M. (1968). The Second Cybernetics: Deviation-Amplifying Mutual Causal Processes. In W. BUCKLEY (ed) (1968) *Modern Research for the Behavioral Scientist*. Chicago: Aldine.
- 154- MATURANA, H. (1985). A Frog's eye View of The World: an Interview with Humberto Maturana. Entrevista realizada por R. SIMON. *The Family Networker*, 9(4), p. 32-43.
- 155- MATURANA, H. (1987). Biología del Fenómeno Social. *Terapia Familiar*, 16, p. 53-70.
- 156- MATURANA, H. (1990). *Biología de la Cognición y Epistemología*. Temuco: Universidad de la frontera.
- 157- ----- (1991). *El Sentido de lo Humano*. Santiago: Pedagógicas Chilenas.

- 158- ----- & VARELA, F. (1980). *Autopoiesis and Cognition: the Realization of the Living*. Dordrecht: Reidel.
- 159- ----- & VARELA, F. (1984). *Él árbol del Conocimiento*. Santiago: Universitaria, 1987.
- 160- -----; MENDEZ, C. L.; CODDOU, F. (1988). The Bringing forth of Pathology. *Irish Journal of Psychology*, 9(1), p. 144-172.
- 161- MILLER, G. A.; GALANTER, E.; PRIBRAM, K. H. (1960). *Plans and the structure of the Behavior*. New York: Henry Holt.
- 162- MINUCHIN, S. (1974). *Familias, funcionamiento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- 163- ----- (1991). *The Seductions of Constructivism*. *The Family Networker*, 5(5), p. 47-50.
- 164- ----- & FISHMAN, H. C. (1981) *Family therapy Techniques*. Cambridge: Harvard Press.
- 165- MORENO, J. (1988). Oposicionista Hasta el Final: Incompetencia Total. *Sistemas Familiares*, 4(2), p. 55-59.
- 166- MORIN, E. (1973). *O Paradigma Perido: A Natureza Humana*. Lisboa: Europa-America, 1988.
- 167- ----- (1977). *O Método*, vol. 3. Lisboa: Europa-america, 1987.
- 168- NICOLÓ-CORIGLIANO, A. (1986). La Relación Terapeutica en la Terapia Familiar. *Sistemas Familiares*, 2(3), p. 31-43.
- 169- O'HARA, M. & ANDERSON, W. (1991). Welcome to The Postmodern World. *The Family Networker*, 5(5), p. 19-25.
- 170- PAKMAN, M. (1988). Una Actualización Epistemológica de las Terapias Sistémicas. *Psyche*. p. 34-37.
- 171- ----- (1989). Ética y Estética del Sentir: un Estudio Epistemológico. Trabajo apresentado na Reunião anual da *American Society for Cybernetics*, Virginia.
- 172- ----- (ed) (1991). *Las Semillas de la Cibernetica: Obras escogidas de Heinz von*

- Foerster*. Barcelona: Gedisa.
- 173- ----- (1993). *Terapia de Família como Prática Social Crítica*. Curso Ministrado no ITF-RJ, OUT. 1993.
- 174- PALAZZOLI, M. S. (1987). Diálogos com Mara Selvini Palazzoli, entrevista realizada por F. LEBENSHON. *Terapia Familiar*, 16, p. 167-174.
- 175- ----- (1987 A). Hacia un Modelo General de los Juegos Psicóticos en la Familia. *Sistemas Familiares*, 3(2), p. 29-43.
- 176- -----; BOSCOLO, L.; CECCHIN, G.; PRATA, G. (1978). *Paradoja y Contraparadoja*. Buenos Aires: ACE, 1982.
- 177- -----; BOSCOLO, L.; CECCHIN, G.; PRATA, G. (1980). Hypothesizing, Circularity and Neutrality: Three Guidelines for The Conduction of the Session. *Family Process*, 19(1), p. 3-12.
- 178- -----; CIRILLO, S.; SELVINI, M.; SORRENTINO, A. (1988). *Los Juegos Psicóticos en la Familia*. Buenos Aires: Paidós, 1990.
- 179- ----- & RICCI, C. (1984). Interactional complexity and Communication. *Family Process*, 23(2), p. 169-176.
- 180- PAPP, P. (1980). *O Processo de Mudança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- 181- PENN, P. (1982). Circular questioning. *Family Process*, 21(3), p. 267-280.
- 182- ----- & SCHEINBERG, M. (1991). Stories and Conversations. *Journal of Strategic and Systemic Therapies*, 10(4), p. 30-37.
- 183- PITTMAN, F. (1991). Values of Therapy. *AFTA Newsletter*, winter, p. 43-45.
- 184- PRIGOGINE, I. & STENGERS, I. (1979). *A Nova Aliança*. Brasília: UNB, 1984.
- 185- ----- & STENGERS, I. (1988). *Entre el tiempo y la Eternidad*, Buenos Aires: Alianza, 1991.
- 186- RABKIN, R. (1978). Who Plays the Pipes? *Family Process*, 17(4), p. 485-488.
- 187- RAPIZO, R. (1993) A objetividade e seus parênteses: Duas Versões Para a Ética. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 2(3), p. 38-45.
- 188- ----- & CHAGAS DINIZ, T. C. (1985). *Perspectiva Sistêmica em Terapia de Família*, duas

- abordagens: Estrutural e estratégica. *Instituto de Psiquiatria/UFRJ*, Rio de Janeiro, mimeo, 112 p.
- 189- RAVAZZOLA, C. & MAZIERES, G. (1986). Una Metáfora de la relación terapeuta-familia: co-autores de nuevos libretos. *Sistemas Familiares*, 2(3), p. 65-71.
- 190- REAL, T. The Therapeutic use of Self in Constructionist/Systemic Therapy. *Family Process*, 29(3), p. 255-271.
- 191- REGO, A.; ZUMA, C.E.; MONTE, H.J.; BERGALLO, J. (1990). Co-evolução terapêutica, *ITF-RJ*, Rio de Janeiro, mimeo, 19 p.
- 192- REGO, A.; ZUMA, C. E.; MONTE, H. J.; BERGALLO, J.; BARTHOLO, M. H.; CHAGAS DINIZ, T.C. (1993). Conversas sobre Conversas. Trabalho apresentado no II Simpósio de Terapia Sistêmica de Família - RJ., out. 1993.
- 193- REGO, A.; ZUMA, C. E.; MONTE, H. J.; BERGALLO, J.; BARTHOLO, M. H.; CHAGAS DINIZ, T. C. (1993 B). Consultoria Clínica: um Desafio. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 2(4), p. 54-59.
- 194- SARAMAGO, J. (1981). *Memorial do Convento*. São Paulo: Difel, 1983.
- 195- SCHNITMAN, D. (1986). Constructivismo, Evolución Familiar y Proceso Terapeutico. *Sistemas familiares*, 2(1), p. 9-15.
- 196- ----- (1987). Dialectica Estabilidad-Cambio: Opticas de la Dinamica Familiar. *Terapia Familiar*, 16, p. 115-128.
- 197- ----- & FUKS, S. (1993) Paradigma y Crisis: Entre el Riesgo y la Possibilidad. *Psyche*, 2(1), p.
- 198- SCHWARTZMAN, J. (1982). Creativity, Pathology and Family Structure: a Cybernetic Metaphor. *Family Process*, 21(1), p. 113-127.
- 199- de SHAZER, S. (1982). *Terapia Familiar Breve*. São Paulo: Summus, 1986.
- 200- ----- & BERG, I. (1992). Doing therapy: a Post-Structural Re-vision. *Journal of Marital and Family Therapy*, 18(1), p. 71-81.
- 201- SIGELMAN, E. (1986). Aspectos Epistemológicos em Gregory Bateson: Sua Relevância Para a Psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2(2), p. 179-188.
- 202- ----- (1988). Uma Alternativa Epistemológica Para Hipóteses Humanistas em

Psicoterapia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 40(4), p. 3-7.

203- SIMON, F.; STIERLING, H.; WYNNE, L. (1985) *The Language of Family Therapy: a Systemic Vocabulary and Sourcebook*. New York: Family Process Press.

204- SLUZKI, C. (1981). Process of Symptom Production and Patterns of Symptom Maintenance. *Journal of Marital and Family Therapy*, 7(3), p. 273-280.

205- ----- (1983 A). How to Stake a Territory in the Field of Family Therapy in Three Easy Lessons. *Journal of Marital and Family Therapy*, 9(3), p. 235-238.

206- ----- (1983 B). Process, Structure and World Views: Toward an Integrated View of Systemic Models in Family Therapy. *Family Process*, 22(4), p. 469-476.

207- ----- (1978). Marital Therapy from a Systems Perspective. In T. J. PAOLINO & B. S. McCRADY (eds) (1978) *Marriage and Marital Therapy*. New York: Brunner/Mazel.

208- ----- (1985). Terapia Familiar como Construcción de Realidades Alternativas. *Sistemas Familiares*, 1(2), p. 53-61.

209- ----- (1987). Cibernetica y Terapia Familiar: un Mapa Mínimo. *Sistemas Familiares*, 3(2), p. 65-69.

210- ----- (1988). Acerca de la Natureza Efimera de las Paradojas. *Psicoterapia y Familia*, 1(2), p. 28-33.

211- -----; BEAVIN, J.; TARNOPOLSKI, A.; VERÓN, E. (1966). Transacciones Descalificadoras: Investigación Sobre el "Doble Vínculo". *Acta Psiquiatrica*, 12, p. 329-342.

212- ----- & RANSOM, D. (eds) (1976). *Double Bind: The Foundation of The Communicational Approach to The Family*. New York: Grune & Stratton.

213- SOLOVEY, A. & DUNCAN, B. (1992). Ethics and Strategic Therapy: a Proposed Ethical Direction. *Journal of Marital and Family Therapy*, 18(1), p. 53-61.

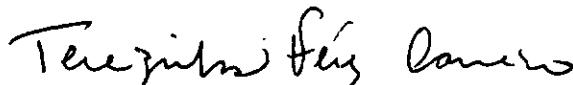
214- STANTON, M. (1986 A). Una reseña de los Abordajes Compresivo/estratégicos de la Terapia Familiar I. *Sistemas Familiares*, 2(1), p. 31-53.

215- ----- (1986 B). Una Reseña de los Abordajes Compresivo/Estratégicos de la Terapia Familiar II. *Sistemas Familiares*, 2(2), p. 37-67.

- 216- ----- (1986 C). Una Reseña de los Abordajes Compresivo/Estratégicos de la Terapia Familiar III. *Sistemas Familiares*, 2(3), p. 49-71
- 217- STENGERS, I. (1989). *Quem Tem Medo da Ciência?* São Paulo: Siciliano, 1990.
- 218- STIERLING, H. (1988). Optimismo sistémico/Pesimismo Sistémico: Duas Perspectivas Sobre el Cambio. *Psicoterapia y Familia*, 1(1), p. 36-39.
- 219- ----- (1983). Family Therapy: A Science or an Art? *Family Process*, 22(4), p. 413-424.
- 220- TELFENER, U. (1991). La terapia Individuale Sistemica. In M. MOGLIATTI & TELFENER, U. (eds) (1991) *Dall'individuo al Sistema*. Torino: Boringhieri.
- 221- TJERSLAND, O. (1990). From Universe to Multiverse- and Back Again. *Family Process*, 29(4), p. 385-397.
- 222- TODD, T. (1986). Prescripciones Paradojicas. *Sistemas Familiares*, 2(2), p. 53-70.
- 223- TOMM, K. (1987 A). Interventive Interview-part I. *Family Process*, 26(1), p. 3-12.
- 224- ----- (1987 B). Interventive Interview-part II. *Family Process*, 26(2), p. 167-183.
- 225- ----- (1988). Interventive Interview-part III. *Family Process*, 27(1), p. 1-15.
- 226- VARELA, F. (1981). El círculo Creativo: Esbozo Histórico Natural de la Reflexividad. In P. WATZLAWICK (ed) (1981) *La realidad Inventada*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- 227- ----- (1988). *Conocer*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- 228- ----- (1989). Reflections on The Circulation of Concepts Between a Biology of Cognition and Systemic Family Therapy. *Family Process*, 28(1), p. 15-24.
- 229- VIELAMIL, S. (1988). De la Enfermedad a la Filosofía: la "Magia" de una Nueva Hipnosis. *Psicoterapia y Familia*, 1(2), p. 34-40.
- 230- WARING, E. (1990). Self-Disclosure of Personal Constructs. *Family Process*, 29(4), p. 399-412.
- 231- WATZLAWICK, P. (ed) (1981). *La Realidad Inventada*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- 232- ----- (1982). Hermetic Pragmaesthetics or Unkempt Thoughts About an Issue of Family Process. *Family Process*, 21(4), p. 401-403.
- 233- ----- (1988). El Empleo de Prescripciones Conductuales en la Psicoterapia: el

- Lenguaje Injuntivo en Contraposición al Descriptivo. *Psicoterapia y Familia*, 1(1), p. 45-48.
- 234- ----- (1989). Sistemas, Cibernetica y Psicoterapia: una Conversación con Paul Watzlawick. Entrevista realizada por M. PAKMAN. *Sistemas Familiares*, 5(2), p. 37-43.
- 235- -----; JACKSON, D. D.; BEAVIN, J. (1967). *Pragmática da Comunicação Humana*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- 236- -----; WEAKLAND, J.; FISCH, R. (1974). *Mudança*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- 237- WHITAKER, C.(1982). Comments on Keeney and Sprenkle's Paper. *Family Process*, 21(4), p. 405-406.
- 238- WHITE, M. (1986). Negative Explanation, Restraint and Double Description: a Template for Family Therapy. *Family Process*, 25(2), p. 169-184.
- 239- ----- (1988). the Process of questioning: a Therapy of Literary Merit? *Dulwich Center Newsletter*, winter.
- 240- ----- & EPSTON, D. (1990). *Narrative Means to Therapeutic Ends*. New York: Ww Norton.
- 241- WIENER, N. (1948). *Cibernética*. São Paulo: Poligono, 1970.
- 242- WILDER, C. (1982). Muddles and Metaphors: a Response to Keeney and Sprenkle. *Family Process*, 21(4), p. 397-404.
- 243- YANO, M. B. (1988). El Uso de la Paradoja Como Tecnica Terapeutica. *Psicoterapia y Familia*, 1(2), p. 21-27.

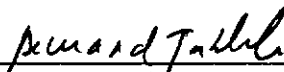
Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Rosana Lazaro Raposo, intitulada " Da instrução à construção: Uma recontextualização das intervenções em terapia sistêmica de família", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:



Terezinha Féres Carneiro
Profa. Orientadora - PUC/Rio



Anamaria Ribeiro Coutinho
PUC/Rio



Bernardo Jablonski
PUC/Rio

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro, 04 de março de 1994.



Jürgen Heye
Coordenador dos Programas de
Pós-Graduação do Centro de Teologia e Ciências Humanas